

# Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 2 de Março de 1995 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1108 • Director: Carlos Brito

PCP apresenta na AR projectos para

# MORALIZAR A VIDA POLÍTICA

Págs. 8/9

Octávio Teixeira ao «Avante!»

# O disco riscado da retoma



Em entrevista  
por Anabela Fino Centrais

# SONDAGENS confissões e exemplos

Págs. 18/19

8 DE MARÇO  
DIA INTERNACIONAL  
DA MULHER



Suplemento



## O caminho

Artigo  
de José Casanova

Pág. 16

## Sahara Occidental

• O referendo  
é condição  
de paz

Pág. 13

**COMÍCIO**  
74º aniversário do PCP

3. MARÇO '95 (SEXTA-FEIRA) - 21.00 H  
COLISEU - LISBOA

COM A PARTICIPAÇÃO DE  
**CARLOS CARVALHAS**







Os trabalhadores da Torralta continuam em luta

## RESUMO

22  
Quarta-feira

Os Verdes pedem a dissolução da Assembleia da República ■ Mário Soares ouve cientistas e ecologistas sobre a localização da nova ponte sobre o Tejo e pede a cessação das obras ■ O Comité Executivo da OLP decide prosseguir com o processo de paz com Israel ■ Os dois principais «senhores da guerra» somalis assinam um acordo para o fim dos combates entre as duas milícias ■ Londres e Dublin apresentam o seu projecto comum para a Irlanda do Norte ■ As forças de segurança argelinas dominam uma sublevação de presos islamitas ■ Os EUA reconhecem estar a debater com Paris um alegado caso de espionagem americana em França.

23  
Quinta-feira

Os Verdes iniciam, em Setúbal, uma campanha nacional contra o tratamento de resíduos industriais, através de incineração ■ O último relatório do CEMGFA sobre o São Miguel reconhece a existência de erros ■ Mário Soares pede a Cavaco Silva o parecer de Costa Lima sobre o Totta ■ É publicado que o chefe militar indonésio foi homenageado, em segredo, com a maior condecoração militar que a Espanha concede a um estrangeiro ■ O Governo de Londres lança um apelo aos protestantes da Irlanda do Norte para participarem nas conversações sobre o futuro da região ■ Boris Ieltsin promete reformar as forças armadas russas.

24  
Sexta-feira

Luís Sá exclui a possibilidade de o PCP vir a apoiar um governo liderado pelo PS ■ Trabalhadores da Torralta deslocam-se ao Ministério do Comércio e Turismo para exigir a viabilização da empresa ■ A Assembleia da República adia a falência da Torralta para dia 1 de Março ■ Um coronel desertor da UNITA acusa Jonas Savimbi de se preparar para uma nova guerra, «a pior de todas», apoiada por técnicos israelitas e pelo Iraque ■ O Equador acusa o Peru de usar armas químicas nos combates ■ O Parlamento grego não consegue eleger o novo Presidente ■ Phil Gramm formaliza a sua candidatura às presidenciais americanas de 1996.

25  
Sábado

Quatro bombeiros morrem num incêndio numa fábrica de estatuetas, em Gaia ■ A equipa de campo do IPPAR descobre mais duas rochas com inscrições rupestres no lado esquerdo do Côa ■ Jacarta admite que os soldados indonésios erraram ao matar seis timorenses durante uma operação de cerco a um grupo

de guerrilheiros a 12 de Janeiro ■ O documento anglo-irlandês sobre o futuro político do Ulster é aceite na conferência anual do Sinn Fein ■ Os defensores da independência do Quebec protestam contra o apelo de Bill Clinton à unidade do Canadá ■ A Procuradoria de Milão investiga a Cúria milanesa ■ O Grupo dos Sete Países Mais Industrializados discutem a revolução das tecnologias, da informação e comunicação, em Bruxelas.

26  
Domingo

O Pacific Pintail, navio com resíduos nucleares com destino ao Japão, navega em águas portuguesas ■ O Fórum Justiça e Liberdade chama a atenção para a «desconfiança e descrédito» da justiça portuguesa junto aos cidadãos ■ Manuel Carrascalão afirma que os grupos «ninjas» que aterrorizam os timorenses têm o apoio do exército indonésio ■ O comando conjunto das forças armadas do Peru emite um alerta às suas tropas estacionadas na fronteira com o Equador ■ No final do seu congresso, o Sinn Fein promete um maior envolvimento no processo de paz e exige a libertação de todos os presos políticos.

27  
Segunda-feira

Presidente da República convoca partidos da oposição para os ouvir sobre calendário eleitoral, consequências do Congresso do PSD e eventual remodelação do governo ■ Trabalhadores da Torralta fecham, em Tróia, os acessos aos cais de embarque de «ferryboats» ■ Relatório das Nações Unidas sobre droga alerta para aumento de fabrico de psicotrópicos ■ Inicia-se retirada de tropas norte-americanas do Haiti, que serão substituídas por uma nova força, a Missão da ONU para o Haiti ■ Ministro britânico para o Ulster admite, pela primeira vez, a possibilidade de encontros a nível ministerial com dirigentes do Sinn Fein.

28  
Terça-feira

O ex-director-geral da Guardia Civil espanhola é preso, depois de 305 dias de fuga, acusado de uma longa lista de crimes de corrupção ■ Policia belga prende ex-colaborador do secretário-geral da NATO, acusado de corrupção ■ O balanço do sismo que assolou o porto japonês de Kobe em 17 de Janeiro é de 5.441 mortos ■ É apresentado em Genebra o relatório do enviado de Butros Ghali a Timor, que contém duras advertências a Jacarta ■ Inicia-se retirada dos elementos da operação das Nações Unidas na Somália ■ O presidente italiano reúne com partidos para discutir possível realização de eleições antecipadas ■ Crescente adesão dos metalúrgicos alemães à greve decretada pelo sindicato do sector.

## EDITORIAL

## Remodelação? Não. Dissolução!

**E**nquanto todos os meios de pressão do PSD são accionados para contrariar a antecipação das eleições legislativas, Cavaco Silva tenta o golpe da remodelação.

São duas operações complementares, que nada têm com a governação do país, visando apenas os objectivos eleitoralistas do PSD, nomeadamente o de dispor de tempo e de campo de manobra para tentar recuperar as bases política e social perdidas e assim procurar aguentar-se no governo e preparar o assalto à Presidência da República.

Na linha da pressão, destacou-se a deselegância de Fernando Nogueira ao anunciar aos jornalistas, após a audiência com o Presidente da República, que vinha com a impressão de que este não estava a pensar dissolver a Assembleia, como se lhe competisse a ele trazer a público o pensamento presidencial.

Juntaram-se a esta muitas outras formas de pressão mais abertas ou encapotadas, como a do telejornal da RTP, de sábado passado, que repetiu após cada notícia o «spot» publicitário «os portugueses não querem eleições antecipadas» para anunciar uma sondagem, que depois se percebeu que era uma mera consulta telefónica sem qualquer credibilidade. Apesar disso, a RTP voltou a repeti-lo na terça-feira.

O inevitável «Expresso», apesar de muito desacreditado pelas suas tropelias em matéria de sondagens, também compareceu nesta campanha de pressões com o seu estafado «painel» a dizer: «eleições só em Outubro». Mas repare-se que o título aparece na 9ª página, enquanto na 1ª destaca «O Expresso também erra». E de que maneira!

**O** golpe da remodelação governamental, que Cavaco Silva está a tentar, significaria, antes de tudo, se obtivesse vencimento, que as questões da demissão do Governo e da dissolução da Assembleia ficavam praticamente arrumadas, com o governo a ganhar um novo fôlego e a posição e as ambições do Primeiro-Ministro a ficarem fortalecidas.

Também significaria, é claro, a arrumação do calendário eleitoral com eleições em Outubro como o PSD deseja.

Além disso, a remodelação de que se fala teria como aspecto principal a promoção de Fernando Nogueira a

vice-primeiro-ministro e a sua desvinculação de responsabilidades em qualquer Ministério em concreto. Isto é, conferia-se-lhe um estatuto especial que lhe permitia ser apresentado como membro e responsável do Governo sempre que conviesse a este ou ao PSD, mas ao mesmo tempo ficava protegido de qualquer imputação pela governação em concreto.

Toda a gente percebeu imediatamente que esta era a posição ideal para Nogueira tomar lugar nos palanques das inaugurações que o Governo preparou para serem feitas até Outubro e intervir noutros actos populares e de estádio e ficar suficientemente solto para fazer de conta que não tem qualquer relação com as decisões menos populares do Governo.

Uma remodelação, feita nestas condições e neste momento, é sus-

*Por tudo isto, o golpe da remodelação não pode passar e a tentativa de o pôr em prática é mais uma razão para que se lhe responda com a dissolução da Assembleia da República, a antecipação das eleições legislativas, ficando o Governo reduzido a meras funções de gestão.*

ceptível de representar uma vantagem, artificialmente introduzida, para favorecer a nova liderança com que o PSD vai disputar as eleições. É por isso mesmo inaceitável, pois interferiria com o princípio da igualdade das candidaturas.

Saliente-se também que, ao proporem uma remodelação governamental, Cavaco Silva e o PSD estão a reconhecer que o abandono por parte do Primeiro-Ministro da liderança do seu partido e a consequente designação de um novo líder alteraram a lógica de poder resultante das eleições de 1991 e o próprio funcionamento do Governo.

Por tudo isto, o golpe da remodelação não pode passar e a tentativa de o pôr em prática é mais uma razão para que se lhe responda com a dissolução da Assembleia da República, a antecipação das eleições legislativas, ficando o Governo reduzido a meras funções de gestão.

**O** «Público» sempre na intimidade do pensamento político do Secretário-Geral do PS, escrevia, no dia de Carnaval: «Guterres deverá reafirmar junto de Soares que há vantagens na antecipação das eleições para Junho, embora sem sair do registo de «low profile» com que tem rodeado esta tomada de posição do partido.»

Ainda bem que é o «Público» que fala do «baixo perfil» de Guterres, que por estas e outras atitudes parece estar convencido de que, se não fizer muitas ondas e se continuar a conseguir falar muito sem dizer nada, o poder acabará por lhe cair maduro no regaço.

Por exemplo, ao assistir aos festejos carnavalescos em Ovar, declarou à comunicação social desejar ser alvo da irreverência dos foliões «para o ano quando for primeiro-ministro», como quem diz, «quando eu for grande», ou também «são favas contadas».

Parece apropriado lembrar ao líder do PS um provérbio popular, por várias razões, muito adequado à situação. Diz o povo: «Fia-te na Virgem e não corras e verás o trambolhão que dás.»

É claro que o «trambolhão» de Guterres, se se verificar, é lá com ele.

Entretanto, o facto do PS não «correr» na luta pela antecipação das eleições legislativas concede ao PSD o tempo e o espaço de manobra para prosseguir a sua desastrosa política, tentar recompor-se dos seus falhanços e aguentar-se ou até reforçar-se no poder. Ora, isto diz respeito ao nosso povo.

**A** propósito das razões para a dissolução da Assembleia, é muito importante esclarecer que, para o PCP elas não residem especialmente na situação que se criou com o abandono, por parte de Cavaco Silva, da liderança do partido do Governo e dos episódios seguintes. Esta situação trouxe, isso sim, motivos adicionais.

A demissão do Governo, a dissolução da Assembleia da República e a consequente antecipação das eleições para este órgão de soberania foram apontadas muito antes pelo PCP como um imperativo para interromper uma acção governativa gravemente lesiva dos interesses do nosso povo e do nosso país no plano social, económico, político e cultural e profundamente atentatória da liberdade e da democracia em Portugal.

Os factos de todos os dias confirmam a urgência deste imperativo.

## Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Socio Pereira Gomes  
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.  
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390  
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,  
7ª A, 1100 Lisboa.  
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47058.  
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO ADE'S  
Editorial «Avante!» — Av. Almirante Reis, 90, 7ª A,  
— 1100 Lisboa  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11  
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:  
Até às 17 horas de cada sexta-feira.  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:  
Tapada Nova  
Capa Rota — Linbó — 2710 Sintra  
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia  
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7ª A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7ª A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão  
Heska Portuguesa, SA  
R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova — 2700 Amadora  
Depósito legal nº 205/85

## TABELA DE ASSINATURAS \*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00

25 números: 3 487\$50

ESPAÑA

50 números: 13 300\$00

EUROPA

50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU

50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_ Telef. \_\_\_\_\_  
Morada \_\_\_\_\_  
Código Postal \_\_\_\_\_  
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.



## Os títeres do capital

Na véspera da abertura do Congresso do PSD, o presidente da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, Costa Lima, acusou o Governo de Cavaco Silva de «total negação da transparência, integridade, rigor e respeito da lei» no «caso Totta».

Esta acusação, ainda mais do que o espectáculo do Coliseu, chama a atenção para a verdadeira desfiguração que o cavaquismo introduziu não só no poder económico, mas no próprio poder político e nas relações entre eles. Costa Lima denunciava os «erros do Governo no modelo de privatização escolhido» para o Totta, incluindo o seu controlo pelo Banesto espanhol, e, em especial, a autorização agora concedida a Champalimaud para tomar conta de metade do banco, à margem da Bolsa e da concorrência.

Assim, o Governo que tanto tem cantado loas às maravilhas da dinâmica do mercado, não hesitou em passar por cima dessa dinâmica e das suas regras, chegando ao ponto de elaborar nova legislação à medida dos interesses de um velho potentado económico do regime fascista.

É o comportamento comum dos títeres do capital.

O que é espantoso é o silêncio que rodeia o escândalo.

Silêncio antes de tudo do próprio Governo perante as gravíssimas acusações de encoberdor, desonesto e violador da lei que lhe foram dirigidas pelo responsável máximo da autoridade de supervisão do mercado de valores, ele próprio de nomeação governamental.

Silêncio do PSD que, iniciando um congresso no dia seguinte à publicitação das acusações e da demissão colectiva da Comissão Directiva da CMVM com elas solidária, tudo fez para que caíssem no esquecimento, soterradas pelo fogo de artifício do espectáculo do Coliseu.

Silêncio do PS e do PP. Silêncio que, nada surpreendendo em relação ao segundo para quem o grande capital «é o máximo» e ainda mais o que vem do «antigamente», não pode, apesar de tudo, deixar de se estranhar em relação a Guterres e ao seu partido, senão por razões de política económica ao menos por razões de ética.

Silêncio de uma grande parte da comunicação social tão interventora noutras matérias. Dir-se-ia que está tudo comprado.

É o PCP que, em notas e posições sucessivas da sua Direcção, dos seus dirigentes e da sua imprensa, tem alertado não só para este novo escândalo, dos mais retumbantes e mais graves, da governação cavaquista e sobretudo para o seu inquietante significado.

O último episódio da tenebrosa privatização do Totta faz parte da aceleração do processo de concentração bancária e monopolista, em que se incluem, entre outros, os casos do Pinto e Sottomayor e o caso do Português do Atlântico.

A dispensa do lançamento da OPA sobre o Totta que foi concedida a Champalimaud é, no entanto, a manifestação mais descarada de como o poder económico do grande capital já impera sobre o poder político.

Esta é que é a grande questão e é ela que revela todo o enorme significado do silêncio do PS.

Percebe-se assim por que é que o PS não tem uma política alternativa.

■ Carlos Brito

## Cenas de uma grande batota

Em declarações à SIC em 21/2, o Secretário-Geral do PS voltou a ter o atrevimento e o despudor de se autoqualificar como «o líder da oposição» e reclamou, como depois repetiria na entrevista ao «Expresso», um debate televisivo a sós com Fernando Nogueira.

Sendo, além do mais, evidente que uma e outra coisa andam umbilicalmente ligadas nas concepções do Eng. Guterres, está na hora de dizer que estas suas atitudes são de uma enorme gravidade e, pelo flagrante conflito com o pluralismo que desvendam, constituem um claro prenúncio de outros feios comportamentos futuros.

Verdade seja dita que não têm conta os jornalistas, pivots de telejornal e comentadores que, volta não volta, identificam o Eng. Guterres como o «líder da oposição», apesar de a muitos já ter sido explicado muitas vezes o carácter estrondosamente abusivo e mistificador dessa qualificação pois, como devem saber, sendo o PCP também um partido da oposição, não é, manifestamente, liderado ou dirigido pelo Eng. Guterres e não passou - nem tenciona passar - qualquer procuração ao Secretário-Geral do PS para o representar.

E a muitos até já foi caridosamente explicado que, como o tempo e o espaço são preciosos na comunicação social, melhor seria que, em vez de chamarem «líder da oposição» ao Eng. Guterres, o apresentassem simplesmente como o «líder do PS», o que, tendo a suprema vantagem de não ser mentira, tem também a vantagem comunicacional de ser mais curto. Além do mais, entre 1983 e 1985, no tempo do Governo PS-PSD, o PCP foi o maior e o principal partido da oposição e ninguém se lembrou então de qualificar o Secretário-geral do PCP de «líder da oposição» e, ao contrário do que agora acontece com os dirigentes PS, nunca os dirigentes do PCP foram privilegiados pelos «media» em termos de debates ou confrontos com representantes do Governo.

É, sem dúvida nenhuma, grave e lamentável que, sem qualquer inocência, terceiros chamem «líder da oposição» ao Secretário-geral do PS. Mas é infinitamente mais grave e intolerável que o próprio, em vez de se contentar com o que é, se arvore no que não é, antecipando nestas suas abusivas autoqualificações a sua reprovável obsessão por um sistema bipartidário e por uma «democracia» afogada pelo rotativismo laranja e rosa e pela correspondente continuidade e impunidade da política de direita.

São estas mesmas concepções de fundo que levam o Eng. Guterres a querer o conforto de debates a sós com o novo líder do PSD (por sinal um antigo Secretário de Estado do «bloco central» que está agora no seu 12º ano de permanência no Governo) que lhe permitiriam dar mais força à mentira da «bipolarização» PS-PSD e erguer mais uns tantos espectáculos de vistosa encenação das diferenças verbais e acessórias, sonhando aos cidadãos o julgamento das convergências reais e substanciais de política.

A esta reclamação de António Guterres de debates frente-a-frente com Fernando Nogueira é justo aplicar o comentário com que Artur Portela Filho, há dez anos, brindava projectos similares, escrevendo que é «como se o baralho político só tivesse o valete de paus e o valete de espadas, E os destinos do país fossem coisa que um valete diz a outro valete».

E não são.

■ Vítor Dias

## A cimeira social

A Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Social que vai decorrer em Copenhaga na próxima semana, seja qual for o ângulo de observação e as dúvidas, mais que legítimas, em relação aos efeitos das suas recomendações, constitui sem dúvida um acontecimento a ser seguido com particular atenção.

Organizada pela ONU na sequência de outras grandes iniciativas em torno de problemas globais — a Cimeira da Terra, realizada, em 1992 no Rio de Janeiro, a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos que teve lugar em Viena em 1993 e a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, promovida no ano passado no Cairo — a próxima Cimeira

Mundial para o Desenvolvimento Social tem prevista a participação dos responsáveis políticos de cento e dez países, bem como de dez mil delegados de organismos e programas da ONU, de representantes governamentais e de organizações não governamentais (ONGS), de organizações intergovernamentais e de associações profissionais.

Sem dificuldade se podem prever as cores muito sombrias do balanço social à escala planetária e as preocupações emergentes. O alastramento e o agravamento de fenómenos como o desemprego, a pobreza, a exclusão e até a desintegração social, que atingem não só os países mais atrasados econo-

micamente, mas que se manifestam também no interior de nações onde estão concentradas riquezas e capacidade tecnológica. As crescentes assimetrias nacionais/regionais e sociais. A fome como realidade quotidiana de mais de um quinto da Humanidade. A falta de condições sanitárias e de habitação. As vagas migratórias e de refugiados. Os gravíssimos problemas do racismo e da xenofobia. A crescente violência e criminalidade. A multiplicação de focos de conflito e de guerra.

Muitas serão as vozes, certamente, que na próxima Cimeira Mundial, a par da descrição da situação, apontarão o dedo acu-

sador ao sistema capitalista e à sua «lógica» lucrativista, como responsável maior pelo estado do Mundo no final deste milénio. E que não deixarão de salientar as gritantes contradições entre a situação actual e a capacidade existente de satisfação das necessidades básicas de toda a Humanidade, aberta pela acumulação de condições objectivas de desenvolvimento e pela extraordinária revolução científica e tecnológica contemporânea.

Mas não é de esperar que seja esse o enquadramento geral das conclusões desta Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Social organizada pela ONU.

■ Edgar Correia

## EQUADOR- PERU

### Um campo minado

Os recentes confrontos do já velho conflito fronteiriço entre o Peru e o Equador, para além das suas raízes históricas e dos interesses estratégicos em jogo, servem, no plano interno de cada um desses países, para iludir os trabalhadores e as massas populares das dificuldades crescentes decorrentes da aplicação das receitas neoliberais actualmente em voga.

O colonialismo espanhol, ao liquidar o império inca, prosseguiu o extermínio de numerosas etnias com cultura e língua própria, submeteu e dividiu outras, criando assim condições para a desenfreada exploração da mão-de-obra dos povos da região e para uma mais eficaz rapina dos recursos naturais então conhecidos.

O papel das classes emergentes no período colonial e a resistência anticolonialista foram diferenciados nas regiões em causa, ligadas à respectiva actividade económica, seu grau de desenvolvimento e às tradições culturais dos povos submetidos. A luta e a ascensão à independência seguiram assim os seus próprios caminhos.

O Peru, que ascendeu à independência mais tardiamente que o Equador, constituiu-se, contudo, mais cedo como Estado, a partir duma maior homogeneidade. No Equador, que foi parte da grande Colômbia, o projecto de Bolívar de independência, em que a unidade dos povos constituía o eixo fundamental da resistência à exploração e aos perigos do neocolonialismo, viria com a sua derrota a sofrer sucessivas mutilações territoriais. A indefinição das fronteiras vem de trás e chega aos dias de hoje associada a interesses estratégicos de multinacionais e Estados estrangeiros.

Na zona fronteiriça da cordilheira do Condor, hoje em disputa, para além de jazidas de petróleo, ouro e urânio, passa o rio Cenepa cujo curso dá acesso à grande bacia amazónica. Riquezas tão importantes, associadas a uma via de comunicação que permite penetrar numa cobiçada região ainda por explorar, não deixam indiferentes interesses americanos, franceses, japoneses e outros já instalados na região. Na guerra que estalou chocam-se esses interesses estrangeiros, tal como os das oligarquias dos dois países. Mas não diz respeito aos índios shuar, achuar e quichuas que vivem dos dois lados da zona em litígio. E também é alheia aos trabalhadores dos dois países cujos sindicatos criaram já um movimento conjunto a favor da paz.

Para os governos dos dois países, ambos em profunda crise e sem credibilidade política e social, esta guerra - que favorecem aticando paixões nacionalistas - permite não apenas prosseguir a política económica e social em curso mas «segurar» politicamente os Presidentes Fujimori, que se recandidata em Abril, e Sixto Durán Ballen, que fala de ameaça dum golpe militar.

Entretanto, o acordo alcançado ao fim de 3 semanas de combate nada garante quanto ao fundo da questão. Os povos que vivem nessa região vão permanecer à mercê duma nova escalada militar, alimentada por armas russas e francesas. O comércio de armamento, as multinacionais petrolíferas e o narcotráfico bem como as instituições internacionais que as representam determinarão, no fundo, as políticas internas nos dois países e o retomar do conflito fronteiriço. Mas para os povos que vivem no Peru e no Equador a luta é contra a miséria, as desigualdades, é pelo desenvolvimento e o progresso social.

Em não só no Peru e Equador. Do Centro ao Sul da América Latina, de Chiapas ao Brasil, as populações índias exploradas e oprimidas, os marginalizados subproletariados das grandes metrópoles, do México a S. Paulo e Buenos Aires, sob o peso esmagador dos vorazes apetites das multinacionais e das oligarquias locais, agitam-se e acumulam um potencial explosivo. Um verdadeiro campo minado que é um dos dados cruciais de todo o subcontinente. Decerto que na V Reunião do Fórum de S. Paulo, as centenas de organizações de esquerda, progressistas e de libertação social, que se reunirão proximamente em Montevideo, procurarão encontrar as vias para um novo impulso, difícil mas indispensável, no caminho da justiça social. Um caminho de luta popular de massas - anti-imperialista, antioligárquica.

■ Manuela Bernardino



## «Avante!» em Faro

O jantar-convívio realizado na passada sexta-feira pela Comissão Concelhia de Faro do PCP reuniu mais de 50 pessoas no Centro de Trabalho do Partido na capital algarvia. Antes de apagar as velas do bolo-jornal e cantar em coro o «Parabéns a você» e o «Avante, camarada», fizeram breves intervenções Francisco Botelho (que, em nome da concelhia, falou sobre as grandes tarefas que se colocam aos comunistas de Faro, destacando algumas linhas do plano de actividades para 1995, recentemente aprovado) e Domingos Mealha (jornalista do «Avante!», que realçou algumas fortes razões para aumentar a difusão e a leitura do órgão central do Partido).

Um bom presente de aniversário que o nosso jornal ali recebeu foi o facto de, no final do jantar-convívio, terem praticamente esgotado os exemplares do número da semana na banca do CT.

## Honório Novo no Pejão

Honório Novo, deputado do PCP no Parlamento Europeu, deslocou-se ao Concelho de Castelo de Paiva com o objectivo de avaliar, no local, as consequências do encerramento das Minas do Pejão, no que diz respeito aos trabalhadores, às populações e ao desenvolvimento regional.

Tendo em conta a possibilidade de intervenção nas instituições da União Europeia, o eurodeputado busca melhores informações sobre a adequação dos programas comunitários já existentes (nomeadamente o RECHAR) à necessidade de resposta aos problemas e sobre a aplicação desses programas, pretendendo também equacionar a possibilidade de propor medidas adicionais, no quadro das competências do Parlamento Europeu.

## PS em Vilarinho:

### «Ignorância ou má-fé»

A Comissão Coordenadora da CDU de Vilarinho, Concelho de Santo Tirso, esclarece a população da Freguesia sobre «uma peça de desinformação, de propaganda partidária (do-PS)» saída no jornal local «ZONA», contestando acusações da CDU de que «a Junta de Freguesia de Vilarinho e a Câmara Municipal de Santo Tirso não cumpriram, em larga percentagem, o Plano de Actividades para 1994».

E a Comissão Coordenadora de Vilarinho desafia: «Os eleitos da CDU estão à disposição da população em geral para, pessoalmente e na presença de um exemplar do Plano de Actividades de 1994 (aprovado pela Assembleia de Freguesia), prestarem todos os esclarecimentos e demonstrarem a justiça das suas críticas.»

## Protestos em S. Simão

Reunidos em plenário, militantes do PCP da organização da Freguesia de S. Simão, Azeitão, Concelho de Setúbal, assinalaram que «é notória a degradação da Freguesia», acusando a Câmara e a Junta PS de ignorarem a situação.

São numerosas, as reclamações: as obras na Rua das Forças Armadas, em Vila Fresca, ainda não se iniciaram, apesar das promessas; o mesmo acontece com a semaforização da Rua 25 de Abril, a criação da pré-primária em Vendas, a abertura do Centro de Dia em Brejos, ou a recuperação das ruas desta última localidade.

É também com preocupação que os comunistas vêem a situação laboral na zona de Azeitão, nomeadamente na Internacional Vinhos, onde os trabalhadores tomaram conhecimento de possível redução de postos de trabalho. Igualmente, os trabalhadores da empresa Águas de S. Lourenço fazem horas acima da lei, em troca do ordenado mínimo.

«Queremos ainda alertar a população de S. Simão para o aumento das Taxas Municipais, que a Câmara PS aprovou, com os votos contra dos nossos eleitos, e cuja suspensão temporária na Assembleia Municipal foi conseguida por proposta da CDU, na sessão de 17 de Fevereiro passado», concluiu o plenário dos comunistas de S. Simão.

## PSP em Moscavide

A Comissão Concelhia de Loures do PCP exige a abertura da Esquadra da PSP e do SAP em Moscavide, bem como a manutenção do Apeadeiro da CP de Moscavide e a abertura de um novo em S. João da Talha, no âmbito do actual plano de Modernização da linha do Norte. Exige, ainda, a garantia da parte da Administração Central de que a Esquadra da PSP na Pontinha e o SAP na Póvoa de St<sup>o</sup> Adrião não serão encerrados.

# O trabalho do PCP em Coimbra

A Direcção da Organização Regional de Coimbra (DORC) do PCP realizou na passada semana uma conferência de imprensa conduzida por Sérgio Teixeira, membro da Comissão Política do CC do PCP, e por Jorge Gouveia Monteiro, membro do CC e desta Direcção Regional, onde se assinalou que «o PCP desenvolve a sua actividade no Distrito de Coimbra inserido numa situação social de profundo descontentamento e de muitas lutas sectoriais que fazem ressaltar uma conclusão principal: estão reunidas boas condições para se dar uma viragem à esquerda».

«A necessidade de uma nova política» é, segundo a DORC do PCP, «particularmente sentida pela generalidade dos agentes sociais, económicos e culturais da sociedade portuguesa», assinalando que «a dissolução da Assembleia da República e a consequente realização de eleições legislativas antecipadas é, não só, um direito constitucional do Presidente da República» como «uma necessidade

para os portugueses e o País».

E acentua a DORC do PCP: «Perante um PSD atolado em escândalos e em perda diária de apoio social e um PS apenas preocupado com os seus cálculos eleitorais, existem condições para modificar a situação actual e uma viragem à esquerda no Distrito de Coimbra», sendo o PCP «a força política que está em condições de atrair e fazer convergir as pessoas de esquerda do Distrito».

## Comunistas activos

Fazendo um breve balanço da actividade do Partido no Distrito de Coimbra, a DORC



do PCP referiu «a participação activa dos comunistas em todas as lutas sociais, pequenas ou grandes», que ali se têm desenvolvido nas últimas semanas, bem como a iniciativa «Debates com o País para uma nova política», que levou já a cabo «oito realizações temáticas de elevada qualidade e grande adesão», culminando no próximo dia 24 de Março com o debate sobre «Democracia no Quotidiano», centrado na luta por uma democracia participativa e pelos

direitos dos cidadãos. Foi igualmente referida a preparação da III Assembleia da Organização Regional do PCP, com a realização, nestas semanas, de «muitas dezenas de plenários de militantes por locais de trabalho, freguesias e sectores profissionais para debate do anteprojecto de Resolução Política e eleição de delegados». Esta III Assembleia de Organização realizar-se-á no próximo dia 11 de Março, com a presença de Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP.

Paralelamente, a DORC do PCP regista, na frente institucional, «uma importante reactivação do trabalho autárquico, de que são expressão as muitas tomadas de posição pública do PCP e da CDU em vários concelhos e freguesias, a profunda ligação às populações nas freguesias de maioria CDU, que já permite um balanço francamente positivo ao fim de um ano de mandato».

Foi também assinalado que o Grupo Parlamentar do PCP apresentou requerimentos ao Governo sobre a poluição da água de consumo em Meruge, indo apresentar outro sobre o Paul do Taipal.

Finalmente, assinalou-se que «a preparação das próximas eleições legislativas ocupou já grande parte dos trabalhos da reunião plenária da DORC, realizada no passado dia 16 de Fevereiro».

## Guimarães PCP denuncia ilegalidades na Câmara

Na sequência de declarações «gravíssimas» do Presidente da Câmara de Guimarães, António Magalhães e do vereador Francisco Teixeira, acusando-se mutuamente de «procedimentos de legalidade duvidosa, de favorecimento de particulares e de uso de dinheiros públicos para fins partidários», a Comissão Concelhia do PCP veio a público exigir «a tomada de medidas firmes, transparentes e insuspeitas para a defesa da idoneidade da Câmara Municipal».

Os comunistas querem os factos esclarecidos de forma a afastar «desconfianças alimentadas por acusações e ameaças veladas sobre a existência de casos por descobrir».

Como explica uma nota do PCP, «as acusações do presidente da Câmara ao vereador e as acusações do vereador ao presidente, cada um deles a afirmar possuir documentos provatórios e comprometedores, foram passadas para o opinião pública através de entrevistas, conferências de imprensa e simples desabafos, indicando a existência de factos ilícitos bastante fortes e suficientemente significativos e importantes, em termos de suspeita, justificando a submissão a julgamento e castigo dos responsáveis».

Já em 21 de Julho, um comunicado da CDU de Guimarães denunciava que os interesses do município estavam a ser lesa-

dos através do recurso «a expedientes e habilidades».

Apesar da ameaça do presidente de instaurar um processo judicial contra a coligação, a verdade é que tal nunca aconteceu, tendo então o PCP decidido apresentar à justiça as actuações da maioria PS na Câmara nomeadamente a compra do Lote J, na Quintã, e a adulteração das regras do concurso público sobre a Exploração do Parque de Jogos de Vizela.

Os factos agora revelados vêm demonstrar que as suspeitas dos comunistas tinham fundamento. «Claro que o PCP

não espera que os autores assumam a paternidade dos actos praticados: mais uma vez procurarão esconder-se por trás de cortinas de fumo do tipo *não sabíamos* ou *o que fizemos foi do interesse das populações*, que têm como é sabido as costas largas», ironiza a Comissão Concelhia do PCP, reafirmando a sua disposição de responsabilizar a maioria socialista, fazendo chegar as denúncias ao representante do Procurador da República em Guimarães, ao Governador Civil, ao Provedor de Justiça e à Inspeção Geral da Administração do Território.

## Jerónimo dos Santos homenageado em Tomar

A Comissão Concelhia de Tomar do PCP decidiu homenagear Jerónimo dos Santos, o mais antigo militante do Partido, na passagem do 74<sup>o</sup> aniversário do PCP.

Para tal, foi constituída uma comissão de honra composta por António Carlos Godinho, António Fernandes Ferreira, António Jacinto (Constantino), António Rosa Dias, Augusto Tamagnini, Eduardo Serraventoso, Florentino Silva Resende, João Gassman Silva e Urbano Rei. A homenagem terá lugar no dia 18 de Março, num almoço que se realizará no restaurante «A Família», em Calçadas, Tomar, pelas 13.30 horas, e que contará com a participação de um membro da Direcção Nacional do PCP.

Jerónimo dos Santos, que cumpre 84 anos no próximo mês, está ligado ao Partido desde 1928, período em que o PCP já se encontrava na clandestinidade. Após a sua participação na organiza-

ção «Socorro Vermelho», que apoiava os presos políticos e a actividade antifascista, foi preso na década de 30. Já nos anos 40, volta a ser detido. Depois de torturado na sede da PIDE, o militante comunista passa pelo Aljube e Caxias, tendo cumprido pena no Forte da Peniche.

Considerado como indesejável, Jerónimo dos Santos foi perseguido na actividade profissional. Ao concorrer ao cargo de mestre para a Escola Industrial, foi sempre preterido, apesar de se ter classificado em segundo lugar para o exercício da função.

Durante o período fascista, vários funcionários do PCP passaram clandestinamente por sua casa, nomeadamente Soeiro Pereira Gomes.

Após o 25 de Abril, Jerónimo dos Santos impulsionou a abertura do Centro de Trabalho do PCP em Tomar, fazendo equipa com Gomes da Silva.



# DORP do PCP denuncia Distrito do Porto regista a maior sinistralidade no trabalho

A Direcção da Organização Regional do Porto (DORP) do PCP realizou no sábado, dia 25 de Fevereiro, um importante debate sobre a sinistralidade nos locais de trabalho, que teve uma ampla participação de técnicos, activistas sindicais, trabalhadores dos sectores mais atingidos e membros de associações representativas de acidentados de trabalho e doenças profissionais.

Foi, particularmente destacada «a nefasta política económico-social do governo PSD, de

cariz profundamente neoliberal», que, «promovendo a exploração e o lucro como critérios únicos da sua intervenção, tem-se destacado na desregulamentação da legislação laboral e na falta de vontade política em regulamentar e fazer cumprir a legislação na área de higiene, segurança e saúde no trabalho em todos os sectores de actividade, incluindo a Administração Pública, como prevê a Lei-Quadro».

Durante o debate, diversas intervenções sublinharam a

situação difícil do distrito do Porto, onde se regista o maior número e a maior percentagem de acidentes do País, «o que está estreitamente ligado aos tipos de organização empresarial e do trabalho que predominam na região, ao agravamento do desemprego, dos baixos salários, à fraca existência de acções de formação e prevenção na área da segurança no local de trabalho e ao número restrito de Comissões de Higiene e Segurança no Trabalho».

Foi igualmente sublinhado que, embora a Lei-Quadro da HSS nos locais de trabalho (DL 441/91) seja um importante instrumento legislativo para inverter a situação do País, a verdade é que, «como não existe uma verdadeira política nacional de segurança, saúde e ambiente no local de trabalho, o governo mantém inoperante a Inspeção de Trabalho e desrespeita os prazos que a si próprio impôs quanto à publicação da legislação regulamentadora que, simultaneamente, promova a

participação de trabalhadores nestas áreas de prevenção e segurança».

Foi igualmente muito debatido o pouco apoio aos sinistrados de trabalho, tal como se considerou que deve ser revisto o cálculo das indemnizações devidas por incapacidade temporária e as pensões por incapacidade ou morte.

Em conclusão, sublinhou-se que se impõe «uma verdadeira política nacional de segurança, saúde e ambiente no trabalho, que se deve desenvolver em

quatro linhas fundamentais: política, económica, social e cultural, em que o Homem seja o centro das atenções».

No debate, que foi dirigido por José Alberto, dirigente sindical metalúrgico, intervieram, entre outros: Henrique Lemos, técnico superior de higiene e segurança no trabalho, Luís Machado, dirigente da União Coordenadora Nacional dos Deficientes, José Timóteo, da DORP do PCP, e Ilda Figueiredo, economista e dirigente regional do PCP.

## Braga Comunistas reagem contra EP's municipais

Reagindo à criação das chamadas «Empresas Públicas Municipais (EPM) decididas pela CM de Braga, o organismo dos trabalhadores comunistas das Autarquias Locais do Distrito analisou a nova situação criada com a constituição destas EPM, anunciadas e já decididas pela Câmara de Braga, e entendeu que «é seu dever chamar a atenção de todos os trabalhadores dos Serviços Municipalizados para aspectos importantes dos seus interesses e direitos que, no imediato e no futuro, é necessário defender e acautelar».

«As EPM que a Câmara aprovou — dizem os comunistas — são empresas que se regem pelo regime das empresas públicas e regras de direito privado, regras que se aplicam nomeadamente ao regime de pessoal. Assim, o pessoal do quadro das empresas será abrangido pelas leis do contrato individual de trabalho, as convenções colectivas e o regime de segurança social privado, sem vinculação à Função Pública, direito à carreira e outras regalias. É certo que a proposta da Câmara diz que os trabalhadores que actualmente pertencem aos quadros dos serviços municipalizados passem a

integrar quadros próprios da Câmara, mas com carácter extraordinário.»

E aqui é que bate o ponto, como advertem estes trabalhadores:

«Se as garantias de que se mantém o vínculo à Função Pública para todos os trabalhadores que não quiserem passar para os quadros das empresas, são essenciais, os trabalhadores devem pedir explicações sobre o que significa essa do quadro extraordinário. Assim, se amanhã o total das despesas com o pessoal exceder aquilo que a Câmara pode por lei gastar, o que irá acontecer para os que estiverem nesta situação extraordinária? Serão pressionados ou aliciados a mudar para o quadro da empresa?»

Argumentando que «a privatização dos serviços públicos, além de prejudicar os utentes e a qualidade dos serviços prestados, é também prejudicial para os interesses dos seus trabalhadores», o comunicado recusa «que não haja representantes dos trabalhadores em nenhum órgão das empresas agora criadas», reclamando, da Câmara, «o diálogo de facto».

## Comícios de Lisboa e Porto também fazem avançar Campanha Nacional de Fundos

O comício do Partido no Coliseu de Lisboa que amanhã se realiza ou o do Parque de Exposições de Gaia a 12 do mesmo mês - são excelentes oportunidades para fazer a Campanha Nacional de Fundos dar mais um salto em frente, em direcção à rápida concretização dos seus objectivos: angariar 150 mil contos que ajudem o PCP a ter sucesso na batalha eleitoral e política que se avizinha. Aqui se deixa um recado: vá aos comícios e contribua para esta campanha de fundos.

Como é sabido, não é só nas grandes iniciativas do Partido que se podem aproveitar oportunidades para dar bom andamento a esta campanha. Todas as semanas, como é divulgado pelas páginas de agenda política do nosso jornal, realizam-se dezenas de reuniões, plenários, debates e outras iniciati-

vas. Em todas elas deve estar sempre presente a necessidade de, a par da discussão política, fazer dar cumprimento a uma decisão do Comité Central ao aprovar esta Campanha Nacional de Fundos: é que o seu êxito pode contribuir decisivamente para o êxito das batalhas políticas que se aproximam.

Os materiais centrais que fazem o suporte desta Campanha Nacional de Fundos incluem cupões que representam contribuições de 500, mil, cinco mil, dez mil escudos e 50 contos; listas para recolha de fundos; um folheto; o referido cartaz e uma carta-apelo assinada pela Comissão Nacional da Campanha onde se explicam as razões da sua realização.

Elemento fundamental para a dinamização de iniciativas é o cartaz sobre a Campanha Nacional de Fundos, que pode ser usado em bancas, decoração de sedes e reuniões, colagens públicas em locais escolhidos e o mais que a imaginação dos camaradas envolvidos nesta iniciativa permitir organizar.

Como já noticiámos, foi entretanto aberta uma conta bancária onde também podem ser depositadas as contribuições para a Campanha Nacional de Fundos do PCP. Trata-se de uma medida que permite oferecer um novo meio a todos



os que queiram participar nesta Campanha, complementando os outros atrás referidos.

Os depósitos destinados a esta conta deverão ser feitos na Caixa Geral de Depósitos, dirigidos à Agência do Rego (Lisboa) com o número 0680/002022431. Refira-se que as contribuições que entrem nesta conta serão imputadas às Organizações Regionais da área de origem do depósito, pelo que não se verificará qualquer prejuízo para a contabilização dos níveis de concretização de objectivos dessas regiões.

### Não esquecer as quotas

Para além da vertente contributiva pontual, esta campanha tem igualmente outro plano de actuação: a actualização e aumento das quotizações dos militantes do Partido.

As quotas são, pois, uma área da Campanha que deve ser encarada de modo combinado, do ponto de vista financeiro e organizativo, por parte das organizações que devem definir objectivos quanto à elevação do volume de quotizações a recolher este ano, quanto ao número de militantes a pagar quota e quanto à elevação da quota média recolhida.

## Os dramas de Viana do Alentejo

A Comissão Concelhia de Viana do Alentejo do PCP analisou a situação social do Concelho e definiu tarefas imediatas do Partido, tendo concluído que a política prosseguida pelo actual governo de Cavaco Silva/PSD tem conduzido o concelho a uma grave situação social, sendo o desemprego uma das principais preocupações. «Com 20% da população activa desempregada, existem já muitas famílias com graves carências alimentares e em resultado desta situação algumas crianças abandonaram a escolaridade obrigatória. Enquanto esta situação se agrava, verifica-se no Concelho que as terras estão abandonadas e sem produzir, assim como os pequenos e médios agricultores que são os que ainda vão produzindo alguma coisa se vêem confrontados com as faltas de apoio por parte do governo», sublinham os comunistas de Viana do Alentejo.

Recordando que as obras da barragem do Alqueva — um anseio dos alentejanos que dura há 30 anos — minorariam, de imediato, a situação de desemprego, a Comissão Concelhia de Viana do Alentejo do PCP aponta ainda outras graves situações vividas na região.

«É preocupante — sublinha — o que se está a verificar em todo o Concelho com principal incidência em Aguiar e Alcáçovas, em que os grandes agrários estão a vedar os caminhos (cuja existência se perde na memória do tempo) com arame farpado, redes ou abrindo valas, impedindo assim a livre circulação das populações. Este atentado à liberdade só encontra paralelo com o que existia antes da revolução do 25 de Abril. Por isso, exigimos a intervenção das entidades competentes para colocarem cobro a este atentado, responsabilizamos a política do actual Governo, que anima este

estado de coisas, e exigimos da parte do representante do Governo no Distrito — Eng.º Mira Branquinho — uma classificação sobre a eventual anuência a este atentado à liberdade.»

No âmbito dos debates com o País, realizaram-se a 17 e 18 de Fevereiro três debates onde participaram mais de uma centena de pessoas, várias das quais sem filiação partidária, que contribuíram para traçar um quadro social do Concelho, informa-se ainda, concluindo:

«Continuando a nossa actividade partidária, decidiu-se propor aos nossos aliados da CDU a realização de um Encontro de Eleitos e Activistas para dia 19 de Março em Alcáçovas, assim como propor ao Grupo Parlamentar do PCP a visita ao Concelho do deputado Lino de Carvalho, com o objectivo de contactar com a realidade do Concelho e das suas organizações.»



## MAIS 50 MIL NA CGTP ATÉ AO FIM DO ANO

«A Campanha Nacional de Sindicalização e de eleição de delegados é uma das iniciativas básicas lançadas no ano do 25º aniversário da CGTP-IN, constituindo a pedra angular de todo o processo de reestruturação e reforço dos sindicatos.» Foi assim que a comissão executiva desta central sindical apresentou, numa conferência de imprensa na passada quinta-feira, no Rossio, um primeiro balanço da iniciativa.

Os primeiros três meses de campanha indicam que, até ao fim do ano, a meta das 50 mil novas sindicalizações vai ser ultrapassada e mostra que se avança no rejuvenescimento sindical, no aumento da participação dos trabalhadores e na melhor resposta aos desafios que se colocam.

Em Outubro, Novembro e Dezembro de 1994 registou-se um total nacional de 12743 novas sindicalizações, o que ultrapassa em 27,4 por cento a meta estabelecida para o trimestre. Os números são também promissores quanto à questão do rejuvenescimento: em 11855 sindicalizados, 59 por cento têm idades entre os 17 e os 34 anos. Neste levantamento notou-se ainda que as mulheres aderem em maior número que os homens.

Como a CGTP afirma, «os primeiros resultados demonstram bem o prestígio e a importância dos sindicalistas junto dos trabalhadores e são a garantia do seu futuro».

No dia 3, foi apresentado publicamente um estúdio sonoro móvel, que será utilizado como meio de propaganda de apoio à campanha.

## LEGALIDADE NA EXPO'98

Os responsáveis da Expo'98 devem adoptar uma atitude de diálogo e negociação com as organizações representativas dos trabalhadores, de forma a contribuir para que a exposição seja digna do país em que se realiza - exigiram a União dos Sindicatos de Lisboa, as federações e sindicatos de Construção Civil, Metalurgia, Química, Hotelaria, Portaria, Comércio, Escritórios e Serviços, e a Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Região de Lisboa (CIL), numa conferência de imprensa dada dia 22 na sede da USL.

Estas estruturas representativas dos trabalhadores do distrito dirigiram-se à administração da Expo com o objectivo de acautelar os direitos dos trabalhadores das empresas a desimplantar e a transferir, e reclamar o cumprimento da legislação e da contratação colectiva, a instalação de refeitórios, balneários e locais para o exercício dos direitos sindicais, bem como a prioridade de admissão aos trabalhadores que eventualmente sejam despedidos devido à desimplantação da sua empresa.

Os sindicalistas tomaram a iniciativa de formular as suas propostas para um acordo, mas «a administração da Expo'98, substituindo-se aos patrões, apresenta-nos um conjunto de (más) intenções que, a serem aceites, se traduziriam num verdadeiro oásis para o patronato e num campo de concentração para os trabalhadores. Pretende fazer do espaço da Expo uma "zona franca", onde todas as ilegalidades fossem permitidas», afirmam. Apontam como exemplos a flexibilização do horário de trabalho, que iria até 50 horas semanais, «o que se traduziria em horas extra à borla», e a subversão do regime de férias.

Adiantam que a administração da exposição chegou a condicionar as suas obrigações para a Segurança Social, pretendendo que os trabalhadores abdicuem dos seus direitos e garantias. Assim, «substitui-se aos patrões com propostas que estes têm procurado realizar na contratação colectiva».

As organizações da CGTP-IN e a CIL vão continuar a interceder junto do Ministério do Emprego e solicitar reuniões às Câmaras Municipais de Lisboa e Loures.

## INCERTEZA NA RENAULT

A Comissão de Trabalhadores da fábrica da Renault em Setúbal pediu na semana passada à direcção da unidade que contacte a administração da empresa para que esta confirme ou não o despedimento iminente de 160 trabalhadores. O pedido foi feito depois de os trabalhadores se terem reunido em plenário e na sequência de terem sido informados por uma fonte que consideram fidedigna de que a administração se prepara para despedir 160 trabalhadores, no máximo até ao próximo trimestre.

Carlos Ricardo, da Comissão de Trabalhadores, salientou, em declarações à agência Lusa, que a informação acerca do iminente despedimento «é fidedigna mas não pode ser divulgada».

A Comissão de Trabalhadores tem procurado contactar com o administrador-delegado da Renault Portuguesa, Jean-Pierre Carrer, para confrontá-lo com a situação. Os trabalhadores enviaram já uma carta ao primeiro-ministro, Cavaco Silva, em que lhe pedem que interceda junto do ministro do Comércio e Turismo, Faria de Oliveira, para que este os receba.

# Encontro de desempregados exige medidas urgentes

O desemprego não é uma fatalidade do destino, mas «um dos resultados de uma política anti-social desenvolvida pelo Governo do PSD e que não pode continuar» - afirma-se na resolução aprovada na semana passada, no Ateneu Vilafranquense, num encontro de desempregados que abrangeu os concelhos de ALENQUER, ARRUDA DOS VINHOS, AZAMBUJA e VILA FRANCA DE XIRA, e foi promovido pela União dos Sindicatos de Lisboa.

No documento, sublinha-se que «urge inverter» o crescimento do desemprego, pois «se não forem tomadas medidas urgentes, a situação agravar-se-á de forma quase incontrolável».

Actualmente, refere a resolução, há no distrito de Lisboa quase 100 mil famílias em que, pelo menos, um dos membros está sem emprego. Nos quatro concelhos de onde vieram os desempregados reunidos dia 22 em Vila Franca, há mais de 10 mil pessoas que oficialmente estão declaradas sem trabalho, o que resulta de um aumento de cerca de 27 por cento só no espaço de um ano.

A par do aumento do desemprego, ALENQUER, ARRUDA DOS VINHOS, AZAMBUJA e VILA FRANCA DE XIRA têm visto decrescer a sua estrutura empresarial, sobretudo nos sectores primário e secundário. Apesar de, no distrito, ter aumentado 7,9 por cento o número de trabalhadores por conta de outrem, nestes quatro concelhos os números oficiais registam uma quebra de 1,5 por cento. As remunerações médias também são mais baixas do que no distrito, com uma diferença ainda mais acentuada no sector agrícola.

## Apoio à CGTP

A resolução manifesta o apoio dos desempregados a «um conjunto de medidas conducentes a parar de imediato o crescendo de desemprego e a promover o emprego seguro e com direitos para todos os trabalhadores, na linha do que a CGTP-IN vem defendendo» e que são resumidas em doze pontos:

- desenvolvimento de iniciativas específicas para a criação de novos empregos;
- respeito pelas normas legais sobre o trabalho extraordinário;
- combate à desregulamentação e flexibilização dos horários de trabalho;
- melhoria da prevenção dos acidentes de trabalho;
- formação profissional contínua e adaptada às necessidades

uma moção em que se solidariza com os trabalhadores das metalúrgicas do grupo Ferreirinha e solicita à Câmara «contactos com órgãos do poder, no sentido de inverter a política de destruição do aparelho produtivo deste concelho».

Proposta pelo eleito da CDU, Miguel Renato, a moção alerta para o facto de as falências e o desemprego, que antes atingiam



Parar os despedimentos em curso e travar a destruição do aparelho produtivo é indispensável para sustentar o desemprego, defende a CGTP (foto da manifestação de 16 de Fevereiro, em Lisboa)

- promoção do desenvolvimento e do crescimento económico e o fim da destruição do aparelho produtivo;
- modernização do aparelho produtivo e valorização dos recursos humanos;
- promoção de uma política de emprego que ponha fim aos despedimentos, crie postos de trabalho e aumente a qualificação do emprego;
- redução do horário de trabalho;
- garantia de respeito pelos direitos dos trabalhadores;
- melhoria da aplicação das políticas activas de emprego;

dos trabalhadores e das empresas; - reforma do sistema de ensino, de forma a capacitar melhor os jovens para a vida profissional.

No encontro de Vila Franca, foi ainda decidido constituir uma comissão para, com os sindicatos, a USL e a CGTP, coordenar a apresentação das reivindicações e propostas ali aprovadas.

## Santo Tirso

Por unanimidade, a Assembleia Municipal de Santo Tirso aprovou, na quinta-feira passada,

sobretudo o sector têxtil, estarem a afectar outros ramos de actividade, citando os casos da EFL, Feruni e FM. Os 350 trabalhadores destas metalúrgicas da Trofa «vivem uma situação angustiante, com 4 meses de salários em atraso, com as empresas quase paralisadas e sem perspectiva de futuro».

A situação das metalúrgicas da Trofa e as responsabilidades do Governo (nomeadamente através do IPE) foram recentemente objecto de um requerimento parlamentar do deputado comunista Luís Sá.

## Concentração na banca contra clientes e trabalhadores

A Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da banca criticou na semana passada os projectos de concentração de bancos, que vão provocar insegurança no emprego e lesar os interesses dos clientes. Em encontro com a imprensa, José António Antunes, coordenador das CTs do sector bancário, revelou que vai ser feita uma participação à Procuradoria Geral da República sobre a ilegalidade da forma de alienação do capital público do Banco Português do Atlântico e os prejuízos da dispensa de oferta pública de aquisição (OPA) para os pequenos accionistas do Totta e Açores. As CTs vão também pedir uma entrevista ao Presidente da República.

## Catroga sem confiança

Para José António Antunes, «o ministro das Finanças não inspira confiança aos trabalha-

dores bancários» e «deve demitir-se». O dirigente da coordenadora recordou - refere a Agência Lusa - que «o pretexto utilizado para entregar o Totta sem OPA foi o de o banco passar para mãos portuguesas» mas com o BPA, o maior banco de capitais nacionais, «não há a mesma preocupação».

A coordenadora das CTs bancárias reclama que se acabe com «o indigno leilão a que se está a submeter as empresas nacionalizadas» e que sejam imediatamente suspensas quaisquer medidas que alterem o presente quadro do sector bancário, «numa altura em que a actual legitimidade governativa está posta em causa».

A coordenadora recorda que a economia portuguesa era dominada por sete famílias antes do 25 de Abril e considera que «estamos na iminência de se criarem condições para que a entreguem a três ou quatro famílias». Acrescenta que o

Governo, «depois de um domínio ilegal mas consentido do capital estrangeiro sobre o BTA e o Crédito Predial Português, pretende emendar a mão com outra ilegalidade: facilitar a compra e escamotear a obrigatoriedade OPA».

Observa que, depois de os accionistas espanhóis do BTA fazerem «as transferências que entenderam para o exterior, tudo é esquecido» e «é-lhes permitida uma venda em que arrecadam lucros de dezenas de milhões de contos» que «voltam a levar para fora do País».

A coordenadora prevê que a concentração de vários bancos em dois grupos (que representam cerca de metade do mercado bancário) irá conduzir à «redução drástica e com certeza rápida de postos de trabalho» e ao encerramento de balcões.

Acrescentou que as concentrações conduzirão a «um refinar dos métodos de exploração do negócio bancário», traduzin-

do-se num aumento de preço dos serviços bancários e das taxas de juro.

A coordenadora das CTs da banca critica, também, o Banco de Portugal, que acusa de «evidenciar dificuldades em assumir uma posição de autonomia e independência face ao Governo» e estar «a abdicar cada vez mais das suas responsabilidades de supervisão». Cita os casos do controlo do BTA por capitais estrangeiros, a gestão da Caixa Económica Faialense, que provocou o seu encerramento, e da Caixa Económica Açoreana e a falta de medidas para impedir o branqueamento de capitais em Portugal.

A coordenadora critica, ainda, a actuação do BCI e Crédit Lyonnais, dois bancos privados controlados pelo capital estrangeiro, que, perante as dificuldades, estão a pressionar os trabalhadores para rescindirem os contratos de trabalho.



## A prova está nos resultados obtidos Lutar vale mesmo a pena

Na CP, na Efacec, no distrito de Braga os protestos dos trabalhadores surtiram efeito. Tal como outras lutas anteriores, estas vitórias dão mais ânimo para prosseguir outros combates, cada vez mais duros e também mais necessários.

A Segurança Social decidiu accionar «de imediato» os mecanismos legais para que seja possível requerer as falências de várias empresas do distrito de Braga que, apesar de viabilizadas judicialmente (com o perdão de milhões de contos de dívidas), não retomaram a laboração e não têm pago os salários aos trabalhadores.

Esta medida era há muito reivindicada pelos trabalhadores e pelos sindicatos, e esteve mesmo na origem de uma manifestação no dia 26 de Janeiro, no âmbito de uma acção nacional da CGTP. O accionamento das falências - que dá ao pessoal suspenso a possibilidade de recuperar as indemnizações e os salários em dívida - foi anunciado no decorrer da jornada de luta de 16 de Fevereiro, também frente aos serviços regionais da Segurança Social.

Segundo Adão Mendes, coordenador da União dos Sindicatos de Braga, cerca de dois mil tra-

balhadores, nomeadamente de empresas como a Carides, as Malhas Silma e a Têxtil de Delães, vão beneficiar desta decisão, uma vez que poderão receber mais 30 meses de subsídio de desemprego a partir do momento em que a falência seja decretada.

O fim das viabilizações fraudulentas é ainda mais importante por estar a terminar, para muitos desempregados, o período legal da atribuição das medidas de protecção social decretadas para o Vale do Ave.

Depois de sublinhar que os protestos dos trabalhadores do distrito valeram a pena, Adão Mendes alertou para a necessidade de acompanhar atentamente os processos judiciais de falência que vão ser desencadeados.

### CP evoluiu

«Porque a esmagadora maioria dos trabalhadores ferroviários esteve na luta de 14 a 16 de Fevereiro, pela exigência da negociação de uma tabela salarial e cláusulas de expressão pecuniária, pela negociação de um novo Regulamento de Carreiras, pela redução do horário de trabalho, pela defesa dos direitos, o Conselho de Gerência viu-se obrigado, na reunião que decorreu ontem durante todo o dia, a evoluir nas suas posições» - congratulava-se a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses, num comunicado com data de 23 de Fevereiro.

O CG veio propor, entre outros, um aumento de 4,5 por cento na tabela salarial. A federação exige agora uma actualização salarial de 8,5 por cento, um aumento significativo do subsídio de refeição, um horário máximo de 40 horas (há 900 trabalhadores com 60 horas semanais e 1400 com 42h30m), insistindo na abertura de negociações do Regulamento de Carreiras.

Reafirmando-se «disponível para encontrar pela negociação um acordo com a empresa», a federação sublinha: «Foi com a luta que obrigámos o CG a evoluir, é com a continuação da luta que conseguiremos atingir as nossas reivindicações.»

Para ontem, estava marcada nova reunião com o CG.



Adão Mendes, coordenador da União dos Sindicatos de Braga, anunciou, na jornada de 16 de Fevereiro, a decisão da Segurança Social de satisfazer a reivindicação dos trabalhadores

### Abertura na Efacec

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte decidiu suspender a greve marcada para os primeiros três dias de Março, na Efacec Elevadores, «em virtude de se perspectivar a abertura da empresa às reivindicações dos trabalhadores». O STIEN vai aguardar os resultados da reunião que hoje terá com o administrador-delegado da Efacec.

Recordamos que em causa está a compensação, justa e sem discriminações, pelos prejuízos causados ao pessoal com a transferência para a Maia. A luta por este objectivo levou os trabalhadores a corta-

rem o trânsito, há 3 semanas, na Arroeteia.

### Salter Cid cede

Dirigentes da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública receberam na semana passada a garantia de que serão recebidos pelo secretário de Estado da Segurança Social «a muito curto prazo», disse à Lusa o sindicalista Vítor Duarte.

A garantia foi dada aos sindicalistas na quarta-feira, durante uma reunião de cerca de uma hora e meia com um membro do gabinete do secretário de Estado, finda a qual deixaram as instalações do Ministério do Emprego e Segurança Social os

vinte e cinco dirigentes sindicais que bloquearam, desde cerca das 15 horas, a recepção do Ministério, exigindo a marcação de uma reunião com Salter Cid.

Apesar da intervenção policial, solicitada por funcionários do Ministério, os sindicalistas mantiveram-se simbolicamente junto à recepção, de onde só saíram depois de terminada a reunião com um membro do gabinete do secretário de Estado.

Vítor Duarte, da FNSFP, classificou este encontro de positivo, não obstante a ausência de soluções para as questões levantadas pelos sindicalistas, nomeadamente horários de trabalho, valorização de carreiras e lei dos disponíveis.

## Telecom voltou ontem à rua

Os trabalhadores da Portugal Telecom voltaram ontem à tarde a concentrar-se em Lisboa, junto à sede da empresa, deslocando-se depois aos CTT, ao IOS (Obras Sociais) e à holding Comunicações Nacionais. Em causa estiveram, sobretudo, os ataques aos regimes específicos de saúde e segurança social de que beneficiava o pessoal das empresas que se fundiram na PT (Telecom, TLP e TDP).

Recentemente, o Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicações e Comunicação Audiovisual denunciou o facto de, desde a data da fusão (Junho de 1994), terem deixado de ser enviadas para a Segurança Social as contribuições legais dos trabalhadores da ex-TDP, que têm sido descontadas nos salários. Por tal motivo, houve trabalhadores que ficaram sem subsídios de doença e abonos de família e outros foram intimados a pagar internamentos e intervenções hospitalares.

Em comunicado que distribuiu na semana passada aos trabalhadores da Portugal Telecom, o executivo do Sector Público da Organização Regional de Lisboa do PCP recorda que o próprio decreto da fusão estipula - «por força da luta dura e abnegada de várias gerações de trabalhadores» - que os trabalhadores e pensionistas das empresas fundidas na PT mantêm todos os direitos que tinham até essa data. A harmonização progressi-

va do regime e das condições de trabalho deve ser feita, estipula ainda o DL 122/94, sem qualquer perda de direitos ou regalias dos trabalhadores.

Em sentido inverso vai, contudo, o acordo de empresa firmado entre a administração de Luís Todo Bom e os sindicatos afectos à UGT e ao PS, e que «não só não aplica, como viola frontalmente o estipulado no decreto-lei de constituição da empresa». Para o PCP, «a defesa de facto dos interesses nacionais e do sector das telecomunicações faz-se com a Portugal Telecom de capitais exclusivamente públicos, mantendo e aprofundando os direitos e regalias sociais dos trabalhadores».

### Seguros

Também para ontem foi convocado um plenário de trabalhadores de seguros do Norte. O STSN avançou com esta iniciativa depois de, à última hora, a associação patronal ter adiado a reunião marcada para a passada quinta-feira com o objectivo de discutir a tabela salarial. O sindicato condenou o novo atraso provocado por este adiamento, insistindo em que «é urgente a negociação e acordo de uma tabela salarial que reponha minimamente o poder de compra, independentemente da negociação do clausulado». A reunião deverá ter lugar amanhã.

## Decide-se hoje em Grândola o futuro da Torralta

O Governo adiou para hoje uma decisão final quanto ao futuro da Torralta. No último dia do prazo legal para avançar com a recuperação da empresa, aos trabalhadores e suas famílias junta-se também a população de Grândola, convergindo para as portas do tribunal do concelho uma corrente de solidariedade e de apoio à exigência de que seja aprovada a proposta do administrador judicial, que prevê que o Estado transforme as suas dívidas em capital social, permitindo assim a viabilização do maior operador turístico da Costa Azul.

Nos oito meses que já demora este processo, os trabalhadores e as suas estruturas representativas não têm poupado esforços na sensibilização dos órgãos do poder e no esclarecimento da opinião pública.

Nenhuma voz se levantou claramente contra a viabilização, tal como é proposta pelo administrador judicial. O Governo (que, através da Segurança Social, do fisco e do Turismo, acumula mais de 80 por cento das dívidas da Torralta) tem, no entanto, adiado uma decisão, a pretexto de encontrar operadores privados que adquiram os créditos do Estado a troco de acções da Torralta. O prazo para apresentação de propostas foi prorrogado de 24 de Fevereiro para 1 de Março, embora as assembleias de credores tenham sido quase sempre adiadas para «estudar melhor» as propostas entretanto surgidas.

Com esta actuação — acusa a Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP, num comunicado em que saúda a luta dos trabalhadores e lhes manifesta a solidariedade dos comunistas do

distrito —, o Governo «mais não faz que criar condições para entregar por 3 ou 4 milhões de contos, a grandes grupos monopolistas, uma empresa cujo activo é superior a 40 milhões de contos». Ou seja, para qualquer dos grupos privados com interesse na empresa, sairá mais barato comprar a Torralta em hasta pública, depois de declarada a falência, do que adquirir os créditos do Estado. E o Governo mostra-se disposto a ir por tal caminho, por muitos prejuízos que essa opção traga ao Orçamento, à Segurança Social, aos trabalhadores e à economia.

A federação e os sindicatos da Hotelaria, a Comissão de Trabalhadores da Torralta e os autarcas do concelho de Grândola desencadearam nestes últimos dias uma série de acções e contactos,

pressionando no sentido de ser hoje decidida a viabilização e ser encontrada a solução justa para um drama que afecta cerca de 2 mil pessoas. Mas a «insensível hipocrisia» do Governo — como se afirmava num comunicado recente da Câmara Municipal de Grândola — vai ao ponto de ter ignorado até agora uma recomendação do Provedor de Justiça, para que a decisão de hoje tenha em conta as sérias implicações sociais que estão em causa.

No caso de suceder o pior, «só resta uma alternativa», sublinha a DORS: «manter e aumentar a luta contra a política de direita, pela exigência de dissolução da AR, a demissão do Governo e eleições antecipadas, por uma alternativa democrática, por uma nova política».



Uma delegação de trabalhadores da Torralta deslocou-se sexta-feira ao Ministério do Comércio e Turismo para exigir do Governo a viabilização da empresa e o pagamento dos salários em atraso



## “VERDES” QUEREM ESCLARECER CASO S. MIGUEL

O Partido “Os Verdes” (PEV) admite propor, na Assembleia da República, um inquérito parlamentar ao “Caso S. Miguel” se o PSD mantiver a sua recusa em aceitar uma audição parlamentar. Em declarações à Agência Lusa a este propósito, o deputado André Martins sustentou ser preferível a audição parlamentar, por se tratar de um processo mais rápido, não excluindo todavia a possibilidade de formalizarem a proposta, caso a Liga para Protecção da Natureza (LPN) avance com o pedido de inquérito. Para “Os Verdes” importa saber se o Governo cumpriu os seus deveres de informação do Secretariado da Convenção de Oslo sobre produtos perigosos no mar. O “São Miguel”, recorde-se, foi afundado propositadamente a 25 de Outubro do ano passado com 2.200 toneladas de munições obsoletas a bordo, numa operação em que se registou uma explosão a bordo, pouco depois de o navio submergir. A audição proposta pelo PEV, no âmbito da Comissão parlamentar de Defesa Nacional, sobre a qual o PSD, ainda não se pronunciou, prevê ouvir os responsáveis pelas várias fases da operação de afundamento, associações ambientais, especialistas, e os ministros da Defesa, Ambiente e do Mar.

## “CASO OGMA”

A Comissão de Inquérito ao “Caso OGMA”, proposta pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, foi empossada na passada semana pelo Presidente da Assembleia da República, Barbosa de Melo. Composta por 23 deputados (12 PSD, sete PS, dois PCP, um para o CDS-PP e um para o PEV), a Comissão é presidida pelo PSD, de acordo com o sistema de rotatividade existente para as comissões de inquérito. Em Novembro, na sequência do primeiro “Caso OGMA” sobre o alegado apoio de Portugal ao esforço de guerra em Angola, o CDS/PP avançou com uma proposta de criação de uma comissão de inquérito para apurar as responsabilidades. Posteriormente, com a revelação de que as Oficinas Gerais de Material Aeronáutico tinham reparado dois motores de helicópteros das forças armadas indonésias, foi decidido que a comissão investigasse também o “Caso OGMA II”.

## ACTIVIDADE DOS SIS

A agenda da sessão plenária de hoje será preenchida com o debate sobre a abertura de três inquéritos parlamentares, dois sobre a actividade dos serviços de informações de segurança (SIS), e um sobre o alegado desvio de arquivos da extinta PIDE/DGS para a ex-União Soviética. No caso do inquérito parlamentar sobre a actividade dos SIS, suscitado a partir de propostas do PCP e do PS, a atenção dos deputados incidirá designadamente nos acontecimentos ocorridos na Ponte 25 de Abril, no Verão do ano passado.

# Direitos dos militares Não às restrições Sim à nova ética de participação

O Grupo Parlamentar do PCP voltou a classificar de “obsoleto” e destituído de sentido o artigo 31º da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, com base nas injustificadas e excessivas restrições que contém no capítulo do exercício dos direitos fundamentais dos militares, defendendo por isso a sua profunda revisão.

A questão foi suscitada por uma petição sobre o Estatuto dos Sargentos, em debate na passada semana, após sete anos em “banho-maria” na Assembleia da República, um tempo de espera de todo em todo inadmissível e só explicável à luz do diminuto respeito que a maioria PSD revela ter perante este direito constitucional que confere aos cidadãos a possibilidade de obterem resposta às suas reclamações.

Ora se é certo que muita coisa se alterou no decorrer deste injustificado compasso de espera, não é menos verdade que o essencial das razões que motivaram a petição mantêm actualidade e renovado sentido, como fez questão de sublinhar o deputado comunista João Amaral, citando a título de exemplo os casos de distorção na aplicação do novo sistema retributivo, bem como a instabilidade e insegurança resultantes das sucessivas alterações ao Estatuto dos Militares das Forças Armadas.

Embora de reconhecida importância, a estas matérias se junta, porém, uma outra que, no dizer de João Amaral, retrata um ainda “maior imobilismo”, justificando “maiores razões de protesto” e, em consequência, maior “justificação para a actualidade da petição”. Trata-se do referido artigo 31º da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, totalmente desconforme com a “nova ética de participação e responsabilidade que os militares hoje têm”, para o qual João Amaral pediu urgente revisão.

Das razões que fundamentam uma tal revisão, e que levaram inclusive o PCP a elaborar um projecto de lei que aguarda agendamento, falou ainda João Amaral, sublinhando a propósito que esta alteração é necessária tanto mais que não seja para que não haja “dois pesos e duas medidas”.

Explicitando o seu ponto de vista, o parlamentar comunista trouxe à colação exemplos concretos, deixando a interrogação, para a qual não obteve resposta da bancada do PSD: “então pretende reprimir-se a intervenção responsável e isenta dos militares no quadro das suas associações de representação profissional, mas já se permite uma desautorada intervenção política ao serviço do PSD, como a que é praticada pelo militar no activo tenente-coronel Chaves, colocado no Ministério da Defesa como assessor do Ministro, e que todo o País pôde ver a assessorar o dr. Fernando Nogueira como candidato à presidência do PSD, até em pleno Congresso do PSD?”

## Santa Iria de Azóia quer mais policiamento

Duas outras petições, da iniciativa da Junta de Freguesia de Santa Iria de Azóia, ambas denunciando a falta de policiamento existente na freguesia, foram igualmente objecto de debate na mesma sessão plenária.

Reivindicação antiga da população (datam de 1976 as primeiras iniciativas para a criação de um posto policial), este objectivo continua a merecer da bancada comunista toda a sua solidariedade, apoio este de novo reiterado pelo deputado António Filipe que a propósito frisou que o “País não pode continuar a assistir a uma situação, em que os cidadãos das áreas metropolitanas se confrontam com o aumento da criminalidade e da insegurança, sem que o Governo tome medidas minimamente adequadas para lhe fazer frente”.

Santa Iria da Azóia, assinale-se, é policiada pela GNR de



O regime de restrição de direitos dos militares presente no artigo 31º da Lei de Defesa Nacional não tem hoje qualquer sentido

Sacavém, que tem a seu cargo uma área com cerca de cem mil habitantes, onde actuam três sargentos e 42 praças que têm apenas como meios logísticos três jeeps, dois motociclos e duas motorizadas.

## Subsídio de Natal para todos os trabalhadores

A criação de normas jurídicas que atribuam o subsídio de Natal a todos os trabalhadores portu-

gueses constitui o objectivo de uma outra petição, igualmente apreciada na mesma sessão plenária da semana transacta, inteiramente preenchida na sua ordem do dia com assuntos suscitados por petições de cidadãos.

Da iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza e Actividades Similares, e subscrita por 1861 cidadãos, esta petição coloca um problema que é sobretudo sentido neste sector de actividade, uma vez que, como salientou, o deputado

comunista Alexandrino Saldanha, os porteiros de prédios urbanos e as trabalhadoras de serviço doméstico regem-se por diplomas regulamentadores de trabalho que limitam o subsídio de Natal a 50 por cento do seu vencimento mensal.

Considerando que esta situação é injustificável, Alexandrino Saldanha defendeu a elaboração de normas legais que “corrijam finalmente as injustiças existentes e consagrem o direito ao subsídio de Natal para todos os trabalhadores”.

## Construção da União Europeia PCP quer debate nacional

A necessidade de um maior empenho da Assembleia da República no acompanhamento do processo de construção europeia, bem como da revisão do Tratado de Maastricht na Conferência Intergovernamental de 1996, foi reiterada pela generalidade dos deputados que intervieram no debate sobre esta questão no final da passada semana.

Os partidos manifestaram-se de acordo quanto à necessidade dos parlamentos nacionais dos países da União Europeia acompanharem e participarem no processo de construção da Europa, embora tenham sublinhado algumas divergências.

O deputado comunista António Murteira, por exemplo, frisou que o papel de acompanhamento da Assembleia da República neste

domínio “continua a estar muito aquém” do que seria exigido, deixando por isso a ideia de que só uma nova maioria democrática permitirá “exercer com eficácia o importante papel” que o Parlamento deverá ter no processo de integração europeia.

Comentando a preparação da Conferência Intergovernamental de 1996, o deputado do PCP sublinhou que ela poderá vir a ter

importantes repercussões, positivas ou negativas, na vida dos povos e dos países, pelo que, defendeu, é preciso que a sua preparação “não se resuma a actos desgarrados de voluntarismo”.

É esta posição que explica, aliás, a proposta avançada por António Murteira, em nome da sua bancada, no sentido de ser a Assembleia da República, através da Comissão de Assuntos Europeus, e em cooperação com outras comissões parlamentares, a promover um conjunto de audições subordinadas ao tema “Portugal na União Europeia e a Conferência Intergovernamental”, num grande debate que teria o seu epílogo num referendo que permita aos portugueses pronunciarem-se

sobre as questões essenciais da União Europeia.

Realçada por António Murteira foi ainda a necessidade de no processo de construção da Comunidade Europeia participarem os cidadãos, nomeadamente os trabalhadores, defendendo simultaneamente que esta Comunidade deve assentar na igualdade entre os países membros, na qual os “alargamentos não sirvam de pretexto para impor um núcleo duro com um qualquer directório”.

Joel Hasse Ferreira (PS), por seu turno, discordou do relevado ao contributo de Portugal para o Livro Branco do Emprego, competitividade e desenvolvimento, que figura no relatório da Comissão de Assuntos Europeus, presidida por Braga de Macedo.

## Protecção da maternidade e paternidade

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou uma proposta que consagra o direito à redução do trabalho até 10 horas semanais para o pai ou mãe, progenitores de uma criança afectada por deficiência congénita ou adquirida durante o seu primeiro ano de idade. Em debate na semana finda, esta proposta teve a companhia de duas outras, da iniciativa do Governo e do PS, todas elas com incidência no domínio da protecção da maternidade e paternidade, prevendo-se que sejam hoje aprovadas, baixando de seguida à Comissão dos Assuntos Constitucionais para alterações na especialidade.

No caso da proposta do PCP, como fez questão de frisar Odete Santos, a esta redução do trabalho acresce a dispensa de trabalho para amamentação, não implicando qualquer redução no salário do trabalhador.

Por outro lado, assinalou, este direito não se limita apenas às situações de deficiência profunda, uma vez que parte do entendimento de que qualquer que seja a deficiência que implique um atraso ou paragem ao normal desenvolvimento, “o primeiro ano de vida é determinante para que a família, e a criança em especial, estabeleçam um padrão de vida e estrutura a sua vivência e personalidade”.

A proposta governamental, por seu turno, aumenta de 90 para 98 dias a licença de parto, prevendo dois dias para os homens, licença que poderá ser gozada pelo pai, por incapacidade ou morte da mãe, ou ainda por decisão de ambos.

O diploma do PS altera a actual lei, consagrando a possibilidade de guarda do filho ficar a cargo dos dois progenitores.



# Transparência e moralização da vida política

## PCP apresenta diplomas na área do regime de exclusividade, das reformas dos políticos e do financiamento dos partidos

Os deputados e autarcas em regime de permanência devem exercer as funções para que foram eleitos em regime de exclusividade, com total dedicação, evitando assim interferências e sujeições decorrentes da acumulação de outras funções remuneradas. Quem o defende é o Grupo Parlamentar do PCP que, para o efeito, apresentou um projecto de lei onde consubstancia este objectivo.

Publicamente divulgado em conferência de imprensa prevista para ontem, na Assembleia da República, já depois do fecho desta edição, este diploma insere-se num quadro de iniciativas legislativas da bancada comunista relacionadas com a transparência e moralização da vida política, de que fazem parte dois outros projectos de lei - igualmente apresentados no encontro com os jornalistas -, um, proibindo o financiamento de partidos políticos e de campanhas eleitorais por empresas, o outro, estipulando a revogação das reformas (subvenções vitalícias) e subsídios de reintegração previstos no estatuto dos titulares de cargos políticos.

Neste último caso, para o PCP, trata-se de acabar com uma situação de privilégio atribuída aos políticos, mais exactamente a concessão de uma

reforma ao fim de oito anos de exercício de mandato ou, em alternativa, de um subsídio de reintegração com o valor de um salário mensal por cada

seis meses de exercício do cargo.

Apresentada em 1984 pelo então governo do bloco central (PS/PSD) e subscrita pelo CDS em proposta autónoma, esta disposição sempre mereceu a frontal oposição do Grupo comunista, que entendeu ser agora novamente oportuno confrontar os outros partidos com uma questão inegavelmente relacionada com factores de transparência da vida política.

Daí a presente proposta de revogação das chamadas "reformas dos políticos", atitude absolutamente coerente com aquilo que tem sido o entendimento e a prática do PCP sobre

esta matéria. Recorde-se que o regime por si definido para os seus deputados é o que fixou nos respectivos Estatutos, no qual se estabelece que «no desempenho dos cargos (públicos) para que foram eleitos, os membros do Partido não devem ser beneficiados nem prejudicados financeiramente por tal facto».

No que se refere ao projecto que estabelece o regime de exclusividade para o exercício de cargos políticos, na sua base está o pressuposto de que não existe qualquer razão de ser na existência de um regime de favor em relação aos deputados e autarcas, porquanto, o princípio geral definido legalmente - e comumente aceite no plano dos princípios - é o regime de exclusividade aplicado à generalidade dos titulares de cargos políticos.

Daí que, na perspectiva da formação comunista - que considera infundamentados os argumentos aduzidos pelos que falam da necessidade de os políticos não se profissionalizarem e de manterem uma ligação com a sociedade -, a solução mais correcta seja o estabelecimento do regime de exclu-

sividade para os deputados e autarcas em regime de permanência.

Quanto ao diploma que proíbe o financiamento de partidos políticos e de campanhas eleitorais por empresas, como é salientado na nota preambular, a sua razão de ser prende-se com a absoluta necessidade de impedir o desenvolvimento de "qualquer crise de confiança dos cidadãos perante as instituições políticas", ou qualquer "suspeição popular" quanto à existência de relações promíscuas entre partidos políticos e poder económico.

Nessa medida, para quem sempre se opôs a tal financiamento (o PCP, recorde-se, foi o único partido com representação parlamentar que formalizou em projecto de lei a proibição de tal financiamento e foi o único que votou contra a legalização dessa possibilidade), a solução agora preconizada é inteiramente coerente com as posições desde sempre defendidas, constituindo a única forma de contribuir no sentido de pôr fim às negociações e à corrupção políticas, preservando simultaneamente a transparência da vida política.

Entretanto, foram já agendados para 9 e 15 de Março, respectivamente, os projectos de lei sobre as reformas dos titulares de cargos políticos, apresentados pelo CDS/PP e pelo PS. Aqueles dois partidos utilizaram o seu direito potestativo para agendar os diplomas que visam alterar o actual esquema das reformas dos políticos.

### FIÇÃO DE UNIDADE

O líder parlamentar do PSD, Pacheco Pereira, reafirmou no Parlamento que não há motivos para antecipar as eleições legislativas, numa intervenção proferida na passada semana sobre o recente Congresso laranja, grande parte dela dedicada a enfatizar a ideia de que existe unidade em torno do novo presidente do partido. Comentando estas declarações, Manuel Alegre, vice-presidente da bancada do PS, classificou o congresso de "colossal mistificação política", de "encenação mediática", adiantando que Cavaco Silva, ex-líder e ainda Primeiro-Ministro, foi ao congresso para "endeusar-se", sem se submeter ao "voto popular". Octávio Teixeira, presidente da formação comunista, afirmou por seu turno que o congresso limitou-se "a discutir pessoas" e não os problemas e as políticas para o país, considerando simultaneamente que o conclave foi "uma ficção de unidade", porquanto, disse, os candidatos, durante a campanha, "atacaram a política do Governo" da qual são responsáveis. Irónico, Narana Coissoró, presidente do Grupo Parlamentar do PP, considerou os discursos de Nogueira "um bocejo", uma "ladainha que nem o Abade do Minho faria".

### CARTEIRA PROFISSIONAL DOS JORNALISTAS

O PSD e o PP confirmaram, na semana transacta, em votação final global, as alterações ao decreto do Regulamento da Carteira Profissional do Jornalista que prevê uma comissão tripartida. O PCP, PS e os deputados independentes Mário Tomé (UDP) e Raul de Castro (ID) votaram contra. Socialistas e comunistas estão contra o número 4º do articulado relativo à primeira eleição da Comissão da Carteira Profissional, propondo mesmo a sua eliminação, uma vez que os representantes dos jornalistas já foram eleitos, numa votação organizada pelo Sindicato dos Jornalistas. Este era o controverso artigo contra o qual o SJ se pronunciara e que atribuía a convocatória e organização das eleições ao Gabinete de Apoio à Imprensa (GAI), um organismo estatal. A formulação aprovada, e já discutida na Comissão de Assuntos Constitucionais, corresponde à última proposta do sindicato em que se prevê que a primeira eleição, apesar de convocada pelo GAI, terá o apoio da organização sindical dos jornalistas. Com estas alterações, as rádios passam também a dispor de um representante indicado pelas entidades patronais.



## Viabilizar a Torralta

O líder do Grupo Parlamentar do PCP, Octávio Teixeira, exigiu que o Governo assuma "as suas responsabilidades" no processo Torralta, accionando para o efeito as medidas entendidas como necessárias com vista à viabilização da empresa e à garantia dos respectivos postos de trabalho.

Para Octávio Teixeira, que escreveu uma carta sobre o assunto ao Ministro do Comércio e Turismo, "não há alternativa à viabilização da Torralta", uma vez que, alerta, a hipótese de declaração de falência da empresa não se constitui como alternativa, dado que não defenderia a economia nacional e provocaria ainda maiores danos sociais para os seus já muito sacrificados 400 trabalhadores e suas famílias.

Depois de recordar os sucessivos episódios e impasses que têm envolvido este longo processo, bem como as várias diligências encetadas pelo Grupo comunista, o Presidente da bancada do PCP insiste na ideia de serem adoptadas medidas por parte do Estado que viabilizem a Torralta, lembrando a este respeito as propostas do Administrador Judicial da empresa e a recomendação do Provedor de Justiça que estabelecem um quadro "que permite, sem mais delongas, uma decisão definitiva que viabilize a continuação da actividade da empresa e a manutenção dos seus postos de trabalho".

## Ainda o Congresso do PSD Mistificação da realidade não resolve problemas do País

Ressonâncias do Congresso do PSD ecoaram no debate parlamentar e concitaram, faz hoje oito dias, a atenção dos deputados. Nos termos propostos pelos partidos da oposição, falou-se sobretudo não já da "verdadeira sessão de ilusionismo político", no dizer de Ferro Rodrigues (PS), ou da "colossal mistificação" desse espectáculo que se transformou numa "espécie de totalitarismo audiovisual", para utilizar a expressão do deputado comunista Lino de Carvalho.

Desmontado o conclave, assente na luta pelo poder interno do PSD, onde não houve lugar para o debate de ideias ou propostas, do que acima de tudo falaram os deputados da oposição foi dos problemas nacionais, de tudo aquilo que afinal esteve arredado da reunião magna do Coliseu.

Foi por isso extremamente oportuno e útil ouvir Lino de Carvalho assinalar que depois da operação de "mistificação da realidade em que o PSD se especializou", "o País real continuou com os mesmos problemas", não havendo "operação de branqueamento" que possa limpar as responsabilidades do PSD pela crise económica, social e institucional.

A testemunhá-lo - e estes foram os exemplos concretos detalhadamente expostos por Lino de Carvalho -, estão os 423.000 desempregados (um novo recorde no desemprego), a queda do consumo das famílias e da produção industrial, a subida das taxas de juro activas e os sinais inflacionistas com tendência para uma alta.

Mas sobre esta realidade que nenhuma

maquilhagem pode esconder falam ainda as lutas quotidianas e os protestos dos trabalhadores, sejam os trabalhadores da Telecom, ou os ferroviários, os agricultores ou os professores, os trabalhadores aduaneiros ou os trabalhadores da Torralta.

A todos eles se referiu Lino de Carvalho, sem esquecer, noutra plano, a privatização do BPA ou a demissão em bloco da CMVM na sequência da isenção especial decretada para António Champalimaud da obrigação do lançamento de OPA sobre o Banco Totta & Açores, episódio que põe a nu, segundo o deputado comunista, "os hipócritos discursos da apologia do mercado e de menos Estado ou do respeito pelas leis".

"É cada vez mais evidente que o PSD não tem soluções para os problemas do País. Quanto muito tem soluções para os grupos de interesses que se movem na sua órbita e que permitem aumentar a taxa de lucro dos interesses económicos e a exploração dos trabalhadores", concluiu o parlamentar do PCP.



# Por causa de Foz Côa Arqueólogos saem do IPPAR

A AAP-Associação dos Arqueólogos Portugueses decidiu suspender a sua representação no conselho consultivo do IPPAR-Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico. Esta medida é, de acordo com a AAP, citada pela LUSA, uma "forma de protesto pelo fraco empenhamento" demonstrado pelo IPPAR "na salvaguarda do complexo de arte rupestre do vale do Côa" e segue-se a uma tomada de posição semelhante, individual, feita por Cláudio Torres logo no início deste processo.

Reunida em assembleia-geral, a AAP exigiu a "suspensão das obras da barragem de Foz Côa", visando reavaliar o projecto hidroeléctrico e o estudo de alternativas para salvar a arte rupestre da zona.

José Manuel Vargas, professor de História, membro da Comissão de Cultura Literária e Artística do PCP e um dos promotores do documento que em conferência de imprensa tornou pública a posição do Partido de exigência de desencadeamento do processo de classificação de património mundial dos achados de Foz Côa, diria a este propósito ao «Avante!» que este «foi um extravasar de uma situação de descontentamento que se arrastava há muito tempo,

manifestada pelos arqueólogos em várias ocasiões».

## A gota de água

«Verifica-se que o IPPAR continua a não dar resposta aos problemas da arqueologia nacional e o caso de Foz Côa foi a gota de água», disse José Manuel Vargas.

A AAP vai propor ao IPPAR a constituição de uma equipa interdisciplinar em permanência no terreno, para proceder à sistemática prospecção do vale do Côa e zonas adjacentes, com o objectivo de determinar a extensão do conjunto de arte rupestre.

Quanto ao Governo, vai pedir a abertura de um inquéri-

to independente, destinado a esclarecer todo o processo da avaliação preliminar do impacto ambiental da barragem, de modo a apurar responsabilidades institucionais e individuais.

A designação de «IPPAR» é mesmo encarada por muitos arqueólogos como «algo cínica», diz-nos José Manuel Vargas, pois o «AR» final da sigla poderia dar a entender estar a falar-se de arqueologia mas a verdade é que a arqueologia no IPPAR não chega a ter cinco por cento do orçamento «e além disso, desde a reestruturação da SEC, as coisas na arqueologia ficaram ainda pior com os estragos que Santana Lopes fez, de cujas consequências ainda agora estamos a sofrer», diz-nos o nosso entrevistado.

Foi a política da propaganda e tentar disfarçar insuficiências agravadas com a extinção dos serviços regionais de arqueologia: «a partir daí deixou de haver acompanhamento no terreno dos problemas da arqueologia e Foz Côa é um exemplo disso. Se a delegação regional do norte funcionasse, as coisas talvez não tivessem chegado onde chegaram».

A AAP quer ainda apoiar os arqueólogos docentes universitários que pediram à Procura-



José Manuel Vargas, da Comissão de Cultura Literária e Artística do PCP, considera o caso de Foz Côa «a gota de água» que fez transbordar o copo dos arqueólogos

doria-Geral da República (PGR) a abertura de um inquérito também com o objectivo de apurar responsabilidades neste caso.

A direcção da AAP vai finalmente pedir audiências ao Presidente da República, subsecretário de Estado da Cultura e Subcomissão de Cultura da Assembleia da República, para expor a sua posição na matéria.

## Delimitar

A questão da delimitação da zona do vale do Côa para se poder efectuar o pedido de classificação de património mundial - problema levantado pelo IPPAR que argumenta com a descoberta diária de gravuras para não poder avançar com a ideia - é comentada por José Manuel Vargas da seguinte forma: «Delimite-se o que já existe e acrescente-se, à luz da legislação em vigor, uma zona especial de protecção, como já foi feito noutros casos.»

Sobre possíveis dinheiros da UNESCO que poderiam vir para Portugal por causa de Foz Côa - especialmente como forma de compensação à suspensão das obras da barragem -, José Manuel Vargas lembra precedentes em que a UNESCO presta apoio financeiro, mas que não exclui os apoios

financeiros do Governo do próprio país em que se encontra o património subsidiado, «tal como prevê a convenção do património mundial».

Dada a importância deste achado e pelas opiniões da própria UNESCO existem possibilidades de esta dar algum apoio, «mas não, provavelmente, os tais milhões que alguns estarão a pensar...».

No entanto, caso esse dinheiro não venha, é posição da Comissão de Cultura Literária e Artística do PCP que a suspensão das obras da barragem não esteja dependente da posição da UNESCO, uma vez «que será natural que o parecer da instituição seja prudente e não diga claramente que a estação deve ser salvaguarda integralmente. Ou seja: é natural que os técnicos da UNESCO reconheçam o valor das gravuras, que digam ser necessário proceder a mais estudos, mas a decisão de cancelar a obra da barragem compete-nos a nós e o IPPAR não pode escudar-se dessa posição eventual da UNESCO».

## AC e DC para o património português

No entanto, o recente arre-  
pio de caminho do subsecre-

tário de Estado da Cultura, Manuel Frexes, em relação a declarações anteriores de viabilização da barragem, a posição dos arqueólogos, o facto de cada vez mais as próprias pessoas de Foz Côa se manifestarem em favor da preservação deste património e a impressionante demonstração de interesse dos jovens (num abaixo assinado com já 100 mil assinaturas) contra a construção da barragem são demonstrações de uma evolução positiva dos factos em favor dos que defendem as obras do paleolítico superior.

A necessidade de um debate público, também na Assembleia da República, que discuta não só a questão da preservação das gravuras mas também as alternativas à barragem é realçado por José Manuel Vargas que lembra a importância dada a este caso, em reunião recente, pelos arqueólogos portugueses no que diz respeito à defesa do património português no seu todo: «Agora quando se encontrar alguma coisa já não vai ser destruída com muita facilidade. Há um alerta da opinião pública tão forte que os arqueólogos falam mesmo de um período AC e DC no que diz respeito à defesa do nosso património: Antes de Côa e Depois de Côa.»

# Ninguém quer incineradora de resíduos tóxicos

O partido "Os Verdes" lançou a semana passada, em Setúbal, uma campanha contra a incineração de resíduos tóxicos em Portugal. Sob o lema "Incineração, não obrigado", a campanha vai incidir, principalmente, nos distritos de Aveiro, Porto e Setúbal.

"Os Verdes" acusam o Governo de esconder o debate que tem sido feito noutros países europeus, e que já levou alguns deles a abandonarem a incineração de resíduos tóxicos industriais.

Além disso, consideram que o modelo de incineração, previsto para Portugal, já está ultrapassado.

Baseando-se em estudos científicos a que "Os Verdes" terão tido acesso, o deputado André Martins afirmou à LUSA que "os cientistas consideram incontroláveis alguns gases libertados pelas incineradoras".

"Por outro lado, já todos sabemos que, as incineradoras libertam as dióxinas, que são altamente cancerígenas. Neste momento, já utilizam tecnologias mais evoluídas noutros países europeus", acrescentou.

"Os Verdes" defendem que o Governo deveria fazer um levantamento exaustivo da produção de resíduos tóxicos em Portugal, responsabilizando as empresas que os produzem pelo seu acondicionamento e segurança.

"Esse trabalho permitiria reduzir a produção de resíduos tóxicos em Portugal para menos de metade da produção actual, que se calcula em 1400 mil toneladas de resíduos tóxicos, por ano", garante o deputado dos "Verdes", André Martins.

Para "Os Verdes", os estudos de impacto ambiental, em fase de consulta pública, também não merecem qualquer credibilidade. Segundo

André Martins, "são estudos encomendados que, ainda por cima, partiram logo do pressuposto de que a região de Setúbal produzia mais resíduos tóxicos, quando se sabe que muitas das principais empresas poluidoras da região de Setúbal fecharam as portas nos últimos anos".

Entretanto, o presidente da Câmara de Sines disse que vai mobilizar a população do concelho para se opor à eventual instalação de uma incineradora de resíduos perigosos naquela região do Litoral Alentejano.

Francisco Pacheco falava à Agência Lusa à saída de uma audiência, em Lisboa, com a ministra do Ambiente e Recursos Naturais, Teresa Gouveia.

A par da mobilização da população, a Câmara de Sines vai convidar ambientalistas da Quercus, GEOTA e Liga para a Protecção da Natureza para uma sessão pública na vila para debater a problemática dos resíduos.

"Vamos fazer o que o Ministério do Ambiente devia ter feito", explicou Francisco Pacheco.

Por seu lado, aquelas três associações ambientalistas criticaram em comunicado conjunto a forma como está a ser conduzido pelo Governo este processo.

O incumprimento de garantias dadas anteriormente pela ministra do Ambiente e Recursos Naturais, Teresa Gouveia, "impede-nos de aceitar" o sistema proposto pelo Governo.

Os ambientalistas consideram que "a necessidade de rapidamente tomar uma decisão foi superior ao respeito dos compromissos assumidos", nomeadamente a definição de um Plano Nacional de Erradicação de Lixeiros e Descargas Não Controladas.

## E o Ano Europeu da Tolerância?

Curiosamente, nesta «febre» rotineira de comemorações e organização de «anos sobre», terá passado despercebido a muita boa gente o facto de este ser também o «Ano Europeu da Tolerância», particularmente significativo se atendermos ao crescendo dos fenómenos de racismo, xenofobia e, até, violência desportiva que se registam nos países europeus.

Fenómenos a que Portugal também não está imune e que levaram a Ecolojovem, organização juvenil de "Os Verdes", a reclamar a propósito "acção concreta" contra o racismo e intolerância, no âmbito deste Ano Europeu da Tolerância.

"Reclamamos o fim da situação dramática dos milhares de imigrantes que continuam em situação ilegal", referiu a Ecolojovem, em comunicado, acusando as forças policiais de "escandalosas violações de direitos humanos dentro das esquadras relativamente a muitos cidadãos, nomeadamente africanos".

A Ecolojovem destacou também a importância de uma outra campanha europeia - a de juventude "Todos Diferentes, Todos Iguais" - mas lamentou o facto de o comité nacional da campanha ficar "empobrecido pelo não envolvimento de muitas organizações" que têm contribuído para a eliminação do racismo.



## Orçamento comunitário

O Parlamento Europeu iniciará na sua próxima sessão de Março, em Estrasburgo, o processo orçamental de 1996, com a apreciação das orientações gerais propostas para o mesmo pelos relatores James Elles e Joaquim Miranda.

Membro da Comissão dos Orçamentos desde 1986, data da adesão de Portugal às Comunidades, o deputado Joaquim Miranda será agora também o primeiro deputado português a assumir tais responsabilidades num processo orçamental, matéria em que o PE dispõe de particulares e significativos poderes.

O rigor, a transparência e a programação constituem os princípios directores que o deputado do PCP preconiza para as despesas das instituições comunitárias, área em que assumirá principais responsabilidades.

## Debate sobre o México

O eurodeputado comunista, Honório Novo, sugeriu ao PE que convide, para debates, membros dos partidos mexicanos da oposição e o Bispo de Chiapas. A iniciativa foi tomada na sequência da aprovação de uma Resolução sobre a situação no Estado de Chiapas (México), em que se defende a necessidade de manutenção de um clima de paz e de diálogo na região.

Segundo o eurodeputado, o contributo do PE seria mais positivo se a posição adoptada não contemplasse "aspectos novos e não demonstrados, de que é exemplo a hipotética ligação entre o movimento zapatista e organizações terroristas". Para Honório Novo, "aceitar sem contraprova" tal sugestão, apenas deverá reforçar a necessidade de o Parlamento "ouvir directamente todas as partes".

## Açores e Madeira com menos apoios

Ao longo dos dois últimos anos e meio, a Comissão Europeia determinou que os montantes das ajudas ao fornecimento de certos cereais de origem comunitária destinados aos Açores e Madeira fossem reduzidos. Assim, o montante destinado ao trigo mole, de 65 ecus/ton., em 1992, passou para 26 ecus/ton. em 1994; à cevada, de 74 ecus/ton. para 52 ecus/ton.; ao milho, de 101 ecus/ton. para 61 ecus/ton.; ao trigo duro, de 106 ecus/ton. para 0 ecus/ton..

Tendo em conta que o Regulamento que instituiu as referidas ajudas procura atender às especificidades e limitações daquelas regiões insulares, como tal caracterizadas pelo POSEIMA, e que essas debilidades assumem um carácter permanente; bem como que os produtos citados tem particular significado no abastecimento das regiões, sendo igualmente fundamentais para certas indústrias transformadoras locais, o eurodeputado Sérgio Ribeiro questionou a Comissão sobre a matéria. Trata-se de saber quais as razões que levaram a Comissão a decidir uma diminuição tão significativa, bem como se estão previstas, designadamente no âmbito do POSEIMA, medidas compensatórias para as referidas diminuições. Aguarda-se resposta.

## Ligação Lisboa/Valladolid interessa à Comunidade

A auto-estrada Lisboa/Valladolid, seleccionada pelo "Grupo Christophersen" na lista dos projectos prioritários de transportes apresentada ao Conselho de Essen, é considerada de grande importância a nível comunitário. Quem o afirma é o comissário Kinnock, em resposta a uma pergunta do deputado Honório Novo sobre a matéria.

Segundo o comissário, a auto-estrada "é considerada como uma tarefa importante na qual a Espanha e Portugal se devem empenhar", pelo que os dois Estados-membros, "extraíndo o máximo benefício do apoio comunitário disponível", devem "fazer todos os esforços possíveis para acelerar a sua preparação e a sua realização".

Quanto ao apoio comunitário ao projecto, que segundo notícias vindas a público estaria posto em causa, o comissário Kinnock recorda que, no seu relatório final, o "Grupo Christophersen" fez notar que o projecto "pode beneficiar de importantes subvenções comunitárias no âmbito da coesão", pelo que os dois países envolvidos devem, em cooperação com a Comissão, "determinar a parte dos meios disponíveis que consideram adequada" para atribuir ao empreendimento, bem como a parte que deve ser consagrada a "outros projectos de infra-estruturas de transportes".

Salientando que a decisão de utilização de fundos europeus para os referidos projectos cabe aos Estados-membros, tendo a Comissão "um papel subsidiário de incentivo e coordenação", o comissário faz saber que "a Comunidade, nomeadamente através do fundo de coesão, co-financia a construção de dois troços da auto-estrada no itinerário português".

## Deslocalizações

# Uma estratégia perversa

O debate sobre as *deslocalizações* de empresas na União Europeia e a consequente aprovação de uma resolução sobre a matéria, na sessão de Fevereiro do Parlamento Europeu, como o "Avante!" noticiou a semana passada, permitiu, mais do que a tomada de posição sobre a causa próxima que lhe esteve na origem - o caso da Renault Portuguesa -, uma reflexão sobre um problema a exigir urgente resolução.

Em causa estão complexos contratos entre grupos transnacionais e governos, envolvendo avultadas verbas, acordos, compromissos, obrigações e contrapartidas de parte a parte, cujos mecanismos importa tornar transparentes, sob pena de se estar a gerar no espaço intra e extracomunitário, em nome do desenvolvimento, uma requintada forma de exploração e apropriação indevida de recursos nacionais e comunitários.

A questão foi salientada pelo deputado comunista Sérgio Ribeiro, ao intervir no debate, em Estrasburgo. Partindo do caso concreto da Renault Portuguesa, cujo contrato incluiu, para além da fábrica de Setúbal, as fábricas instaladas em Cacia e na Guarda, com o público compromisso de as manter em funcionamento, num quadro de um conjunto de ajudas, directas e indirectas, o eurodeputado lembrou que a fábrica da Guarda já foi vendida e que, embora o Governo tenha feito funcionar o acordo de contrapartidas, subsiste por parte das autoridades a preocupação quanto ao eventual não cumprimento de outros pontos do acordo. Começam aqui as interrogações. Que pontos são esses? Trata-se

só de receber as contrapartidas devidas por esse não cumprimento? Quanto vale, agora, a contrapartida por cada posto de trabalho criado ou já destruído depois da efémera criação?

Que o âmbito desta questão ultrapassa o domínio nacional, fez notar o eurodeputado, tornou-se evidente quando, já no presente ano, o ministro da Indústria português congelou financiamentos destinados a apoiar projectos para a fábrica de Cacia e que derivavam de apoios comunitários no quadro do PEDIP II. Envolvidos nas referidas operações há, pois, fundos comunitários, que servem para "pressionar uma das partes a cumprir as suas obrigações contratuais".

Para Sérgio Ribeiro, tudo isto deveria ser esclarecido, ser tornado transparente e, sobretudo, ser exemplar. Porque, como afirmou, "o que está em causa não são malfetorias que um determinado grupo económico estaria fazendo num país cujo governo não teria acautelado os seus interesses" - embora isso também seja verdade -, mas sim "uma estratégia de que resultam essas acções e as suas consequências". Uma estratégia de que, hoje, são intérpretes a Renault e Portugal, como ontem o foram a Hoover, o Reino Unido e a França, ou a Suzuki e a Espanha.

Quando o eventual encerramento da Renault em Setúbal aponta para a abertura de outra fábrica mais a Leste, ou mesmo fora da Comunidade, mas não sem apoios comunitários -, é impossível deixar de se reconhecer que se está perante uma estratégia e dinâmicas que vão muito para além do aproveitamento das condições criadas pelo mercado interno, particularmente a livre circulação de capitais.

Como o eurodeputado comunista sublinhou na sua intervenção, "além de haver uma corrida ao acesso a fundos comunitários, nem sempre respeitando os fins e objectivos para que estes foram criados, ou pouco se importando com esses fins e objectivos, quer os governos, transnacionais ou a própria Comissão que dá o seu aval, sobram exemplos de desrespeito pelo cumprimento de condições

negociadas para se ter esse acesso aos fundos", e assim se "deslocaliza, recomeçando um idêntico ciclo de negociações noutras paragens".

Para os comunistas, é absolutamente inaceitável que se possa estar a admitir que uma qualquer transnacional, nos seus cálculos de rentabilidade, possa lançar a dívida de operações de instalação de fábricas suas, ou com o seu nome e *know-how*, as indemnizações que tenha de pagar por incumprimento de condições negociadas com o governo do país que abandone por troca com outro, indemnizações que poderão ser largamente compensadas, do ponto de vista financeiro, pelas ajudas, directas ou indirectas, governamentais e comunitárias, que, no novo país, algures para onde se deslocalize, possa vir a ter.

Tendo em conta os enormes custos sociais de uma tal estratégia, os comunistas exigem a tomada de medidas contra as situações de verdadeiro (ainda que escamoteado) *dumping social* assim geradas, um balanço das *deslocalizações* já registadas, bem como a necessária integração dos fundos comunitários numa outra estratégia, de coesão económica e social, e a indispensável transparência em todos os contratos em que participem os governos e grupos económicos e a que a Comunidade tenha ligação, directa ou indirectamente, por via dos fundos.

## Portugal permanece entre os mais pobres da UE

Quatro regiões portuguesas - Alentejo, Açores, Madeira e região Centro - figuram entre as doze mais pobres da União Europeia, com um Produto Interno Bruto (PIB) inferior a 50 por cento da média comunitária, informou a semana passada o organismo estatístico da UE, Eurostat.

De acordo com os dados divulgados, é a seguinte a relação entre os PIB das quatro regiões mais pobres de Portugal e o PIB médio comunitário: 41 por cento, Alentejo e Açores; 44 por cento, Madeira; e 48 por cento, região Centro.

O Eurostat contabilizou apenas uma região, situada em território da ex-RDA - Thuringen -, com um índice de riqueza menor ao de Alentejo e Açores, equivalente a 38 por cento da média da Comunidade.

Portugal e Grécia são os únicos países da União onde nenhuma região atinge o índice médio de riqueza da Europa dos "quinze". No caso espanhol, só uma região (Baleares) o ultrapassa ligeiramente.

Do lote das sete regiões mais prósperas - cujo PIB é superior à média comunitária à razão de 55 a 96 por cento (caso de Hambur-

go, Alemanha) - constam quatro alemãs, uma belga, uma francesa e uma austríaca, refere o Eurostat.

Segundo aquele organismo, os números relativos ao PIB per capita das regiões europeias, expresso em padrões de poder de compra, acusa "diferenças notáveis entre os países da União".

A Grécia surge na cauda, totalizando um nível de riqueza equivalente a 61 por cento da média comunitária. Seguem-se Portugal, com 67 por cento; Irlanda, 76 por cento; e Espanha, 77 por cento.

Com PIB inferior à média dos "quinze" apenas sobram a Finlândia (93 por cento) e o Reino Unido (98 por cento). O Luxemburgo, com um índice de 156 por cento, lidera o grupo dos estados mais ricos.

## Mais desemprego no horizonte

Os dados do Eurostat foram divulgados no mesmo dia em que o presidente da Comissão Europeia, Jacques Santer, sustentou que a Europa tem de optar entre a vanguarda da futura sociedade da informação - ainda que tal implique desemprego maciço - e a auto-exclusão do modelo económico do futuro.

Falando nas vésperas da Conferência do Grupo dos Sete países mais industrializados (G-7) sobre telecomunicações avançadas, organizada pela Comissão Europeia no passado fim-de-semana, na capital belga, Jacques Santer reconheceu o risco de as novas tecnologias gerarem mais desemprego, pelo que propôs a criação de um "grupo de alto nível" encarregado de estudar o problema. A medida está longe de responder de forma satisfatória às previsões catastrofistas surgidas de dois estudos relativos ao impacto da chamada sociedade da informação no mundo laboral (sobre esta

questão, ver mais informação na página 12).

Também a Organização Internacional do Trabalho (OIT) divulgou há dias previsões negras para o futuro no respeitante ao emprego. Segundo o relatório daquela organização, nos países industrializados, 35 milhões de trabalhadores estão desempregados, na que a OIT considera a **mais grave crise do emprego desde a Grande Depressão nos anos 30**. Contradizendo as tendências ocidentais e conselhos prestados por outras instituições internacionais, a OIT defende que a abolição dos salários mínimos e outras medidas semelhantes adoptadas para reduzir os custos do trabalho "não são soluções para as nações industrializadas".

O restabelecimento do pleno emprego "não será tarefa fácil", mas "é possível com a coordenação das políticas nacionais e internacionais", afirma o relatório, que será apresentado na Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Social, que se realizará em Copenhaga, em Março.



## Irlanda

# Convenção do Sinn Fein reafirma empenhamento na paz

O Sinn Fein, ala política do IRA, encerrou a sua convenção anual em Dublin com uma apreciação positiva do recente documento anglo-irlandês sobre o processo de paz, a garantia de um maior envolvimento neste processo e a exigência de libertação de todos os presos políticos.

Reunido na Mansion House de Dublin, local histórico para os republicanos irlandeses, o Sinn Fein sublinhou a sua disposição em participar em futuras negociações. Na sua intervenção perante a convenção, o dirigente do partido, Gerry Adams, afirmou que "uma sociedade irlandesa pacífica,

justa e unida deve incluir todos os sectores da população".

O Sinn Fein considerou o documento anglo-irlandês recentemente apresentado como uma base de negociações e reafirmou o seu apoio à "busca de uma solução interna".

Este novo plano anglo-irlandês, apresentado pelos governos de ambos os países, propõe a criação de uma autoridade comum (com poderes ainda não definidos) entre o Norte e o Sul; a renúncia, por parte da República, à soberania constitucional sobre o Norte, a aceitação pela Grã-Bretanha da escolha feita pela Irlanda do Norte, que poderá optar por um futuro independente, sem qualquer união com a Inglaterra.

Na apresentação do projecto, os dois primeiros ministros insistiram no facto de que o futuro da Irlanda do Norte - um pequeno país com 1.500.000 habitantes e que sofre a ocupação britânica há 70 anos - só será decidido com o acordo da maioria da população norte-irlandesa.

Num primeiro comentário a este plano - agora também considerado positivamente na convenção do Sinn Fein - Martin McGuinness, vice-presidente desta organização, declarou que "o movimento republicano é favorável ao processo de paz. Estamos hoje perante a melhor oportunidade para a paz dos últimos setenta anos".



Os representantes dos governos irlandês e inglês, quando da apresentação do plano anglo-irlandês para a paz

## Os pontos principais do plano anglo-irlandês

\* Criação de uma nova autoridade comum entre a República e a Irlanda do Norte, com poderes limitados "executivos, consultivos e de harmonização", composta por deputados do Parlamento de Dublin e de uma nova assembleia eleita, em Belfast, pelo método proporcional.

\* A República irlandesa deverá fazer uma emenda à passagem da Constituição que proclama a soberania da República sobre os seis condados da Irlanda do Norte.

\* A lei britânica será alterada e deverá reconhecer o direito à autodeterminação do povo da Irlanda do Norte.

\* O governo britânico reafirma não ter quaisquer interesses económicos ou estratégicos a defender na Irlanda.

\* O governo britânico manterá a união entre a Irlanda do Norte e a Inglaterra se tal for a vontade expressa da maioria da população da Irlanda do Norte.

\* Criação de um fórum parlamentar englobando os representantes do sul e do norte da Irlanda.

\* Os dois governos garantirão a protecção dos direitos cívicos, políticos, sociais e culturais nas duas partes da Irlanda.

\* Todas as propostas serão submetidas à discussão entre os representantes políticos do povo do Norte da Irlanda. Qualquer alteração constitucional respeitante à Irlanda do Norte será submetida a um referendo do eleitorado no Norte.



## Manifestações em Moscovo contra a guerra

A tradicional festa do exército vermelho - criada em 23 de Fevereiro de 1918 - assumiu este ano também o carácter de protesto contra a intervenção militar na Tchetchénia, o desastre económico e o desmantelamento da União.

No centro de Moscovo, decorreram uma manifestação e um comício organizados por uma dezena de associações, movimentos e partidos, incluindo o Partido Comunista da Federação russa.

Na foto, outra manifestação, frente ao Ministério da Defesa, em Moscovo, contra a guerra na Tchetchénia.

## Trabalhadores das comunicações contra política do G7

O Grupo dos sete países mais ricos do mundo - o G7 - reuniu em Bruxelas a 25 e 26 de Fevereiro, com a presença de cerca de cinco dezenas de dirigentes de grandes empresas ligadas à informação, numa cimeira destinada a debater as "auto-estradas da informação".

Em causa não estão propriamente as maravilhas da revolução técnica, que está a produzir profundas alterações nas possibilidades de circulação de informação, mas antes as formas de apropriação deste sector decisivo, pelos maiores grupos privados a nível mundial, o prosseguimento da política de liberalização e privatização do sector de comunicações.

Denunciando esta política, as organizações representativas da esmagadora maioria dos trabalhadores do sector das comunicações de Portugal decidiram enviar ao G7 um documento em que denunciavam que "os trabalhadores de todo o mundo deste sector nada de bom têm a esperar de um tal conclave" e sublinham: "sendo certo que as atenções e preocupações dos trabalhadores se viram, em primeiro lugar, para os seus problemas imediatos como sejam o emprego, os salários, a segurança social, a saúde, os direitos e regalias, não podem, contudo, deixar de associar os problemas que hoje enfrentam à política que de há dez anos para cá vem sendo seguida à escala nacional, europeia e mundial".

"Não é preciso recorrer a muitas palavras para traduzir as grandes linhas que têm sido seguidas para atingir os objectivos estratégicos que os governos traçaram para o sector das Comunicações - afirma-se no comunicado - *Desmembramento; desregulamentação; liberalização; privatização* - eis as palavras mágicas que têm servido de cartilha a todos os governos, correspondendo às políticas impostas pelo G7 que nesta reunião definirá os passos seguintes da ofensiva contra este sector".

O documento dos trabalhadores sublinha que "o desmembramento que tem ocorrido por todo o mundo tem assentado essencialmente na separação entre correios e telecomunicações. Apon-tado como uma necessidade inevitável destina-se, tal como a desregulamentação, a favorecer a liberalização e o aparecimento da concorrência, traduzindo-se numa forma indirecta de privatização".

A privatização é denunciada como forma de beneficiar os grandes grupos económicos. "Por duas ordens de razões fundamentais: — *estratégicas*, para obter o controlo das redes de comunicação, permitindo-lhe acompanhar a cada vez maior internacionalização das empresas; — *económicas*, porque, financeiramente, o sector é altamente rentável".

Os trabalhadores portugueses das Comunicações afirmam que combaterão "a política de privatização que vem sendo seguida neste sector e a todo o tipo de medidas que vierem a resultar desta reunião do G7, tendentes a acentuar a ofensiva contra o serviço público de Comunicações" e ainda "toda e qualquer tentativa de retirada de direitos e regalias de que há muito os trabalhadores são titulares".

Avançam simultaneamente com a exigência de um serviço público à medida das necessidades do país e de que "os investimentos, modernização e evolução tecnológica se traduzam em melhores condições de vida e de trabalho".

Uma luta que não diz respeito apenas aos trabalhadores portugueses, que manifestam a sua disponibilidade para, "em convergência, desenvolver iniciativas e acções à escala nacional, europeia e mundial de combate à política imposta pelo G7".

*O Militante*

À venda  
o número 215  
Março/Abril



# O essencial é alcançar a paz

— sublinha Ali Baiba em entrevista ao «Avante!»

**Mahfoud Ali Baiba, Secretário-Geral da Frente Polisário, da República Árabe Saharaui Democrática, esteve estes dias no nosso país, a convite do Conselho Português para a Paz e Cooperação. O dirigente da Polisário teve com o Avante! uma breve conversa - sobre o processo de autodeterminação e independência do Sahara Ocidental, e o referendo previsto para o próximo mês de Outubro - que aqui reproduzimos.**

*O referendo previsto para Outubro é um passo essencial no processo de paz em curso. Que se poderá dizer neste momento da sua preparação e perspectivas?*

Falando no próximo referendo, há antes do mais que sublinhar que *ainda não se realizou*. Segundo o calendário das Nações Unidas, a sua realização está prevista para o próximo mês de Outubro. Mas entretanto ainda se levantam muitos obstáculos. Coloca-se antes do mais a *questão da identificação* das pessoas com direito a voto. Que se prende naturalmente com o recenseamento, ou seja, as listas apresentadas pelas duas partes.

O processo de identificação é a identificação física. Neste trabalho estão neste momento envolvidos seis postos de identificação, que trabalham a um ritmo de 3 mil pessoas por semana. E as listas apresentadas registam cerca de 232 mil pessoas.

Está prevista a instalação, pelas Nações Unidas, de 25 postos de identificação que entretanto ainda não estão abertos. Só em fins do mês de Março entrarão em actividade. Nessa altura, o processo de identificação poderá finalmente decorrer de forma mais rápi-

da, o que permitiria o seu encerramento num prazo de três meses.

A *segunda etapa* corresponde ao período transitório que deverá começar em meados de Junho.

Neste período transitório, irá proceder-se nomeadamente à concentração das forças de ambas as partes - marroquinas e saharauis. E ao regresso dos refugiados.

Se todo este processo se desenvolver normalmente, sem problemas, poder-se-á avançar para o referendo. Mas se estas duas etapas defrontarem muitas dificuldades, o referendo não poderá realizar-se em Outubro.

Para já, limitámo-nos a falar dos aspectos práticos. Mas a *questão fundamental é política*.

Se as duas partes não chegarem a acordo sobre as formas em que se irá processar o referendo, será muito difícil a sua concretização.

Se conseguirmos - numa base de diálogo - que as duas partes se sentem a uma mesa de conversações, então poder-se-á avançar. Conversações e preparação do referendo surgem assim como processos complementares.

*O ano de 95 será um ano decisivo.*

Ou vamos para o referendo, ou a situação tornar-se-á insustentável. Os saharauis não podem continuar a viver assim, entre a guerra e a paz.

Está em causa o diálogo, a credibilidade das Nações Unidas, da comunidade internacional. Impõe-se desenvolver os esforços necessários para que, através do referendo, seja possível uma solução pacífica.

*A fase actual vem na sequência de anos de guerra e tentativas várias para encontrar uma solução pacífica. Que há de mais importante a destacar no que se passou nestes anos?*

Creio que para os portugueses é fácil compreenderem os problemas do povo saharauí, porque na minha opinião trata-se de uma questão semelhante à de Timor-Leste, e surgiu praticamente na mesma altura.

Em termos gerais, a situação de partida é a de uma colónia espanhola, sujeita à colonização ao longo de um século. Nos anos 70, iniciou-se um processo de descolonização que, entretanto, por razões da política interna espanhola, evoluiu para a entrega do Sahara aos dois países vizinhos.

A partir de então, os saharauis começaram a organizar a resistência. Com a Mauritânia, houve dois anos e meio de guerra, seguida de uma paz estável. Foi com Marrocos que se sucederam os confrontos armados, com grande concentração de armamento e forças. Diversas tentativas de diálogo falharam. Em 1968. Em 1983, em Argel. Em 1985,

em Lisboa. Em 1989, em Marraqueche.

Estas tentativas nunca resultaram porque Marrocos de facto nunca teve a intenção de acabar com a ocupação e de enveredar por uma solução pacífica para o problema.

factor de tensão a somar, quer aos problemas do Sahara, quer simplesmente às dificuldades da vida económica e social da nossa região.

Pelo que penso que há que não associar o problema saharauí ao fenómeno de fundamentalismo que se regista na região.

*mente em termos sociais, entre a população saharauí?*

É uma situação muito difícil. Porque, por um lado, é preciso dar resposta à agressão, o que exige a mobilização, a concentração de energias. E há toda a outra realidade, social, econó-



*A realização do referendo e o processo prévio de identificação dos eleitores são elementos essenciais para uma solução pacífica do conflito no Sahara*

A Organização de Unidade Africana e, posteriormente, as Nações Unidas colocaram o problema do povo saharauí, como um problema de colonização.

Foi em 1986 que se iniciaram tentativas de solução do problema saharauí a nível internacional, através do então secretário-geral da ONU, Pérez de Cuéllar. Em 88, é elaborado um plano de paz, um plano para a resolução do problema saharauí, que incluía um cessar-fogo, a instalação de observadores militares, de comissões de verificação e outras comissões ligadas às Nações Unidas.

Mas desde então, na prática, as coisas quase nada avançaram, pois há uma intenção clara por parte de Marrocos de retardar o mais possível o processo, de forma a obrigar a comunidade internacional a uma delapidação de dinheiros e ao abandono na prática do povo saharauí por parte da comunidade internacional.

*Que reflexos tem a actual situação na Argélia neste processo?*

Bom, podemos dizer que é uma situação que afecta toda a região. Todos os países do Magrebe defrontam uma situação semelhante. É mais um

No plano político, a Argélia mantém a mesma posição, ainda que os seus problemas internos impeçam um papel tão activo como no passado.

Marrocos tem vindo a aproveitar esta situação para vender a sua imagem como de um país moderador e estável. E simultaneamente tenta apostar no aprofundamento dos problemas argelinos.

Mas como se costuma dizer, *não se deve deitar fogo à casa do vizinho...*

*Como avalia o papel das Nações Unidas ao longo destes anos?*

Na nossa opinião, as Nações Unidas têm assumido uma posição muito tímida, muito neutra. Parece-nos que todas as operações ligadas ao processo de paz deverão ser conduzidas de forma muito correcta, transparente. Pelo que pedimos que haja outros observadores independentes, de organizações, de partidos políticos. Tudo o que for possível para influenciar Marrocos e impor às Nações Unidas que desenvolvam o seu trabalho com o máximo de garantias.

*Como é que, ao longo deste período tão difícil, se tem organizado a vida, nomeada-*

mica, política, os esforços dirigidos à criação das bases de um futuro Estado. Temos a nossa Constituição, o nosso governo.

Neste momento, entretanto, a parte da população que vive nos campos de refugiados tem uma vida muito difícil - do ponto de vista alimentar, sanitário.

*Que tipo de Estado pensam vir a construir?*

Tudo isso está já definido na nossa Constituição. Será, em linhas gerais, um regime presidencial, com uma base democrática que garanta o pluralismo político, um mercado livre e uma política socioeconómica muito aberta, que tenha como objectivo a participação todas as potencialidades da sociedade. E uma participação muito activa no plano internacional. Tanto no plano regional como continental.

Em perspectiva está também o regresso dos refugiados - os que o desejarem, naturalmente - e a sua integração social.

Nada disto será fácil. Mas o essencial será conseguir estabelecer uma situação de paz. No plano económico, temos muitas potencialidades. Os fosfatos, o petróleo, as pescas, o turismo. A criatividade das pessoas.

## Delegação da Polisário esteve em Portugal

Uma delegação da Frente Polisário esteve em Portugal, entre 20 e 25 de Fevereiro, a convite do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC).

Em comunicado de imprensa, o CPPC refere que o chefe da delegação, Mahfoud Ali Baiba, do Secretariado da Frente Polisário e ministro da Saúde da República Árabe Saharaui Democrática (RASD), "foi recebido na Presidência da República, na Assembleia da República e no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Teve encontros com o PS, PCP, PSD, ID, UDP e Verdes, visitou e encontrou-se com autarcas dos Municípios de Lisboa, Loures, Amadora e Sesimbra (tendo então recebido representantes de pescadores que trabalham nos mares da região). Encontrou-se ainda com a CGTP e a UGT e com o Sindicato dos Bancários e a Fenprof. Recebeu uma delegação de armadores da Docapesca. Para além dos contactos com amigos da causa da Polisário, teve reuniões com ONGs, organizações de solidariedade, personalidades e organizações juvenis."

No comunicado do CPPC afirma-se ainda que, durante estes contactos, "a Dele-

gação da Frente Polisário teve ocasião de informar a opinião pública do nosso país sobre o actual momento do processo de autodeterminação do povo saharauí. Alertou para o perigo de sabotagem do processo por parte de Marrocos, seja pelo protelamento da realização do referendo sobre a autodeterminação, seja pelo falseamento do corpo eleitoral".

O comunicado do CPPC sublinha a contribuição, para o programa da visita, do Comité de Apoio à Frente Polisário, com quem foram coordenadas algumas iniciativas e propõe-se, "juntamente com outras organizações de solidariedade, partidos e associações políticas, organizações sindicais e sociais e autarquias, promover iniciativas de informação e sensibilização da opinião portuguesa e dos órgãos de soberania, com vista ao respeito e cumprimento do plano e respectivo calendário definidos pelo conselho de segurança das Nações Unidas para a realização do referendo previsto para o próximo mês de Outubro sobre o futuro do Sahara Ocidental".



■ Texto Anabela Fino  
■ Fotos Jorge Caria

**D**a teoria do oásis passou-se à teoria da retoma. A fazer fé nas declarações governamentais, Portugal vai de bem a melhor e a economia do País respira saúde. Entre os partidos políticos, há quem critique veladamente tanto optimismo, quem diga 'sim, mas...', e quem, abertamente, desmascare a mistificação duma realidade que se revela cada vez mais preocupante. É o caso de Octávio Teixeira, economista, membro da Comissão Política e líder da bancada parlamentar do PCP, para quem a 'retoma' não passa de propaganda e mais propaganda. Retomas destas, garante, dispensam-se. O que não se pode dispensar é a luta por uma nova política.

Ao anunciar que não se volta a candidatar à liderança do Governo, Cavaco Silva afirmou que deixa a inflação, o défice orçamental e o desemprego sob controlo. Que comentário merece esta afirmação?

Cavaco Silva "despediu-se" por ter receio de se confrontar, agora, com o voto dos portugueses, para não ser "despedido" pelos eleitores.

Esse receio resulta da consciência que tem de que a situação económica e social do país é má, de que o último quinquénio, de 91 a 95, registou a pior taxa média de crescimento económico dos últimos 50 anos.

Quanto à inflação, é um facto que de 1991 para 1994 a taxa baixou para cerca de metade. Mas esta baixa da taxa de inflação foi conseguida, fundamentalmente, devido à crise económica e à degradação dos salários. A inflação teve ainda um grande contributo da política cambial, do "escudo caro", que foi uma das causas da crise. Chamar a isto controlo, é ridículo.

O especialista do PS para as questões económicas, ao comentar esses resultados, disse que era inevitável que fosse assim, que o controlo da inflação teria de se fazer à custa dos salários. É mesmo uma inevitabilidade?

Não, não é necessário ser à custa dos salários e muito menos inevitável. O porta-voz do PS, quando faz essa afirmação, fá-la porque está a partir do mesmo pressuposto do PSD, ou seja, de que é preciso cumprir os critérios e as orientações de Maastricht, da União Económica e Monetária. Por isso, tudo é feito em termos de baixa da inflação não através do aumento da produtividade, mas através de redução dos salários, de mais desemprego, da sobrevalorização da taxa cambial do escudo e de aumento das taxas de juro.

No que se refere ao défice orçamental, a forma que Cavaco encontrou para o controlar foi o permanente aumento dos impostos (veja-se, por exemplo, o IVA para 1995), e a redução das despesas sociais na educação, na saúde, na segurança social. Controlos destes, dispensam-se...

Falou-se muito, a certa altura, do chamado IVA social, que seria uma forma de resolver alguns problemas na distribuição da riqueza, designadamente problemas da Segurança Social...

O que aparece alcunhado de "Iva social" é apenas uma forma que o Governo arranjou para, sem uma grande reacção pública, aumentar de facto o IVA. A receita que o próprio Governo diz que vai retirar do IVA, se a memória não me falha, é qualquer coisa como 45 milhões de contos; é evidente que isso não vai resolver nenhum dos problemas da Segurança Social. Tratou-se, na verdade, de apenas um pretexto para aumentar a taxa do IVA. Por outro lado, o problema da Segurança Social terá de ser resolvido, em termos do seu financiamento, não em termos das contribuições, através de outras formas que não passam por "Ivas sociais".

Voltando à questão inicial, no que respeita ao desemprego, o descontrolo é total. O desemprego continua a aumentar mensalmente, tendo atingido em Janeiro de 1994 os 424 mil inscritos. E ameaça continuar a aumentar.

De facto, Cavaco Silva teve muitas razões para fugir ao julgamento dos eleitores...

E, no entanto, fala-se de retoma. A OCDE prevê para Portugal um crescimento da ordem dos 2,5 por cento para este ano. Como entender estas previsões quando a produção industrial cresceu na União Europeia 5,2 por cento e apenas 0,3 por cento em Portugal; quando o défice da Balança Comercial aumentou 11,9 por cento; quando o investimento na indústria transformadora baixou 11,2 por cento? Que retoma é esta?

# O disco riscado da retoma

O disco riscado da propaganda actual do Governo é o da retoma. Tal como, em 1993, era o do oásis. Mas, neste caso como então, a propaganda é enganosa, pouco ou nada tem a ver com a realidade.

Onde está a retoma? Há 15 dias atrás, o ministro das Finanças deu uma conferência de Imprensa para apresentar os "indicadores da retoma" que, segundo ele, eram inequívocos. Dois dias depois, o Instituto Nacional de Estatística (INE) publicou dados estatísticos que desmentiam por completo o ministro...

A que se deve essa constante discrepância entre as afirmações que são feitas por responsáveis governamentais e responsáveis do INE? E qual a razão das diferenças entre os dados do INE e do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)?

A discrepância que existe entre os dados do INE e os dados do IEFP, por conseguinte, em relação aos dados sobre o desemprego, devem-se aos diferentes critérios utilizados. Para o IEFP, os desempregados são as pessoas que estão sem actividade e se vão inscrever nos Centros de Emprego. Depois, se as pessoas não respondem à carta de controlo são "abatidas" aos efectivos no cómputo dos desempregados. Por exemplo, no mês de Janeiro, apesar de ter havido um aumento do número total dos desempregados - de Dezembro para Janeiro esse número passou de 410 mil para 424 mil -, foram abatidos aos ficheiros 21 mil nomes!

O INE calcula o número de desempregados por amostragem. Vale a pena lembrar, no entanto, que, neste método do INE, uma pessoa que esteja desempregada mas que, na semana do inquérito, tenha trabalhado uma hora, já é dada como empregada; e se a pessoa, embora desempregada, nos últimos trinta dias não tiver procurado emprego, não é dada como desempregada.

O que significa que o número real do desemprego é muito maior do que os dados oficiais apontam...

Sem dúvida. É curioso registar que o próprio INE, nos dados que divulgou relativamente ao último trimestre de 94, segundo os quais o número de desempregados seria de 327.700, divulga em simultâneo um quadro em que se afirma que, para melhor compreensão da problemáti-



**O disco riscado da propaganda actual do Governo é o da retoma. Tal como, em 1993 era o do oásis. Mas, neste caso como então, a propaganda é enganosa, pouco ou nada tem a ver com a realidade**

ca do desemprego em Portugal, é preciso ter alguns factores em consideração. E este quadro dá mais cerca de cem mil desempregados. No final, os números não divergem muito dos do IEFP.

Quanto às discrepâncias entre as afirmações do ministro e os dados do INE, penso que elas só podem resultar do facto de o ministro não ter previsto a divulgação destes últimos, pelo que veio fazer a sua propaganda e foi de imediato desmentido pelos próprios dados oficiais.

Mas voltando à questão da "retoma", é preciso ainda dizer que a produção industrial está abaixo do nível de 1990 e continua a cair. Também o investimento continua a diminuir. A inflação do mês de Janeiro de 1995 foi superior à dos meses de Janeiro de 1993 e de 1994. O número de desempregados, como vimos, aumentou no mês passado em 14 mil. O consumo privado continua atrofiado. Os salários não aumentam.

É natural que o produto interno venha a crescer algo mais do que em 1994, mas à custa, particularmente, de uma única empresa, a Auto-Europa, que agora entra em funcionamento. Chamar a isto "retoma sustentada" é um perfeito disparate.

Como lhe chamar então? Propaganda?

Propaganda e mais propaganda. Como quando Cavaco Silva e o PSD prometiam, nas eleições de 1991, passar Portugal para o "pelotão da frente".

Ainda no passado dia 30 de Janeiro, a CEE publicou os valores oficiais de 1993; nesse ano, e em Ecu, o produto por habitante mais baixo da CEE era o de Portugal. Abaixo da Grécia! O "pelotão da frente" do PSD é, afinal, o "carro-vassoura".

Recentemente, comentando o aumento do desemprego, em Janeiro, em 9,7 por cento, relativamente a Janeiro de 94, o ex-ministro das Finanças, Ernâni Lopes, afirmou que os portugueses terão de habituar-se a coexistir com a "crescente desigualdade social" e com o desemprego de dois dígitos. É uma fatalidade?

Se continuar a actual política de direita, será esse o futuro dos portugueses: mais desemprego e mais desigualdade social. Mas isso não é uma fatalidade. Se houver, como o PCP propõe e defende, uma alteração da política económica e social, privilegiando a actividade directamente produtiva, nomeadamente na agricultura, nas pescas e na indústria, é possível obtermos um crescimento económico elevado, criar mais empregos e mais riqueza. E com uma política social adequada, de mais justiça, será possível reduzir as desigualdades sociais.

Naturalmente, isso exige uma ruptura com as concepções, as orientações e os critérios da União Económica e Monetária e de Maastricht, como o PCP desde sempre afirmou.

No actual estado em que nos encontramos, com a crescente internacionalização da economia, e sendo Portugal membro da UE, não é irrealista dizer, por exemplo, que Portugal ainda pode desenvolver a agricultura? O país tem de facto alguma hipótese real de vir a ser qualquer coisa mais do que o Inatel da Europa?

Julgo que a questão se coloca, fundamentalmente, em dois campos. Por um lado, o aceitar ou não, do ponto de vista político e social, que Portugal tenha de se transformar numa estância de férias dos outros países europeus. Começa por ser, desde logo, uma questão política. O PCP considera que Portugal não deve sujeitar-se a um papel desses e recusa que o país não possa ter a sua própria economia para fazer evoluir o nível de vida dos seus cidadãos.

Entrevista com  
Octávio Teixeira

Por outro lado, há que ter presente, como de resto até o PS e o PSD passam a vida a dizer, que a integração comunitária é uma negociação permanente. Ora, então, nós devemos estar a negociar permanentemente. E se a nossa agricultura não se compadece, não sobrevive, com a Política Agrícola Comum, que está elaborada na perspectiva das agriculturas do Norte e do Centro da Europa, o que temos a fazer é negociar para que seja considerada a especificidade da nossa agricultura, de forma a desenvolvê-la. E quem fala da agricultura fala também noutros sectores, designadamente nas pescas e na indústria.

Para esta negociação, exige-se uma vontade política muito forte, a vontade de um Estado que é soberano e que deve continuar a sê-lo.

A nossa dimensão económica em termos comunitários é tão pequena, que nem sequer criaria dificuldades às outras economias, se houvesse essa vontade política por parte de Portugal, o reconhecimento destas especificidades. Outros países o têm feito e conseguido os seus intentos, pelo que não há razão nenhuma para que Portugal não o possa conseguir.

Vamos admitir que havia essa vontade política por parte do Governo português, fosse ele qual fosse, de lutar pela especificidade nacional na UE. Com as alterações que têm vindo a ser introduzidas na União, designadamente o facto de grande parte das decisões já não serem tomadas por unanimidade mas por maioria, ainda há possibilidades de Portugal defender os seus interesses?

Penso que sim. Cada país que está na União Europeia continua a ser um país soberano, não é possível impor-lhe à força o que quer que seja. Mas isso tem a ver também com a posição mais geral e global que nós temos em relação à UE do Tratado de Maastricht: nós consideramos que Portugal não deve aceitar tais regras e tais condições, designadamente a passagem de decisões por unanimidade para decisões por maioria, porque por essa via estaremos cada vez mais atrofiados, teremos menos soberania, menos independência nacional, menos capacidade para decidir o nosso próprio destino. Esta questão que referi, a chamada à negociação permanente, à defesa dos interesses nacionais, tem como pano de fundo uma postura crítica, uma posição contrária à União Europeia de Maastricht.

Esta aposta, que a Alemanha está a conduzir, de virar os apoios comunitários para os países de Leste, não vai prejudicar ainda mais os interesses dos países como Portugal?

Tenderá a prejudicar, fundamentalmente, no que se refere à transferência de recursos comunitários, mas prejudica também no âmbito da concorrência de produtos. Com as evoluções que se deram nos países e economias da Europa central, nos anos 90, em muitos deles os salários ainda são mais baixos, actualmente, do que em Portugal, enquanto a qualificação dos trabalhadores ainda continua a ser superior à dos portugueses. Isso tenderá a prejudicar a situação portuguesa, o que mais reforça a necessidade de defender as especificidades do nosso país e de políticas adequadas à nossa realidade. A nossa economia é completamente diferente da economia alemã. Se a moeda única serve à economia alemã - e havendo uma moeda única, como muitos pretendem, é evidente que essa moeda terá de evoluir de acordo com os interesses da economia dominante, que é a alemã - sendo os seus interesses tão diferentes dos nossos, aquela política monetária da moeda única não pode servir os interesses da economia portuguesa.

Esta questão, de ruptura com Maastricht, que tem de servir de pano de fundo a uma proposta política de desenvolvimento económico e social português.

O prazo de 1997 para a entrada em vigor da moeda única é viável?

Julgo que a questão de 97 já não se pode colocar com um mínimo de seriedade, e mesmo para 1999 tenho dúvidas. Mas nós temos que nos precaver e não ficar à espera de que haja evoluções nesse sentido, embo-

ra não falte quem diga que se pode vir a abandonar o projecto da moeda única. Na nossa perspectiva, seria positivo que tal acontecesse, mas não podemos ficar sentados à sombra à espera disso...

Até porque os problemas ameaçam agravar-se. Ainda há dias a CIP veio a público dizer que a solução do desemprego passa pela redução do custo da mão-de-obra e que a concorrência exige dinheiro mais barato...

A solução para o desemprego passa, fundamentalmente, pelo que já referi. E certo que passa também pela baixa das taxas de juro, como temos afirmado. O que tem a ver com a desastrosa política cambial do "escudo caro" e com as orientações e critérios de Maastricht. Aliás, é bom que se diga que as taxas de juro reais (que é o que interessa para as empresas), isto é, deflacionadas pelo índice de preços no consumidor, têm vindo a aumentar. A taxa de juro real a 90 dias, por exemplo, que era de 6 por cento em Dezembro de 1988, foi superior a 11 por cento em Janeiro deste ano. Mas a solução não passa, nunca, pela redução dos salários. Já temos os salários mais baixos da CEE.

Se a CIP se quer referir aos custos salariais para a Segurança Social, sou de opinião que o sistema de financiamento não pode continuar a ser suportado exclusivamente pelos salários, porque isso é um desincentivo à criação de postos de trabalho. Mas os Governos do PSD nunca realizaram os estudos que se impõem para resolver esta questão.

O PCP defende a realização de eleições gerais antecipadas. Em que medida é que a antecipação das eleições se pode reflectir na situação económica?

A antecipação das eleições legislativas impõe-se por razões de ordem política, económica e social. O actual Governo deixou de ter legitimidade política para continuar em funções mais oito meses. A situação económica e social continua a degradar-se. É um facto que o investimento das empresas está a ser travado face à indefinição da situação política, o que tem efeitos negativos para a economia e para o emprego.

A própria questão da elaboração do novo Orçamento de Estado tem, nas circunstâncias actuais, de ser tida em consideração, porque, precisamente para influenciar positivamente o relacionamento das actividades económicas, de retoma efectiva, não deve haver atrasos na elaboração e entrada em execução do novo Orçamento de Estado.

Assiste-se em Portugal, nos últimos tempos, a um inegável movimento de concentração de capitais, de que é exemplo o que se está a passar na Banca, o regresso de Champalimaud, as privatizações... Que consequências podem advir daí para a economia do país?

O que se está a passar com o BPA e com o BTA faz parte da questão mais global da orientação política de Cavaco Silva e do PSD no sentido da concentração do capital, através das políticas financeira e fiscal e, fundamentalmente, das privatizações. E o Governo e o PSD não olham a meios, incluindo a publicação de decretos "nominativos" - decretos que são feitos para uma determinada pessoa, para uma determinada entidade, dirigidos a alguém, isto é, uma opção concreta do Governo para beneficiar um caso particular, quando o princípio geral da lei é o de que a lei deve ser geral e abstracta. Coisa que, aliás, não preocupa o PS. A única

**O processo de privatizações tem sido uma peça central do clientelismo e da corrupção mas, fundamentalmente, tem sido negativo para a economia nacional e para o combate ao desemprego**

**Em 1993, e em Ecu, o produto por habitante mais baixo da CEE era o de Portugal. Abaixo do da Grécia! O "pelotão da frente" do PSD é, afinal, o "carro-vassoura"**

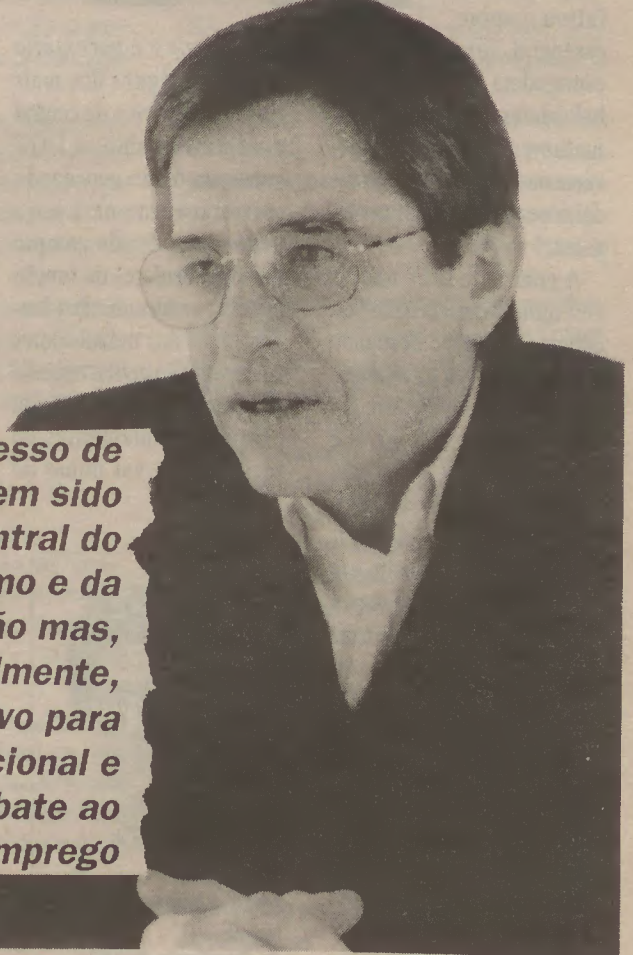


coisa que parece preocupar o PS, neste âmbito, é que o PSD não tenha tempo para fazer todas as privatizações.

O processo de privatizações tem sido uma peça central do clientelismo e da corrupção mas, fundamentalmente, tem sido negativo para a economia nacional e para o combate ao desemprego.

É farsaico que o Governo, o PSD, o PS e o CDS venham, por exemplo, defender a necessidade de concentrações no sistema bancário para "permitir a internacionalização da Banca portuguesa". É que, para além de não se saber muito bem quais são os bancos efectivamente portugueses em termos da titularidade efectiva do capital social (quantos testas-de-ferro haverá?), a verdade é que essas concentrações dão lugar a grandes bancos a nível doméstico, mas eles serão pequenos bancos comparados com a Espanha e pequeníssimos no âmbito da CEE. Mas quando era possível, de facto, criar um ou dois grandes conglomerados financeiros nacionais, com dimensão razoável a nível europeu, isto é, antes das privatizações, esses partidos (incluindo o PS) não se preocuparam com a "internacionalização", apenas se preocuparam com a privatização. Tal como agora pretendem fazer, por exemplo, ao reconstituir o poder económico (e político) do grande capital, em prejuízo do País e do interesse dos trabalhadores.

É a política de direita. E é essa política que é preciso derrotar, quem quer que seja o seu executor.





# O Caminho

A UGT "renovou-se": mudou de líder. Não-de ser várias as razões que estão na origem de tal mudança, mas de uma sei eu que, sem dúvida, se sobrepõe a todas as outras: a UGT "renovou-se" para tentar ser, no futuro, **melhor** do que tem sido até aqui. Melhor no género. Ou seja: sabe-se que a UGT foi criada com o objectivo essencial de enfraquecer e, se possível, liquidar a influência da CGTP; sabe-se que a UGT tem constituído um precioso instrumento da política de direita. E há que reconhecer que se mais e melhor não fez nessa matéria não foi por falta de apoios políticos, partidários e financeiros - dos governos executores da política de direita que com ela têm brindado a assinatura de acordos e pactos anti-sociais com cristalinos "tchin-tchin's"; dos partidos que a deram à luz, a amamentaram e a têm utilizado; dos representantes do grande capital que são os principais beneficiários da política de direita. Se mais e melhor não fez nessa matéria foi porque lhe faltou o apoio

essencial, fundamental, da esmagadora maioria dos trabalhadores portugueses que, justamente, lucidamente, vêm na CGTP a única verdadeira central sindical portuguesa.

A prática da UGT traduz-se: num "sindicalismo" de cúpula totalmente desligado e divorciado dos trabalhadores e dos seus interesses; em negociações de alto nível e alvos punhos de renda com os governos e o grande patronato; numa intervenção divisionista que não hesita em recorrer aos mais baixos e sujos golpes para tentar alcançar os seus objectivos; numa prática classista, de permanente traição dos interesses dos trabalhadores - quer procurando desmobilizá-los da luta organizada, indispensável para alcançarem os seus objectivos, quer assinando, com os governos e com o patronato, acordos que

conduzem à diminuição dos salários reais, à retirada de direitos, ao aumento dos níveis de exploração.

É extensa a lista dos exemplos deste serviço combinado governo (= política de direita), patronato, UGT - e não chegaria todo o espaço do Avante! Para contar com algum pormenor, todas as estórias desta trempe anti-social e antilaboral. Mas

Peção apresentou propostas altamente lesivas dos interesses dos trabalhadores; nos seguros cumpriu o seu papel aceitando negociar os complementos de reforma a troco de aumentos de 3,5%; no comércio, defendendo os interesses do patronato (CCP), abdicou da semana inglesa e mandou às malvas, para já, o horário das 40 horas; na Telecom, em per-

lhadores discriminados, de cartas individuais de adesão ao acordo (método que traz à memória o 24 de Abril); na Expo/98, assinou um acordo segundo o qual os trabalhadores não terão férias no ano anterior à Exposição e aceitou a flexibilidade dos horários de trabalho (tudo isto a troco da notável "conquista" que é... a promessa de todos os trabalhadores serem ins-

cargos de elevada responsabilidade. Torres Couto, João Prouença, Agostinho Roseta, Matos Cordeiro, Barbosa de Oliveira, Elisa Damião, etc., etc., têm, na UGT e no conteúdo da sua intervenção, um papel determinante e é justo reconhecer a sua "abnegação à causa", isto é, o contributo inestimável que têm dado à política de direita.

A sua acção explica os

utiliza uma prática através da qual pretende ter sol na eira e chuva no nabal, o que no caso concreto significa procurar consolidar e reforçar a confiança do grande capital e, simultaneamente, caçar o voto dos trabalhadores.

Se o voto é uma arma dos trabalhadores (e é), fundamental será que eles o utilizem como tal nas próximas eleições legislativas. Que o



vale a pena e é necessário lembrar alguns dos mais recentes negócios da central do divisionismo: a UGT começou o ano acordando com o governo uma nova perda do poder de compra dos trabalhadores da função pública; vendeu direitos fundamentais dos trabalhadores da construção civil a troco de aumentos de miséria; seguiu caminhos semelhantes no sector têxtil; nas minas do

feita sintonia com o enviado especial do Governo e dirigente do PSD, Luís Todo Bom, concordou com a retirada de regalias fundamentais dos trabalhadores, apoiou a discriminação salarial ilegal e bate palmas à recusa aos trabalhadores do direito de negociação colectiva, ao mesmo tempo que, tal como fez na TAP, aplaude a chantagem miserável que é a exigência do envio, pelos traba-

critos na segurança social - coisa que, como toda a gente sabe, é uma obrigação legal...). A lista vai longa, apesar de incompletíssima. Por isso, fiquemo-nos por aqui e passemos à abordagem desta questão de um outro ângulo.

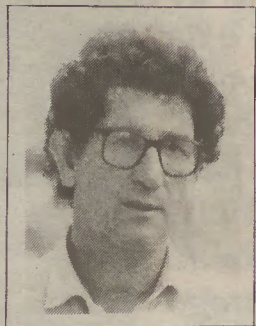
Olhando para os protagonistas desta prática da UGT, constatamos que eles são, na sua maioria, militantes do PS onde ocupam, nalguns casos,

muitos silêncios de que é feita a postura do PS nesta matéria. Silêncios cúmplices, obviamente.

O silêncio em relação ao acordo económico e social, o silêncio em relação aos escândalos das privatizações, o silêncio em relação à degradação dos salários, em relação às 40 horas, em relação à retirada de direitos aos trabalhadores, em relação à intensificação da exploração e à repressão laboral - os silêncios de quem, ao fim e ao cabo, defendendo de facto a política de direita finge ser-lhe oposição; os silêncios de quem, fingindo opor-se a uma política, apenas se opõe a um governo. Os silêncios de quem tem como objectivo fundamental substituir o PSD no governo para levar por diante a mesmíssima política que o PSD tem vindo a praticar. Os silêncios de quem, para alcançar esse objectivo,

utilizem contra a política de direita, quer ela se apresente de cara descoberta quer venha encapotada. Que o utilizem dando mais força aos que, em todos os momentos e situações, com eles têm estado e estarão lutando pela defesa dos seus interesses e direitos. Que o utilizem dando mais força à esquerda necessária para uma nova política.

Porque a derrota da política de direita e a sua substituição por uma política de esquerda que sirva os interesses dos trabalhadores passa, necessária e obrigatoriamente, pelo reforço eleitoral do PCP e da CDU. É esse o caminho, e demonstrá-lo e segui-lo constitui a tarefa prioritária e fundamental de todos os militantes comunistas, de todos os que, estando descontentes com a política de direita, querem, de facto, derrotá-la.



**JOSÉ CASANOVA**  
Membro  
da Comissão Política

**Se o voto é uma arma dos trabalhadores (e é), fundamental será que eles o utilizem como tal nas próximas eleições legislativas. Que o utilizem contra a política de direita, quer ela se apresente de cara descoberta quer venha encapotada. Que o utilizem dando mais força aos que, em todos os momentos e situações, com eles têm estado e estarão lutando pela defesa dos seus interesses e direitos. Que o utilizem dando mais força à esquerda necessária para uma nova política.**



## Ano Europeu da Conservação da Natureza

Negligência  
e propaganda

O Ano Europeu da Conservação da Natureza começou oficialmente em Portugal com uma cerimónia de apresentação presidida pela Ministra do

Ambiente e onde tomou posse a Comissão Nacional que vai coordenar as várias acções previstas para 1995. A iniciativa coube ao Conselho Europeu que lançou em 1970 a sua primeira campanha relativa à conservação da natureza e declarou este o "Ano Europeu da Conservação da Natureza. Mas a iniciativa começa mal, com organizações ecologistas a acusarem o Governo de mais uma acção propagandística e o insuspeito Conselho Económico e Social (ver notícia nesta página) a produzir um documento de pura acusação sobre o Plano Nacional do Ambiente que, na parte que diz respeito à Conservação da Natureza, é de extrema exiguidade de meios financeiros (apenas sete por cento do orçamento) e carece de articulação de políticas entre o Ministério do Ambiente e o da Agricultura em relação à caça, fauna piscícola e gestão sustentável da floresta.

O que está fundamentalmente em causa - mas não só - neste Ano Europeu da Conservação da Natureza são as chamadas áreas protegidas. Actualmente elas são em Portugal continental 31 espaços,



Lembra a nota do Partido Ecologista «Os Verdes» a gravidade de o Governo entender que «promover à Conservação da Natureza se resume a criar no papel áreas protegidas como 'ilhas isoladas', em contraste com a resolução do Conselho da Europa ao decretar este Ano que alertava para «a necessidade de conservar a natureza fora das áreas protegidas, ou seja, de uma forma global».

E da constatação os «Verdes» passam à acusação: «no Ano Europeu de Conservação da Natureza, o Governo, através do Ministério da Propaganda, denominado do Ambiente e Recursos Naturais, prepara-se para mais uma campanha de promoção, eludindo a situação criada pela governação do PSD ao longo dos últimos dez anos».

Na véspera do início do evento, o Ministério do Ambiente aproveitou em comunicado para assinalar que os processos de classificação das áreas protegidas do baixo Guadiana, nos concelhos de Mértola e Serpa, e do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina estão praticamente concluídos. Um processo desencadeado pelo Governo e que, juntamente com a criação do Parque Natural do Tejo, tem sido objecto de inúmeras

locais ou sítios classificados, com 510.662 hectares, o equivalente a 5,75 por cento do território do continente. Numa nota emitida dias antes do início oficial deste Ano Europeu, os «Verdes» assinalam que «devido à falta de Planos de Ordenamento e de Investimento adequados, ressaltam como sinais mais evidentes o abandono e uma progressiva degradação da natureza e qualidade de vida, fortemente criticados pela população», não por serem contra a conservação da natureza mas «pela negligência governativa a que pessoas e áreas classificadas têm sido votadas ao longo de muitos anos».

críticas quer dos ecologistas quer das populações e seus representantes locais.

## Desprezo

Nessa nota ministerial, diz-se também que no âmbito da nova lei das Áreas Protegidas, foram apresentados recentemente Planos de Investimento no Parque Nacional da Peneda Gerês e no futuro Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.

Um facto considerado pelos «Verdes» «revelador» do desprezo que tem merecido a Conservação da Natureza pois só 24 anos após a criação do Parque Nacional da Peneda-Gerês - a área protegida mais importante do país - é que finalmente se elabora o Plano de Ordenamento e o de Investimento!

No Parque Natural da Ria Formosa foram já investidos pelo Ministério do Ambiente, no âmbito da resolução dos problemas de saneamento básico, 5,9 milhões de contos, estando previsto um investimento global de cerca de nove milhões.

Entre as acções previstas para este ano, e apresentadas nessa cerimónia, estão o inventário e caracterização de zonas húmidas em Portugal continental e o lançamento em vídeo de três cassetes sobre aspectos da realidade natural do país.

Para «Os Verdes», em vez de cassetes, conferências e folhetos, mais importante seria que o Governo cumprisse a lei e promovesse «uma correcta política global para a conservação da natureza e defesa do meio ambiente». Um dos exemplos da actual inoperância é já conhecido: a Lei de Bases do Ambiente está aprovada desde 1987 e previa um ano (já lá vão oito) para o Governo elaborar uma estratégia nacional de conservação.

Finalmente, «Os Verdes» fazem referência ao programa CORINE (inventariação de locais considerados importantes para a conservação da natureza na Europa Comunitária) que possibilitou um levantamento feito em 1987 que identificou 286 locais (cerca de 16% do território continental), dos quais 24 correspondem a áreas já classificadas.

Embora uma decisão do Conselho da Comunidade Europeia, de 1985, «implicasse a protecção desses biótipos identificados, em Portugal não foi até agora estabelecido qualquer estatuto de protecção e nem sequer houve lugar à sua divulgação pública», diz aquele partido.

Plano Ambiental  
à beira do desastre político

Um verdadeiro libelo acusatório sobre a política do Governo PSD em matéria de ambiente foi produzido a semana passada pelo Conselho Económico e Social (CES), entidade presidida pelo dirigente social-democrata Nascimento Rodrigues e constituída por 53 membros efectivos e 49 suplentes, entre altos funcionários governamentais, autarcas, representantes de organizações sindicais, patronais, cooperativas, educativas e ambientalistas, entre outras. Uma entidade insuspeita, cujas posições públicas são muitas vezes instrumentalizadas pelo próprio Governo ou por entidades que representam grandes interesses económicos - basta recordar as sucessivas negociações de acordos de concertação social ou económicos e sociais.

Pois o CES emitiu um parecer extremamente negativo sobre o Plano Nacional de Política Ambiental (PNPA), começando logo por dizer que o documento não é um verdadeiro "Plano de Estado" por não ter tido o contributo das autarquias, afastadas pelo poder executivo.

O documento, citado pela LUSA, diz que "só com muita precipitação poderíamos chamar a este documento um Plano de Estado, já que a administração local (...) se viu afastada da génese do processo".

"O CES é forçado a constatar que a versão preliminar posta, agora, à discussão pública, não contou, por uma discutível opção política, com o concurso desses protagonistas": autarquias, organizações ambientalistas não governamentais, empresariais e regiões autónomas, entre outras.

A elaboração do PNPA coube ao Ministério do Ambiente e Recursos Naturais (MARN) e a apreciação do CES realça o "desnível" entre os contributos do MARN e de "alguns outros ministérios", facto que torna o PNPA num "documento de orientação governativa incompleto".

O parecer sustenta ainda que, nos dois volumes do PNPA, não é feita a reflexão sobre as "insuficiências e dificuldades crónicas que o Estado tem manifestado ao longo dos últimos 20 anos na prossecução de uma efectiva política de ambiente".

Esta ausência é relacionada pelo CES com a "persistência de orientações herdadas do passado e que se traduz em resultados contraditórios relativamente aos princípios enunciados".

O Conselho classifica de "inaceitável" o "modo ligeiro" como o Plano inclui as "crónicas lacunas do domínio da informação ambiental", o que reflecte, de acordo com o CES, a "má gestão dos recursos materiais públicos e um desperdício intolerável da capacidade científica e técnica nacional".

O que se sabe  
do ambiente em Portugal?

A ausência de um sistema de informação ambiental acarreta "decisões políticas e económicas insuficientemente fundamentadas e a delapi-

dação de recursos naturais", deduz o CES no parecer, de que foi relator o presidente da associação ambientalista Quercus.

A falta de actualização do Livro Branco sobre o Estado do Ambiente - a última edição remonta a Abril de 1991 - é ainda referida pelo parecer, por as 900 medidas de actuação constantes no PNPA não substituírem a publicação daquele balanço da situação ambiental do país.

"Ao surgir como um vasto e polivalente documento, o PNPA arrisca-se a perder a eficácia e flexibilidade que só é conferível a documentos de orientação política de recorte mais preciso e conciso", lê-se no parecer.

## Criar empregos

Outra "ausência" referenciada é a das "expectativas prováveis" relativas ao tecido produtivo e à evolução do emprego nas áreas ambientais, o que é interpretado como "omissão e incoerência políticas".

Esta lacuna revela que não foi tida em conta a "importante experiência internacional que comprova a natureza inseparável entre a modernização das empresas, a criação de novos postos de trabalho e a internacionalização dos custos ambientais".

Directamente relacionado com o Ano Europeu da Conservação da Natureza e apontado pelo

CES como uma das áreas críticas do PNPA, situa-se a política hídrica e a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza.

A política hídrica absorve a maior fatia das verbas do plano (69,5 por cento) mas sofre de um "grande desordenamento jurídico", nomeadamente a falta da Lei de Bases da Água e a promulgação de legislação avulsa que não dispõe de meios para se fazer cumprir.

Em contraste, "exiguidade" de meios financeiros atribuídos à Estratégia Nacional de Conservação da Natureza (sete por cento do orçamento do PNPA) é outro factor negativo do Plano sublinhado pelo CES, a que associa a falta de articulação de políticas com o Ministério da Agricultura em relação à caça, fauna piscícola e gestão sustentável da floresta.

Do mesmo assinala o "carácter totalmente impreciso" da política de resíduos, tanto industriais como domésticos, são considerados pelo Conselho como "um dos problemas centrais do Ambiente em Portugal".

O PNPA "correrá o risco de perder uma ocasião soberana" de "conduzir uma grande e mobilizadora estratégia nacional de redução reutilização e reciclagem de resíduos".

Recomenda ainda o CES que o Plano "não assumia a simples configuração normativa de uma resolução de Conselho de Ministros" e que não seja aprovado sem uma "prévia e alargada discussão parlamentar".



# SONDAGENS

## - Confissões e exemplos

As sondagens, se definidas e efectuadas com rigor científico, permitem através de uma amostra dar um retrato do universo e, se feitas com periodicidade, aferir das tendências em desenvolvimento no tecido social.

Mas mesmo quando absolutamente rigorosas, elas não substituem a vontade livremente expressa dos cidadãos.

No nosso país, por um conjunto de razões diversas - impreparação técnica, falta de experiência, meros inquéritos de opinião transformados em sondagens, pequenas amostras ou feitas por telefone por serem mais baratas e rápidas, erros, e por mera manipulação de interesses, a verdade da generalidade das sondagens está, cada vez mais, desacreditada.

Há muito que se sabe que a fabricação de uma realidade televisiva sem relação com a vida dos cidadãos acelera a despolitização da opinião. E é sabido também que a ocultação do essencial e a amplificação do acessório conjugam os seus efeitos narcóticos a que as sondagens se juntam para estimular certas tendências e desanimar outras. Daí a importância das chamadas de atenção para que os

leitores e telespectadores tenham o seu sentido crítico desperto, e não se tornem agentes passivos e acríticos dos «produtos» que lhe querem impingir.

No fundamental quando os comentadores aparecem a dar a sua opinião sobre tal ou tal debate ou tal ou tal sondagem o que procuram é que o cidadão não pense pela sua própria cabeça e que acredite na isenção dos seus comentários!

Uma boa parte das «sondagens» são comentadas por quem as encomendou procurando fabricar opiniões maioritárias para pressionar o cidadão e sobretudo o indeciso e o isolado. Depois a Televisão amplifica os resultados (quando lhe interessa) aparecendo aos eleitores como a «vox populi». É no essencial uma fantástica retórica de intimidação e de condução da opinião. As «sondagens» procuram assim inventar falsos sufrágios universais para tapar a palavra real do povo. E naturalmente que são os indivíduos mais desenraizados politicamente os que resistem menos à ideologia político-mediática.

Recentemente, a propósito do «Congresso do entrudo» do PPD/PSD, os próprios «comentadores» e políticos de direita,

que normalmente mais se socorrem de certas sondagens para condicionar a opção dos eleitores e dos eleitores indecisos, isolados e mal informados, foram obrigados a «rever critérios» e opiniões anteriores, para mais tarde voltarem à mesma...

### SONDAGEM NACIONAL EM VÉSPERAS DE CAMPANHA



## Alguns exemplos

### 1 Sondagens das Eleições Presidenciais de 1986

Houve 51 sondagens em 6 jornais, para as 1ª e 2ª voltas das presidenciais. Nenhuma acertou no vencedor das eleições, Mário Soares, e só 3 sondagens o posicionaram em 2º lugar, na 1ª volta.

Para a 2ª volta das Presidenciais de 86, a Euroexpansão/Expresso fez 5 sondagens:

- Mário Soares teve sempre valores inferiores (entre menos 15,2 e menos 8,6 pontos percentuais);
- Freitas do Amaral teve valores geralmente superiores aos que obteve (mais de 15 pontos percentuais).

(Resultado oficial: Mário Soares - 51,2; Freitas do Amaral - 48,8).

### 2 Sondagens das Eleições Presidenciais 1991

Houve 23 sondagens encomendadas por 5 jornais.

O candidato do PCP foi o mais penalizado e o único que teve sempre valores inferiores com diferenças médias de menos 7 pontos percentuais.

Basilio Horta foi o único favorecido, na generalidade teve valores superiores, em média de 3 pontos percentuais.

Vejam alguns exemplos:

A Euroexpansão/Expresso fez 8 sondagens:

- Carlos Carvalhas teve sempre valores inferiores, chegando a ter uma diferença de 8 pontos a menos;
- Basílio Horta só na 1ª sondagem acusou valor inferior ao resultado. Nas 7 restantes foi superior e a diferença chegou a mais 3 pontos percentuais;
- Carlos Marques teve sempre valores inferiores aos que obteve e que oscilaram entre menos 2,56 e 1,57 pontos percentuais.

A Eurotestel/Público fez 5 sondagens:

- Carlos Carvalhas teve sempre valores inferiores (em média menos 7 pontos);

- A Basílio Horta foi atribuído 5 pontos a mais do que teve.

A Eurotestel/Jornal fez igualmente 5 sondagens:

- Carlos Carvalhas teve sempre valores inferiores chegando a ter 10 pontos a menos do que o resultado verificado. A média foi de menos 7 pontos percentuais;
- Basílio Horta teve sempre valores superiores (entre mais 1 e mais 8 pontos). A média foi de mais 2,7 pontos;
- Carlos Marques só na última teve valor superior. Nas restantes teve diferenças médias de menos 1,5 pontos percentuais.

A Pluritestel/Jornal fez 1 sondagem:

- Carlos Carvalhas teve valor inferior em cerca de 7 pontos;
- Basílio Horta teve valor superior em 1 ponto
- Carlos Marques teve valor inferior em 1,5 pontos;

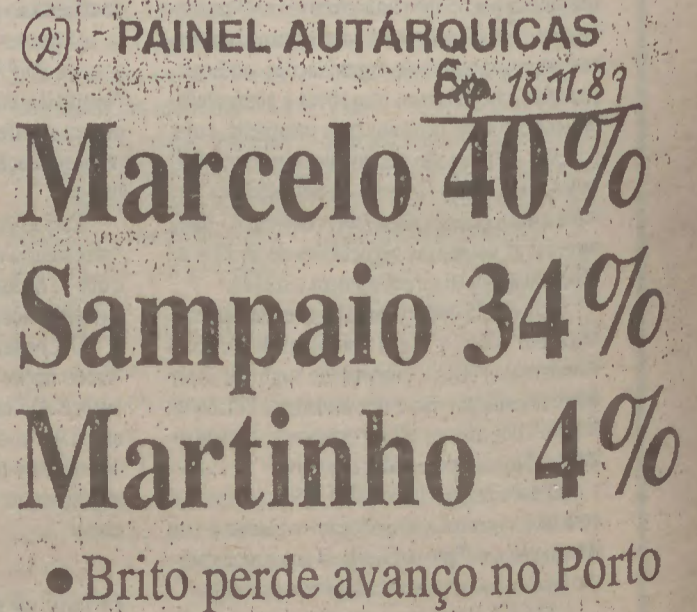
(Resultado oficial: M.Soaes-70,35; C.Carvalhas-12,92; B.Horta-14,16; C.Marques-2,57).

### 3 Sondagens das Eleições Autárquicas 1989

Um exemplo:

• A Euroexpansão/Expresso fez 12 sondagens, 6 em Lisboa e 6 no Porto. Errou, em todas, na força vencedora.

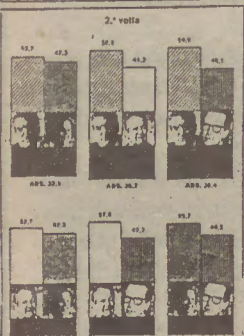
Em Lisboa as sondagens apresentadas pelo Expresso (por coincidência ou não) favoreceram sempre Marcelo Rebelo de Sousa em detrimento da Coligação Por Lisboa.



MARCELO Rebelo de Sousa ganhou um significativo avanço em relação a Sampaio, ao conseguir 40,2 por cento das intenções de voto, contra apenas 33,5 do líder socialista.

Sondagem EXPRESSO/EUROEXPANSÃO

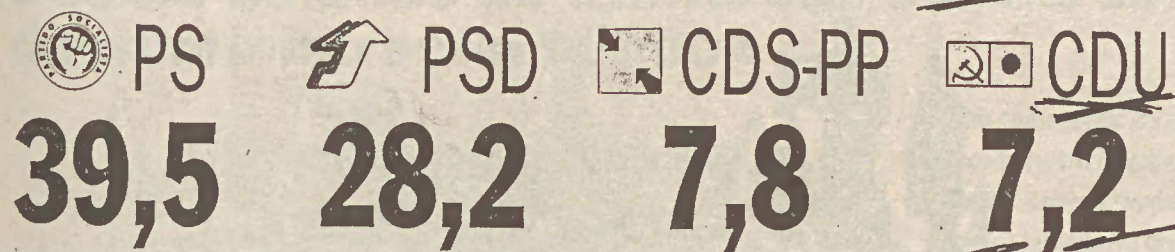
### Freitas vence nas 3 hipóteses de 2.ª volta





ÚLTIMA SONDAGEM EUROPEIAS

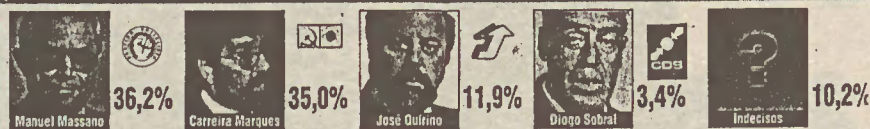
Expresso 4/6/94



A POUCO mais de uma semana das eleições de 12 de Junho

Expresso 11/2/95

BEJA Praça-forte comunista pode cair nas mãos do PS



Expresso 11/2/95

		Hipótese 1	Hipótese 2	Hipótese 3
		42,6	36,3	27,2
		34,1	34,5	33,8
		29,7	4,3	4,0
		4,0	6,3	4,0
		4,7	4,7	5,4
		6,7	17,4	26,0
	Indecisos	15,7	18,2	26,0

# 4 Sondagens das Eleições Autárquicas de 1993

Exemplo de 3 concelhos:

- Em Almada, a Euroexpansão/Expresso deu como vencedor o PS, errando na previsão do resultado da CDU em menos 12 pontos e do PS em mais 3 pontos percentuais;
- Em Gondomar, a Euroexpansão/SIC, a Euroexpansão/Expresso, a Norma/Gallup/Diário de Notícias e a Euroteste/Visão deram o PS como vencedor.

Erraram a previsão nas seguintes margens:

- Euroexpansão/SIC - menos 14,3 pontos para o PSD e menos 2,6 para o PS;
- Norma-Gallup/DN - menos 24,4 pontos para o PSD e menos 21 para o PS;
- Euroteste/Visão - menos 25,3 pontos para o PSD e menos 18,3 para o PS;
- Euroexpansão/Expresso - menos 10 pontos para o PSD e menos 2 para o PS.

- Em Loures, a Euroexpansão/Público deu o PS como vencedor, atribuindo-lhe mais 6,4 pontos percentuais do que efectivamente obteve.

# 5 Sondagens das Eleições do Parlamento Europeu 1994

Houve várias sondagens para as eleições do Parlamento Europeu. Alguns exemplos:

- Euroexpansão/Expresso - Em todas o PS apareceu favorecido em relação ao resultado realmente obtido e as restantes forças desfavorecidas no intervalo dos seguintes pontos percentuais: PS mais 4,6 e 4,7; PSD menos 8,2 e 6,2; CDS menos 5,1 e 4,7; CDU menos 2,2 e 4.
- Universidade Católica/Independente - O CDS (por coincidência ou não) foi o único partido «favorecido» e os restantes «desfavorecidos», especialmente o PSD e a CDU: PS menos 2,4 e 1,1; PSD menos 11,1 e 8,7; CDS mais 1,5; CDU menos 2,8 e 4,7.
- As sondagens da Visão, feitas pelo telefone e sem mencionar a empresa, são as mais desfavoráveis à CDU e as mais favoráveis ao PS. Também favorecem o CDS: PS mais 12,3 e 9,4; PSD menos 6,3 e 6,1; CDS mais 0,1; CDU menos 6.
- A Euroteste/Jornal de Notícias foi a que mais se aproximou dos resultados e a única que acertou no resultado da CDU: PS menos 2,4; PSD menos 3,4; CDS menos 2,2. (Resultado oficial: PS - 34,8; PSD - 34,4; CDS/PP - 12,5; CDU - 11,2).

# Quando lhes tocou, eles começaram a falar sobre as sondagens!

## Exemplos e confissões do Congresso do PSD

«Contagem de votos à porta do Coliseu: Durão - 46,6; Nogueira - 41,4.»  
Expresso-18.02.95

«As sondagens, que já não andavam muito prestigiadas, voltaram a dar sinal de que algo não bate certo nestes paroxismos de auscultação. Feitas com avidez pelo telefone, freneticamente improvisadas à porta do Coliseu, o falhanço foi expressivo, sem acertarem numa única percentagem.»  
Vasco Graça Moura em DN-22.02.95

«A sondagem não é fiável nem representativa (...) foi feita sem que a empresa tivesse "qualquer controlo sobre a qualidade ou não de delegados dos inquiridos" (...) e torna-se necessário clarificar o rigor científico destas amostragens.»  
Roque da Cunha, Sec.-geral adjunto do PSD e apoiante de F. Nogueira em DN-19.02.95

«Não podemos aceitar que os vendedores de zurrapa (sondagens) possam condicionar a nossa discussão e a nossa escolha.»  
Silva Marques em DN-19.02.95

«Companheiro Fernando Nogueira, eu não tenho culpa das sondagens.»  
Durão Barroso em Público-19.02.95

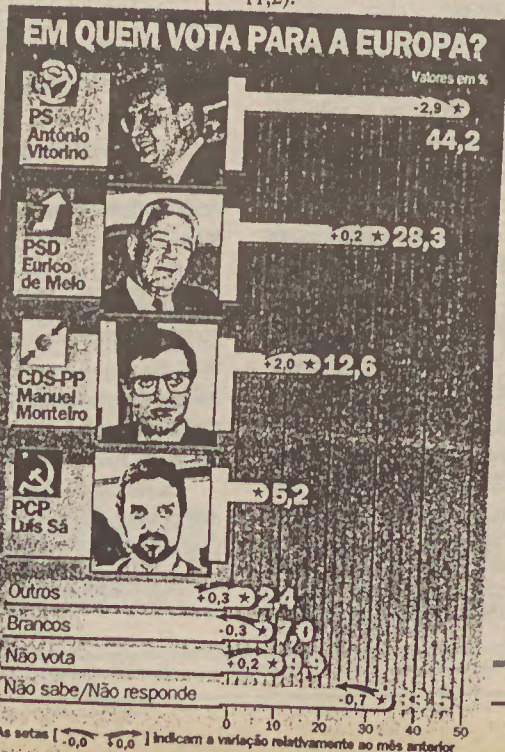
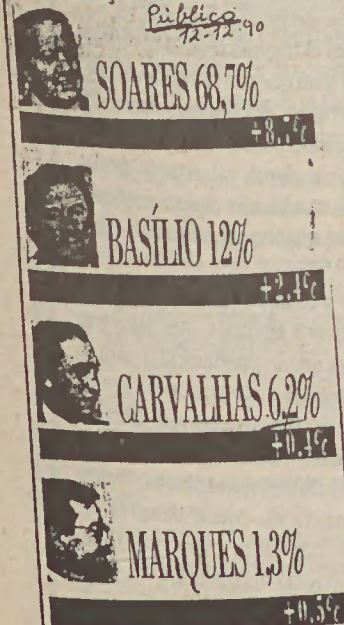
«Chego sem apoios num bolso e sem sondagens no outro.»  
Santana Lopes em Público-19.02.95

«Não quero um país de bordas-de água.»  
Alberto João Jardim em Público-19.12.95

«Dizem que tenho más sondagens. Mas não faz mal, estou em boa companhia. O PS tem as sondagens, o PSD os votos. Recuso que este seja o congresso das sondagens, dos comentadores, dos analistas, das pressões externas.»  
Fernando Nogueira em Público-19.02.95

«Grande tónica da reunião tem sido o ataque ao Expresso, nomeadamente de Pereira Lopes, antigo presidente da UGT, e também de Silva Marques. Vieram aqui atacar contundentemente aquilo que Silva Marques considerou uma provocação. Pereira Lopes foi mais longe. Disse que tinha ouvido um observador de Lisboa dizer "eu já lá fui fora votar várias vezes, já votei dez vezes" o que significa pôr em causa a credibilidade de um jornal de grande prestígio nacional.»  
Marcelo Rebelo de Sousa ("o grande comentador imparcial") em O Exame-DN-19.02.95

Sondagem PÚBLICO/Euroteste revela redução de indecisos



Nº 1164 de 18 - 1.º. Insiram este código, para além deste corpo principal, em seguintes cadernos: Economia, Privado, Viva, Empresa, Revista, Cartaz, Caderno "Qualidade", Guia Imobiliária

# EXPRESSO

DIRECTOR: JOSÉ ANTÓNIO SARAIVA

## Contagem de votos à porta do Coliseu

Durão  
46,6%  
Nogueira  
41,4%





## Palavras e Cromos

# Ainda Miguel Torga

■ Urbano Tavares Rodrigues

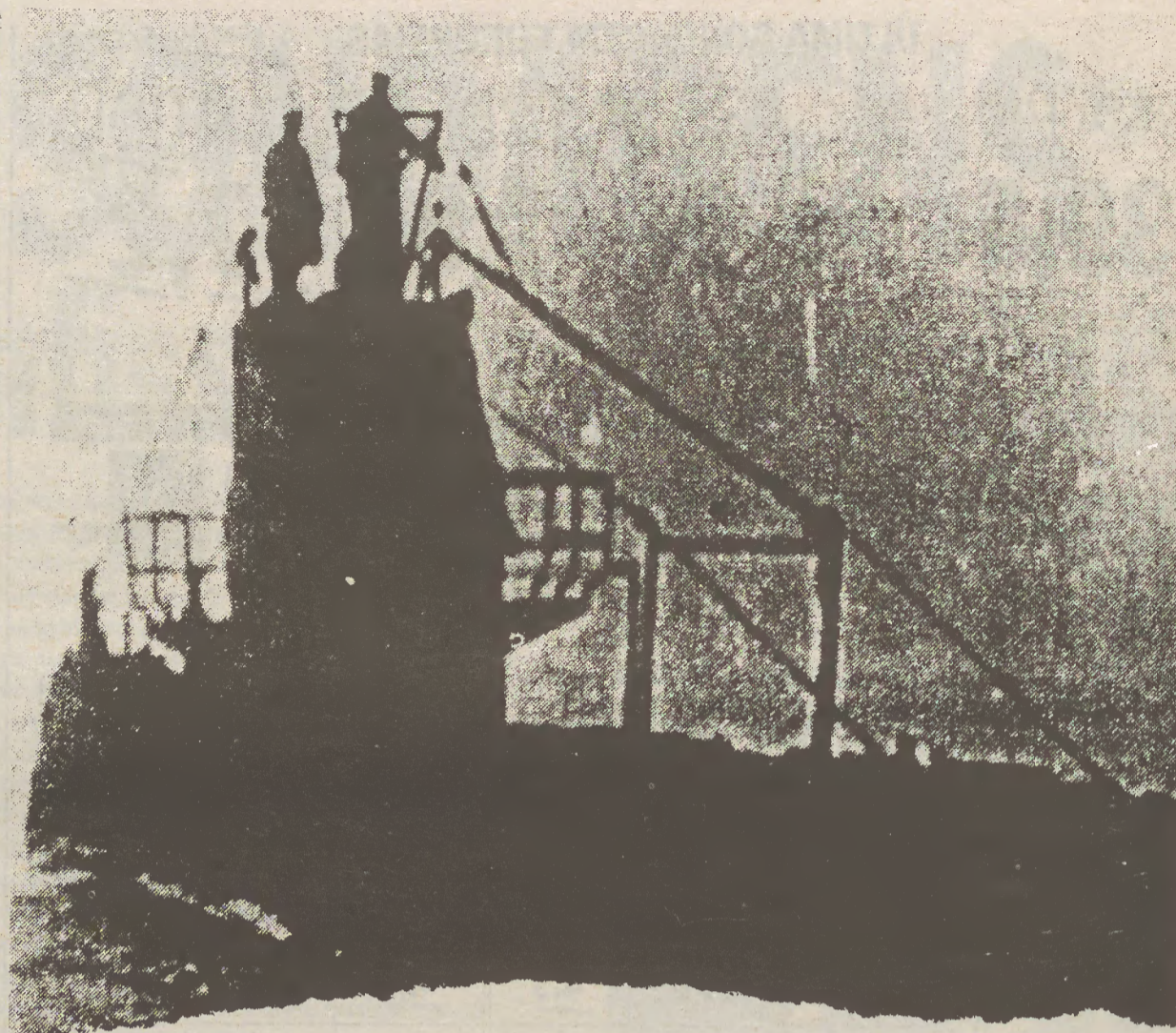
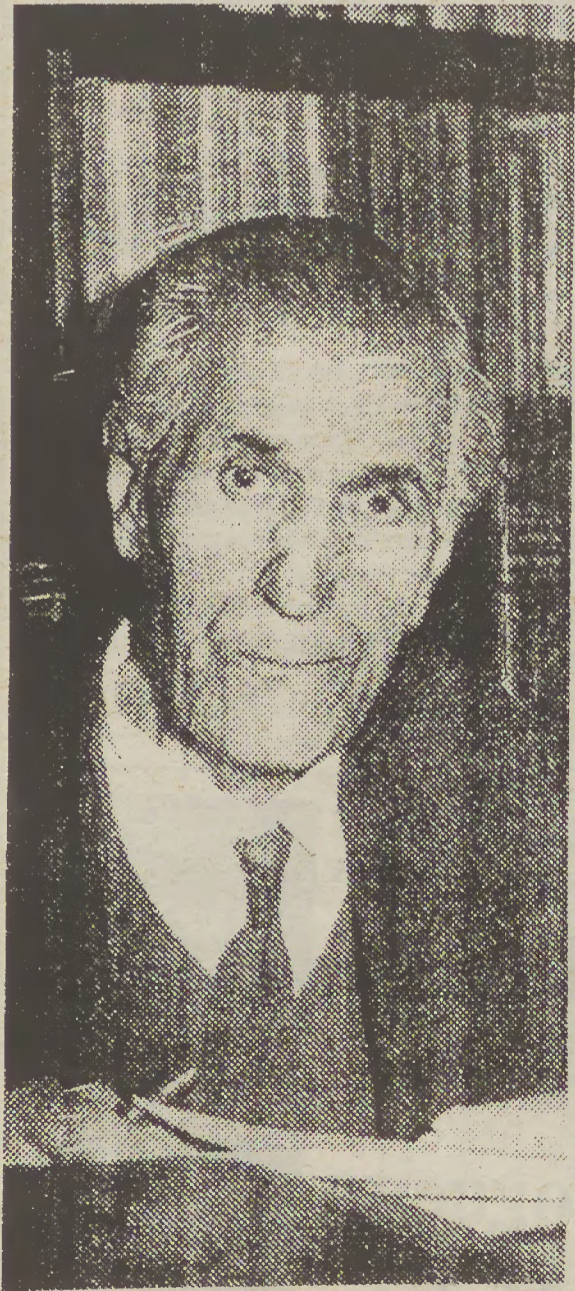
Miguel Torga foi o mais completo escritor português deste século. Poeta da palavra essencial, poderoso romancista de *A Criação do Mundo*, filho da pobreza e da terra agreste de Trás-os-Montes, a que sempre ficou ligado, desde os *Contos da Montanha* às páginas universais do seu *Diário*, Torga foi a solidariedade e a rebeldia, o amor pagão e o diálogo com o mistério.

Vicente, o corvo de *Bichos* é também simbolicamente Miguel Torga, aquele que escolhe sempre a liberdade e por isso desafia Deus, é o individualista, o solitário que dá o exemplo, o homem apegado ao húmus genésico, ao berço de urzes.

A novela *O Senhor Ventura*, movimentada, imaginosa, intensa, mostra-nos o português andarilho do mundo, carregado de pecados e de sonhos, pronto para a aventura, para a manigância e para a dádiva, e revela uma compreensão do Alentejo e dos seus dramas sociais tão profunda que faz do transmontano Miguel Torga um alentejano de adopção.

O autor de *Vindima*, o poeta desafiador e ao mesmo tempo bíblico, tentacular, de *O Outro Livro de Job* construiu, ao longo de uma vida extensa e concentrada, uma obra sem par na nossa literatura e nas da Europa deste século.

Obra tão rica que se espalhou até pelo teatro e por apontamentos de ensaio. Compêndio de grandeza é o seu *Portugal*, onde Torga encarna o povo e a Pátria. Ecoaram os seus livros além-fronteiras. Enquanto a literatura escrita subsistir, as belas parábolas de *Bichos*, a beleza feita de terra e sangue do parto de Madalena permanecerão vivas.



## Defesa Nacional e Forças Armadas

# Aonde pára a Briosa?

Depois da OGM 2, temos o S. Miguel 2. Um triste, desprestigiante e grave empate.

Recusámo-nos, e continuamos a recusar, abordagens demagógicas e enervadas – tipo Eduardo Pereira, do caso S. Miguel.

Fazemo-lo pela razão simples, mas importante, de que é do interesse nacional preservar a imagem das FA's. Este princípio não colide com o necessário apuramento das responsabilidades e decorrentes consequências. E não colide também com um princípio de total transparência de actuação.

Desde o começo que existem aspectos menos claros – a adornação do navio, a proximidade em demasia de uma fragata, a intensidade da explosão e o registo sísmico, etc., estes aspectos tiveram do outro lado da balança, o alto grau de risco de uma missão deste tipo, o cumprimento dos trâmites internacionais a que obriga casos destes e a importância de eliminar de paióis à volta de Lisboa tantos quilos de explosivos, para mais fora de prazo, o que constituía um risco acrescido.

A forma como o problema surgiu na opinião pública e o tratamento mediático do acontecimento, conduziu a que outro tipo de questões não surgissem em cima da mesa – por exemplo: como compreender que seja carregado um navio com mais de duas mil toneladas de explosivo, com todos os riscos inerentes a tal operação, e que desde o local de carregamento até à saída da barra constituiu sempre uma situação de risco?

Poderão haver explicações para o facto. Mas dificilmente essas explicações justificarão que assim tivesse sido.

Da primeira volta do caso, ficou a tentativa grave, por parte do Governo, de ocultação e a ausência de esclarecimento a organizações nacionais que o solicitaram. Patente também ficou que os militares, neste caso a Marinha, se viu na necessidade de vir a público em primeira mão tentar dar uma explicação para o ocorrido, enquanto o Governo/MDN se colocou na retranca.

Por fim, ficou claro que o Governo, quando veio a público com explicações, a primeira coisa que fez foi dizer que só tinha tido conhecimento do ocorrido dois dias depois. Isto é, o Governo/MDN o que fez foi lançar a suspeição sobre a instituição militar, violando um dos seus principais deveres institucionais e sabendo que o CEMGFA e/ou o CEMA não viriam publicamente dizer que o Sr. ministro estava a mentir.

Mas, se não mentiu, quais foram as consequências resultantes desse acto não correcto da instituição militar? Ninguém sabe.

Naturalmente que, na instituição militar como nas outras, a competência coexiste com a incompetência. Neste caso concreto, duvidamos das afirmações do ministro.

Agora, caixas com munições estão a dar à costa e pescadores em

vez de apanharem peixe pescam granadas. Algures por aí, provavelmente outras caixas ou munições isoladas vagueiam, constituindo um perigo para a navegação e as gentes. Está a acontecer aquilo para o qual alguns alertaram na altura e que foi prontamente desmentido.

O aparecimento de munições ao longo da costa só é possível porque não foram cumpridas normas e procedimentos a que estes casos obrigam.

**Alguém não cumpriu. Alguém não controlou. Alguém é responsável.**

Ao mesmo tempo, Fernando Nogueira e o seu homem (militar no activo) para todo o serviço (seja do Estado, seja partidário), Ten. Cor. Chaves, estavam muito ocupados em jantares, almoços, ceias e entrevistas, muitas entrevistas, na corrida à cadeira do Cavaco. E mais uma vez foram os militares que apareceram a dar a cara e a dizer que talvez sim, esse material seja do S. Miguel, mas...

Anteriormente, Nogueira disse que não soube. Agora não quis saber.

Como se não bastasse o S. Miguel, a Marinha confronta-se agora com a batidela do submarino "Barracuda" em águas da Mancha. Algo está mal, muito mal.

Ao longo dos últimos anos de governação PSD, temos vindo a alertar e a denunciar as consequências desastrosas do processo de reestruturação e redimensionamento encetado. E temo-lo feito não porque não concordemos com a sua necessidade mas porque, pretender fazer em quatro anos aquilo que deveria ser feito em 10, não poderia deixar de conduzir a situações extraordinariamente difíceis para a operacionalidade das FA's. E é bom que não se confunda operacionalidade simplesmente com operações de combate, mas antes com treino e formação, formação e treino. E concorrem também para um bom ambiente operacional objectivos claros, valorização profissional, material e social, estabilidade quanto aos diplomas enquadadores da vida dos cidadãos militares, respeito pelos mesmos e diálogo.

Ora o PSD tem feito exactamente o contrário. O Governo não se tem apoiado nos militares para promover a mudança, mas antes tem governamentalizado e utilizado a sua maioria parlamentar para a fazer, em muitos aspectos contra as opiniões e as recomendações dos militares – a redução do tempo do serviço efectivo normal (SEN), a problemática do novo sistema retributivo, a formação comum, as alterações ao Estatuto dos militares (EMFAR), são alguns exemplos.

Os resultados desta acção governativa não podem deixar de ter más consequências. A capacidade de improvisar é uma qualidade. Mas o improvisar e o desenrasca, como regra, dá barraca.

Aonde pára a Briosa?

R.F.



## Depois de anos de atentados contra os trabalhadores da administração pública

# Governo abre novas frentes no ataque aos direitos

Em conferência de imprensa, o STAL denunciou o frenesim legislativo do executivo laranja e marcou uma série de acções contra os objectivos contidos nos dez projectos de lei que Cavaco Silva e o PSD querem impor a todos os trabalhadores do Estado.

Depois de reafirmar que, como as restantes estruturas que subscreveram a Plataforma Reivindicativa, não dá por encerradas as questões salariais para 1995, nem as restantes matérias sociais integradas na proposta apresentada ao Governo, o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local recordou que «a

manutenção dos índices 100 da administração pública abaixo do salário mínimo nacional e a contínua redução do poder de compra, em mais de 7% nos últimos anos, tem sido de facto a política do Governo PSD/Cavaco Silva».

Os trabalhadores da administração local, e da administração pública em geral, têm sido, nos últimos anos, «um alvo preferencial da política anti-social e antilaboral do Governo PSD, que os transformou em cobaias de uma gestão ruinosa, nomeadamente no que diz respeito aos salários, que continuam abaixo da inflação; ao emprego, em causa com a lei dos disponíveis; às privatizações, que são uma realidade e tendem a proliferar na administração local».

O STAL aponta como três «claros exemplos» dos resultados desta política:

1. O índice 100 do regime geral da administração pública (salário mínimo no sector) mantém-se inconstitucionalmente abaixo do salário mínimo nacional.

2. A esta ilegalidade o Governo responde, na linha do *quero, posso e mando*, publicando em portaria um índice 106, inexistente na escala indicatória dos salários, que não foi negociado nem discutido com as organizações sindicais.

3. A perda do poder de compra dos trabalhadores, no período de 1992 a 1995, cifrou-se em valores superiores a 7%.

«A esta política» - realça o sindicato - «têm os trabalhadores respondido com a luta em defesa dos seus direitos».

### Antes - mata! Agora - esfola!

«Estranhamente, o Governo, que ao longo do seu exercício não deu qualquer satisfação às aspirações e reivindicações dos trabalhadores, vem agora, num espaço de um mês e quando em clara desagregação da total falência da sua própria política, querer impor naquele período um conjunto de 10 projectos de diploma para a administração pública em geral, os quais merecem desde já o nosso repúdio» - protesta o STAL, uma vez que tais projectos estão muito longe de corresponderem às propostas até agora apresentadas pelos sindicatos.

Guardando para tempo oportuno uma apreciação sobre os dois últimos projectos de lei, o sindicato dos trabalhadores das autarquias chamou a atenção para as graves implicações dos restantes diplomas avançados pelo Governo.

1 — Alteração ao regime de férias, faltas e licenças consignado no decreto-lei nº 497/88 de 30/12: As alterações propostas não correspondem às expectativas dos sindicatos nem têm em conta as críticas, sugestões e propostas oportunamente formuladas. Na verdade, pretendem alterar apenas alguns preceitos do diploma em causa, nalguns casos de forma mais gravosa para os trabalhadores.

2 — Alteração ao regime de recrutamento e selecção (concursos) de pessoal da Administração Pública: Sendo embora positiva a pretensa redução dos prazos dos concursos, é sintomático que os prazos que dependem de decisão das administrações não tenham sido objecto de alterações que conduzam a essa redução e é inaceitável a pretensão de abolir a audiência aos interessados, até agora legalmente consagrada (Artº 100 e seguintes do Código de Procedimento Administrativo).

3 — Alteração ao decreto-lei nº 42947 de 27/4/60 (subsídio por morte): Agrava consideravelmente o regime actualmente em vigor estabelecendo condicionamento à percepção do referido subsídio, sucedendo que na maior parte dos casos não subsistiram familiares que possam legalmente a ele ter direito.

4 — Regulamentação do decreto-lei nº 447/91, sobre segurança, higiene e saúde no local de trabalho (legislação regulamentada para o sector privado, através do decreto-lei nº 26/94 de 1/2); Com este projecto mais não pretende o Governo do que anular o direito, de forma discricionária, à segurança, higiene e saúde no local de trabalho na administração pública, reduzindo profundamente o âmbito da lei de bases.

5 — Índices remuneratórios para os chefes de secção e assessores principais: Este projecto de diploma constitui uma verdadeira provocação aos sindicatos e aos trabalhadores, que há muito vêm exigindo alterações globais ao sistema retributivo. As alterações propostas nem à carreira técnica e administrativa acrescentam uma nova situação, pois nem aos trabalhadores envolvidos conferem qualquer solução, visto tratar-se de alterações pontuais, em fim de carreira.

6 — Estágios: O projecto de diploma, embora positivo, não passa de solução parcelar, pois só diz respeito às carreiras técnicas e técnicas superiores, quando deveria incluir todas as carreiras.

7 — Facilitar a transferência para zonas de média e extrema periferia: Podendo constituir algo positivo para os trabalhadores da administração central, considera-se que no entanto é discriminatória para os trabalhadores da administração local, por não haver um mesmo critério.

8 — Regulamenta a medida excepcional de descongestionamento prevista na alínea c) do nº 1 do Artº 6º do decreto-lei nº 247/92 de 7/11: Desde sempre os sindicatos da administração pública se têm manifestado pontualmente contra a famigerada lei dos disponíveis, considerando-a um atentado constitucional ao emprego. Logo, qualquer tipo de regulamentação deste famigerado decreto conta com a sua mais veemente oposição, tanto mais que, na situação em apreço, piora anteriores tentativas de regulamentação do referido decreto-lei.

### Continuar a lutar

Perante esta situação, conclui o STAL, «torna-se claro para os trabalhadores da administração local que a incapacidade política de respeitar as reivindicações dos trabalhadores motivou e vai continuar a nossa acção».

E recorda as grandes reclamações por que o sindicato e os trabalhadores se têm batido e vão continuar a bater:

- Início de negociações sérias no âmbito da Secretaria de Estado do Orçamento, de forma à resolução da situação da perda salarial, ao cumprimento da ilegalidade do salário mínimo na Administração Pública e integração do velho adicional de 2%. Reformulação dos presentes projectos de diploma e consequente negociação de forma a contemplar as propostas anteriormente apresentadas pelos sindicatos.

- Resposta do Ministério do Planeamento e Administração do Território à carta reivindicativa apresentada pelos trabalhadores da Administração Local há mais de um ano.

Em defesa destes objectivos, o STAL apelou à participação na jornada de luta de 16 de Fevereiro em todas as regiões, exigindo uma nova política e a demissão urgente do actual Governo, pela segurança de emprego, salários justos e carreiras dignas.

Foi ainda decidido realizar concentrações da estrutura sindical frente ao MPAT nas regiões: 22 de Fevereiro, em Faro, Évora e Beja; 1 de Março, em Leiria, Coimbra e Aveiro; 10 de Março, em Braga, Porto, Viana do Castelo e Santarém; 15 de Março, em Castelo Branco, Guarda, Bragança e Setúbal; 22 de Março, em Vila Real, Viseu, Portalegre e Lisboa.

Esta série de acções culminará com uma concentração/manifestação nacional, no dia 31 de Março, em Lisboa.

## Os laranjas na CARRIS

# Dez anos em marcha atrás

Os resultados dos últimos dez anos de vida da Companhia dos Carris de Ferro de Lisboa mostram «uma empresa em progressiva regressão» - afirmam a Comissão de Trabalhadores da empresa e a Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos, numa carta-aberta que entregaram ao ministro Ferreira do Amaral, quando este foi assinalar solenemente a chegada do primeiro eléctrico rápido.

No documento, recorda-se, precisamente, que estes eléctricos rápidos, apresentados oficialmente no dia 14 de Fevereiro, há 14 anos que estão prometidos. E que, «apesar de algumas aquisições de material, a idade média da frota continua muito acima dos valores considerados normais para este tipo de serviço».

Ao longo da década, «o cálculo das indemnizações compensatórias não tem acompanhado a evolução do custo do transporte, ficando muito aquém dos montantes que deviam ser pagos». A ilustrar esta afirmação, a CT e a Festru referem que para 1995 o próprio Governo propôs à Câmara Municipal de Lisboa (no projecto de municipalização da Carris) o pagamento de 15,2 milhões de contos de indemnizações compensatórias; mas, na realidade, vai pagar apenas 7,5 milhões, menos de metade.

Por outro lado, como as dotações de capital têm sido insuficientes para o saneamento financeiro da empresa, o investimento está a ser feito com recurso ao crédito, do que resulta o seu encarecimento.

O número de trabalhadores foi drasticamente reduzido, de 7798 (em Janeiro de 1985) para 5157 (em Outubro de 1994).

Sem esquecer as consequências que não são directamente quantificadas, mas que por isso não deixam de ser sentidas no dia-a-dia pelos utentes, a degradação da qualidade do serviço nestes dez anos é também contada nos galhardetes do cavaquismo na Carris: «A maior parte das carreiras de eléctricos foi eliminada, o mesmo sucedendo a várias de autocarros, tendo muitas outras sido encurtadas.»

Tudo isto, claro, reflectiu-se também numa larga queda do indicador passageiros transportados por quilómetro: em Janeiro de 1985 foram mais de 152 500, mas em Outubro de 1994 já foram menos de 110 mil (ou seja, uma perda de mais de 43 mil passageiros por quilómetro explorado).

Nos últimos dez anos, refere a carta-aberta entregue ao ministro da tutela, não só diminuiu o pessoal, como se degradaram os salários praticados. Se, em 1985, a remuneração média normal na Carris correspondia a 82 por cento da remuneração média calculada para o conjunto dos acordos de empresa, já em 1993 ela equivalia apenas a 71 por cento. Nos mesmos termos, a diferença do ganho médio mensal passou de mil para mais de 27 mil escudos, em desfavor do pessoal da Carris.

O horário máximo de trabalho legal continua a ser de 44 horas. Mas a empresa recorre «sistematicamente» a serviço suplementar (a CT e a Festru afirmam que cerca de metade do serviço de tráfego é garantido com trabalho extraordinário), que ainda por cima é remunerado «abaixo dos mínimos legais».

Prática de todo o decénio, a violação dos direitos contratuais mereceu «especial destaque» nos últimos três anos. As estruturas dos trabalhadores da Carris apontam cinco aspectos do desrespeito pelos direitos reconhecidos:

- violação da definição de funções;
- subversão de direitos claramente definidos no AE;
- repressão sobre os trabalhadores e seus representantes, chegando à intenção de despedir membros da CT,
- cerceamento da intervenção das estruturas representativas dos trabalhadores;
- negação do direito à negociação colectiva, através da aplicação, por actos de gestão, de valores que ficam muito aquém da inflação verificada.

Na carta-aberta é criticado o comportamento da administração da Carris no processo de negociações salariais em curso.

As estruturas de trabalhadores exigem que o Ministério de Ferreira do Amaral, «como entidade tutelar, intervenha junto dos gestores por si nomeados, dando-lhes directrizes e disponibilizando os meios necessários para que sejam sanadas as consequências do abuso das leis e do poder que caracterizaram as anteriores administrações, corrigidas as distorções salariais resultantes de assinaturas precipitadas de AEs, com fins meramente políticos, ou actos de gestão, e invertida a perda do poder de compra verificada ao longo dos anos, através da negociação de valores que aumentem efectivamente os salários reais».

Depois de protestarem contra a criação de dois novos lugares na hierarquia da Carris (um deles para Duarte Amândio, ex-presidente do conselho de administração, actualmente com funções na DGT e na CP), a CT e a Festru concluem: «Como a vida tem demonstrado que coerência entre promessas e prática política é algo que o actual poder desconhece, não resta aos trabalhadores da Carris e às suas estruturas representativas outra alternativa senão exigir um novo Governo e uma nova política».



# PONTOS CARDEAIS

## Inseguranças

Que o PS, com Guterres à frente, não tem projecto – ou pelo menos nada o distingue do que o PSD tem feito à frente do Governo – já se vem sabendo há muito. Sobretudo desde que o actual secretário-geral desse partido começou a falar. Antes não dizia nada. Quanto tomou a palavra por fim, saíram-lhe generalidades, talvez por influência dos Estados gerais. Retumbâncias? Só aquelas que confirmam – palavras do próprio Guterres – que o PS não vai ser diferente, apenas quer ser melhor. Nada mais apaziguador para a direita e para o capital do que dizer que tudo continuará na mesma se o PS ganhar, é apenas uma questão de alternância, como quem diz de moscas. O que se vem a saber, entretanto, é que toda a conversa fiada de Guterres esconde uma grande insegurança. Não bastava termos de aturar-lhe a banalidade, agora é vez de lhe aturarmos as obsessões. Uma delas revelou-se há pouco, com uma entrevista ao «Expresso». Guterres compara o PSD ao PCP, dizendo que Nogueira é o

Carvalhas do PSD. Quando é que Guterres se cura da obsessão de não conseguir ser mais do que o Nogueira do PS?

## A César o que é dele...

João Jardim veio ao Congresso do PSD e mascarou-se de candidato à liderança. A coisa não pegou, mas o homem não desiste de um lugar acima do que aquele que tem na Madeira. No seu arquipélago é, afinal de contas, apenas um chefe. Chefe regional de partido, chefe regional de Governo. Há anos que isso dura e a nós parece-nos que as truculências de João Jardim têm muito a ver com a impaciência. Quer mais e... maior. Talvez fosse por isso que, desta vez, no Carnaval em que sempre participa (Pacheco Pereira diz que acha muito bem mas que não o veriam assim nunca), se mascarou, saltando por cima da própria República e pulando vertiginosamente no tempo, de imperador. Mas não de qualquer imperador. Não, por exemplo, de Júlio César, o fundador do império – certamente com

medo que os vários Brutus do seu partido o apunhalassem, entre palmadinhas nas costas. Escolheu, nada mais nada menos, que ser Octávio. Octávio César Augusto. Para a próxima irá de Nero?

## Os fantasmas

Ainda por falar em carnavais, deve ser por isso que os telespectadores não apanham um susto e alguns talvez não mudem de canal quando a SIC apresenta as três personagens que conversarejam sobre banalidades em *flash-back* – nome apropriado de quem pouco pensa no futuro. Eles são apresentados, enquanto lhes compõem as figuras e os empõem para se não notar a antiguidade das ideias, mais ou menos como a consciência da Nação ou como a luz que ilumina a inteligência dos telespectadores.

A gente começa a rir e antes de mudar de canal por verificar que não era uma partida carnavalesca, não deixa de pensar que aquilo nem debate chega a ser. É antes um ponto de convergência. Com efeito, um dos iluminados parece ter feito um percurso da



direita para a esquerda. Certamente fez bem a Nogueira de Brito ter sido «saneado» – ele até se queixa de que Carlos Carvalhas o terá feito. O certo é que no PP de Monteiro, com a direita às claras, Nogueira de Brito ficou de banda. Os outros dois participantes no espectáculo – uma espécie de

«doutores e engenheiros» em que as piruetas e cabriolas são verbais – vieram da esquerda, embora Pacheco tenha lá passado para melhor combater os comunistas. Mas enfim, lá convergiram todos para a SIC. Fantasmagórico!

## FRASES da SEMANA

“(O Congresso do PSD) foi um massacre mediático e televisivo, em particular. E, no entanto, é difícil criticá-lo: afinal de contas, a informação esteve onde estava o interesse do país. Mérito do PSD e missão cumprida da informação.”

☛ (Miguel Sousa Tavares - «Público», 24.02.95)

“Cada um disse o que queria, tudo foi livre, até os maiores disparates, e, no final, os delegados escolheram e o país formou a sua opinião.”

☛ (idem)

“Já não era só as banalidades que ele (Fernando Nogueira) dizia. Era a banalidade com que dizia estas banalidades. Como se isso fosse normal. Como se não fosse de esperar outra coisa.”

☛ (idem)

“(…) para além dos gestos, o discurso (de Durão Barroso) era a reprodução textual de frases roubadas ao léxico do Professor. (...) Lenine revisto pelo cavaquismo. Arnaldo cruzado com Aníbal.”

☛ (idem)

“Ficou demonstrado que a política é o local adequado à irresponsabilidade.”

☛ (idem)

“Jamais um Congresso do Partido Comunista poderia ser assim.”

☛ (idem)

“O Dr. Fernando Nogueira assumiu uma tarefa árdua, porque o PSD não é um partido complacente com as suas obrigações face ao país.”

☛ (Pacheco Pereira, na AR, citado em «Público», 23.02.95)

“É de ter em conta a magistral gestão que Pacheco Pereira tem feito da sua imagem e da sua carreira política.”

☛ (um deputado anónimo do PSD, citado em «Semanário», 25.02.95)

“Vocês não conhecem o PSD: quem puser o nariz de fora até às eleições, o partido dá cabo dele.”

☛ (um vice-presidente anónimo do PSD, citado em «Semanário», 25.02.95)

“Ao contrário do que muita gente disse e escreveu, Luís Filipe de Menezes prestou um bom serviço a Fernando Nogueira.”

☛ (José António Saraiva, «Política à Portuguesa» - «Expresso», 25.02.95)

“O Expresso também erra”

☛ (Manchete - «Expresso», 25.02.95)



## Felicidade

Sinceramente, não. A felicidade afinal, não ponho em discussão nem a fundo carregado no pedal para cumpri-la ou mesmo defini-la. Deixo-a passear tranquila com seu sorriso vão. Agora para mim a alegria suprema é achar um digno fim para este poema.

## Minifábula

As três feras lutaram desesperadamente Os golpes fulminaram jorrou o sangue quente. Depois, num intervalo das intrigas, proclamaram-se irmãos entrelaçaram as mãos com palavras amigas. Mas as feras, deveras, continuaram feras...

Cabe ao leitor julgar onde quer esta fábula chegar.

## PONTOS NATURAIS

### Rimando política

Cada sensibilidade que o grande congresso aquece é a sensível verdade de uma força, de um interesse.

Pra entender a sociedade há que a ver em plena face. Cada sensibilidade não diz personalidade diz contradições de classe.

### O progresso deles

Vai o desenvolvimento por essa Europa de vento em popa.

Mas dizem os jornais desencantados que cada vez há mais desempregados...

Progresso, homessa, para ninguém. Fernando Pessa: – E esta, hem?...

Mário Castro



# Debate com o País

para  
uma nova  
política



## • ALMADA

"As questões da Reforma Educativa"

URPICA (Pombal)

4 de Março - 14h30

Com a participação de António Matos, Edgar Correia, Paulo Rodrigues

## • BEJA

"Alentejo - Que agricultura"

Casa da Cultura

4 de Março - 15h

Com a participação de Agostinho Lopes, Neves Borges, Oliveira Batista e CARLOS CARVALHAS

## • GONDOMAR

"Ambiente"

Escola Secundária de S. Cosme

3 de Março - 21h30

## • GUARDA

"Desenvolvimento, Interioridade e Regionalização"

Audatório da CM da Guarda

4 de Março - 15h00

Com a participação de Abílio Fernandes, António José Dias de Almeida, Fernando Paulouro, José Manuel Maia, Luís Lourenço, Modesto Navarro

## • FUNDÃO

"O papel da comunicação social na sociedade"

Audatório da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Fundão

3 de Março - 21h

Com a participação de Correia da Fonseca, Fernando Paulouro, Ruben de Carvalho, Victor Sainhas

## • LISBOA

"Sobre o Plano de Emergência de Reabilitação Urbana"

Olivais Velho - Escola nº 36 / 1º ciclo

8 de Março - 21h30

Com a participação de Astrid Corte Real, Jorge Alves, Teresa Matoso, Vítor Costa.

## • SANTARÉM

"Património e desenvolvimento"

Sala de Leitura de Bernardó Santareno

3 de Março - 21h30

Com a participação de Luísa Mesquita, Madeira Lopes, Rosalina Melro, Rui Godinho, Sérgio Ribeiro, Vítor Serrão

## • VIMIOSO

"Desertificação do nordeste, regionalização e desenvolvimento"

Salão da Biblioteca Mun. Dr. Norberto Lopes

4 de Março - 21h30

Com a participação de António Lopes, Manuel Veiga

## Setúbal

Sábado, às 16h, no edifício Arrábida:  
"Património de Setúbal - O Convento de Jesus, que situação?"

- debate promovido pela Com. Concelhia com a participação de Pedro Vieira de Almeida, arquitecto e Carlos Tavares da Silva, arqueólogo



74 Anos

Almoço comemorativo

Domingo, 5 de Março - Quinta Valenciana com a participação de ALVARO CUNHAL

Presidente do Conselho Nacional do PCP

## Agenda

# Iniciativas comemorativas do 74º Aniversário do PCP

### Distrito de AVEIRO

Jantar em Ílhavo (sexta, 3, Rest. Ca-Nada), com Artur Ramísio. Jantares comemorativos, no sábado, dia 4, em Águeda (Rest. Pôr do Sol, Ois da Ribeira), com Jerónimo de Sousa, em Aveiro (Rest. O Cagaréu), com Henrique de Sousa, em Espinho (Rest. Ruacanã), com Maria da Piedade Morgadinho, em Feira (Rest. Proença, Fiães), com Jorge Pires, em Ovar (Rest. A Toca), com Honário Novo, em S. João da Madeira (Rest. Sambabá), com Sérgio Teixeira.

### Distrito de BEJA

Almoço em Santana da Serra (domingo, 5), com a participação de António João Zacarias.

### Distrito de BRAGANÇA

Almoço-convívio em Bragança, com a participação do camarada António Lopes: no CT, domingo, dia 5, a partir das 12h30.

### Distrito de CASTELO BRANCO

Jantar na Covilhã (sábado, 4, no Rest. A Rampa), com a participação de José Manuel Maia.

Jantar em Tortosendo (sábado, 4, no Centro de Trabalho), com a participação de Modesto Navarro.

### Distrito de ÉVORA

Borba - Convívios comemorativos da renovação do CT do PCP: sábado e domingo (dias 4 e 5), com matança do porco e almoços (e lanche no sábado) com serrabulho, orelha e cachola, migas

Em Vendas Novas, convívio no Centro Sócio-Cultural, com a participação do camarada Diamantino Dias e animação musical com Ranchos folclóricos e um conjunto de baile (sábado, 4).

### Distrito de FARO

Jantar em Portimão (sexta, dia 10) e almoço em Silves (sábado, dia 11, na FISSUL), ambos com a participação do camarada Alvaro Cunhal.

Almoço em Vila Real de Santo António (sábado, 18, na Esc. Secundária), com a participação do camarada Carlos Carvalhas.

Jantar em S. Brás de Alportel (sábado, 4) e almoço em Faro (domingo, 5, na COOPPOFA), com a presença de Carlos Luís Figueira.

Jantares em Tavira (sexta, 3, no Rest. Alcatruz em Sta. Luzia), Lagos e Loulé (sábado, 11) e almoços em Olhão (domingo, 5, no Rest. O Casarão) e Albufeira (domingo, 12), todos com a participação de dirigentes do PCP.

### Distrito de LEIRIA

Festa popular na Mata dos Marrazes, com matança do porco: sábado, 4, a partir das 16h30. Intervenção de José Augusto Esteves sobre a situação política e o aniversário do PCP.

Na Marinha Grande, jantar no Sport Império Marinhense, seguindo animação musical com a banda "Big Boss": sábado, 4, a partir da 20h. Participa o camarada Edgar Correia.

### Distrito de LISBOA

Em Carcavelos: almoço no CT de Carcavelos (Sassoeiros), com a participação do camarada Romeu do Rosário (domingo, 5).

Na Damaia: almoço com a participação do camarada José Casanova (no CT, domingo, 5)

Sector Seguros de Lisboa: Jantar volante e encontro com o camarada Carlos Carvalhas (quinta-feira, 9, às 18h30 no CT Vitória).

Sector Transportes de Lisboa: jantar-convívio com a participação do camarada José Casanova (sexta-feira, 10, às 20h, no CT Vitória).

Organização dos PMCI's de Lisboa: Almoço-convívio no CT da Av. Duque de Loulé (sábado, 11).

Convívio das freguesias de Alvalade, Campo Grande, S. João de Deus, S. João de Brito, S. Sebastião: sábado, 11, às 16h, no CT Vitória.

Convívio e beberete da Freguesia de Olivais: sábado, 11, às 16h, no CT dos Olivais.

Almoço promovido pela Organização da Zona Centro de Lisboa e Célula da CML, com a participação do camarada João Amaral: sábado, 11, no Salão do Adicense (R. de S. Pedro - Alfama).

### Distrito de PORTALEGRE

Convívios em Portalegre (no CT, dia 4, às 16h) e em Campo Maior (dia 5, à tarde)

### Distrito do PORTO

Jantar-volante no Porto (CT da Boavista, sábado, 4), com a participação do camarada João Amaral. Animação musical com o Duo Paulo e Dino Ferreira.

Jantar-volante no Porto (CT da Boavista, segunda-feira, 6, a partir das 20h) organizado pelo Sector Intelectual do Porto, com a participação do camarada Octávio Teixeira.

Jantar em Freamunde (sábado, 4, no Café Teles), com a participação de César Príncipe.

Jantar em Valongo (sábado, 4, no Rest. Parisiano, R. Central de Campo).

Jantar em Paredes (sábado, 11, no Rest. Chalé, em Vandoma), com a participação de Henrique de Sousa. Animação musical.

Jantar em Vila do Conde, com a participação de Jorge Sarabando e do Gen. Vasco Gonçalves: sábado, 11, na sede social das Rendilheiras do Monte

### Distrito de SANTARÉM

Almoço na Soc. Recreativa Operária do Vale de Santarém, com a participação de Vítor Dias (domingo, 12).

### Distrito de SETÚBAL

Em Alcácer do Sal: almoços em Casebres e Rio de Moinhos (sábado, 4) e em Alcácer do Sal (domingo, 5, PAZOA), jantares em Barrancão (domingo, 5) e Carrasqueira (quinta, 9).

Em Santiago do Cacém: sábado, 4, às 21h, no CT do PCP, café-concerto promovido pela JCP e pelo PCP.

Em Almada: almoços em Almada (sábado, 4, no CT) com José Caetano e na Trafaria (sábado, 4, no Rest. Piri-Piri; almoços na Charneca da Caparica (domingo, 5, no CT), com Paulo Trindade, e na Cova da Piedade (domingo, 5, no CT), com Américo Costa; almoço, seguido de debate, no Pragal (domingo, 5, na Coop. Pragalense), com João Paulo; jantar na Cova da Piedade (sexta, 10, no Rest. Jardim), com a participação de Domingos Abrantes; almoços na Costa da Caparica (domingo, 12) com José Manuel Maia e no Feijó (domingo, 5, no Rest. Casa Alentejana e no dia 13, com Paulo Rodrigues).

No Barreiro: almoço às 13h e lanche às 16h (domingo, 5, no CT Concelhio do Barreiro), com a participação do camarada Carlos Humberto; almoço em Sto. António (domingo, 12), com José Paleta; lanche em Palhais (domingo, 12), com Conceição Morais.

Em Grândola: almoço com a participação de Manuel Sobral (domingo, 5).

Na Moita: almoços na Baixa da Banheira (domingo, 5) e em Alhos Vedros (domingo, 12).

No Montijo: almoço seguido de debate, com a participação de Francisco Lopes (domingo, 5, no CT do Montijo); almoço em Sarielhos Grandes (domingo, 19).

Em Palmela: almoços em Pinhal Novo (domingo, 5), com José Abreu, e em Palmela (dia 6)

Em Santiago do Cacém: almoços em Alvalade-Sado (domingo, 5), com Manuel Guerreiro, em S. Bartolomeu da Serra (sábado, 11), com José Abreu, e no Arealão (domingo, 19), com José Catalino.

No Seixal: almoço na Quinta da Valenciana, com a participação do camarada Alvaro Cunhal (domingo, 5)

Em Sesimbra: almoço na Quinta do Conde (domingo, 5), com a participação do camarada Henrique de Sousa.

Em Setúbal: almoço nos Pavilhões Municipais (Largo José Afonso), com a participação do camarada Edgar Correia (domingo, 5); almoço em S. Simão com Odete Santos (sábado, 11).

Em Sines: jantar com a participação de Jorge Pires (domingo, 12).

## Inscrições nos Centros de Trabalho locais do PCP

### CARLOS CARVALHAS NO DISTRITO DE BEJA

Sábado, 4 de Março

#### ALJUSTREL

11h30 - Inauguração do novo Centro de Trabalho do PCP

#### BEJA

Casa da Cultura, 15h

Debate: "Alentejo - Que Agricultura?"

(ver "Debate com o País", nesta página)

#### BEJA

Salão dos Bombeiros Voluntários, 20h

Jantar comemorativo do 74º aniversário do PCP

### Carlos Carvalhas na Televisão e na Rádio

Carlos Carvalhas será o convidado do novo programa da TVI "Novo Ciclo", moderado por Artur Albarran, a emitir no domingo, dia 5, cerca das 23h.

O Secretário-geral do PCP volta, no próximo dia 6, ao Forum TSF, onde estará ao dispor dos ouvintes entre as 10h15 e as 11h30



Assembleias, plenários de militantes e outras reuniões

**ALPIARÇA**

**VII Assembleia da Organização Concelhia**  
Domingo, 5, às 15h, no Centro de Trabalho

com a participação do camarada

**Carlos Brito**

Sessão pública de encerramento às 17h30

**VENDAS NOVAS**

**IV Assembleia da Organização Concelhia**  
Sábado, 4, às 15h, no Centro Cultural

com a participação do camarada

**Diamantino Dias**

**Alenquer**

**CDU - Reunião de eleitos no concelho de Alenquer:** sábado, 11, a partir das 15h, no CT do PCP

**Alcanena**

Reunião de militantes, com a participação do camarada **Agostinho Lopes:** domingo, 5, a partir das 9h30, seguindo-se almoço-convívio comemorativo do 74º aniversário do PCP.

**Amadora**

**Brandoa - Plenário de militantes da freguesia:** sábado, 4, às 15h, no Salão Polivalente.

**Falagueira/Venda Nova - Plenário de militantes da freguesia:** sábado, 4, às 15h, no salão da Junta de Freguesia.

**Amadora - Plenário de trabalhadores comunistas das empresas do concelho da Amadora, com a participação do camarada Jerónimo de Sousa:** dia 9, às 18h, no Auditório da CM.

**Cascais**

Plenário da organização da freguesia: sábado, 4, às 15h, no CT.

**Lisboa**

Plenário da célula da Imprensa Nacional-Casa da Moeda: hoje, quinta-feira, às 17h30, no CT Vitória.

Plenário de Reformados do Sector de Serviços: CT Duque de Loulé, terça-feira, 7, às 15h30.

Plenário de militantes da Freguesia de Sacramento: terça-feira, 7, às 21h.

Reunião do Conselho Plenário dos Bancários de Lisboa: terça-feira, dia 7.

Plenário de militantes dos Sector Escritórios: quarta-feira, 8, às 18h30, no CT da Av. Duque de Loulé.

Plenário da organização da Freguesia da Sé: quarta, 8, às 21h30, na Junta de Freguesia.

Plenário do Sector Intelectual de Lisboa, com a participação do camarada José Casanova: quarta-feira, dia 8, às 21h30, no CT Vitória.

Plenário do Sector do Comércio de Lisboa: quinta-feira, 9, às 19h, no CT Vitória.

Plenário da Juventude do Sector de Serviços de Lisboa: sábado, 11, às 15h30, no CT da Av. Duque de Loulé.

**Ponte de Sor**

Reuniões preparatórias da próxima Assembleia da Organização Concelhia: em Galveias (dia 3, 20h30, no CT), Longomel (dia 4, 20h, na Casa do Povo), Ponte de Sor (dia 5, 15h, no CT), Montargil (dia 10, 20h30, no CT), Foros do Arrão (dia 11, 18h, na Cooperativa).

**Sintra**

Plenário dos militantes das organizações de Montelavar e Pero Pinheiro para discussão da situação política e social e de questões autárquicas: sábado, 4, às 21h30, no CT de Montelavar.

**Vila Franca de Xira**

Reunião com Jovens Comunistas e da Juventude CDU: sábado, 4, às 16h, no CT de Vila Franca.

Plenário da célula da Câmara e SMAS, com a participação de José Casanova: quinta-feira, 9, às 17h30, no refeitório da Câmara Municipal.

**8 de Março**

Calendário de iniciativas na página IV do «Suplemento»

... e ainda:

**Em Aveiro**

Dia 8 - Jantar-convívio no Restaurante «Xiripiti» (junto à Praça do Peixe), às 20h

**Em Braga**

Dia 8 - Jantar-convívio, no Restaurante Conde Agrolongo, promovido pelo MDM, às 20h

**No Porto**

Dia 8 - Convívio com música, teatro, poesia. Porto de Honra. No Hotel Tuela, das 18h30 às 21h.

**PALAVRAS CRUZADAS**

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1														
2														
3														
4														
5														
6														
7														
8														
9														
10														
11														
12														
13														

**HORIZONTAIS:** 1 - Vara comprida, rachada e aberta no topo, para colher frutos de árvores; ansiosos, desejosos. 2 - Rival; entregar; mulher muito devota. 3 - Trabalho; estampilha; o mesmo. 4 - Batráquio; judeus; metidas no bolo. 5 - Sem companhia; sanguinário imperador romano; remoinhos de água; alternativa. 6 - Grande quantidade; pedido de socorro no mar; a antiga mala. 7 - Vila dormitório de Lisboa; vila que foi cantada por Lord Byron. 8 - Ilha no mar da Irlanda; afirmativa; deusa. 9 - Sódio (s.q.); rio que banha Alcácer do Sal; lavram; carta de jogar. 10 - Caminho; espancadas; preposição que indica relação de lugar. 11 - Mencionado; epidemias; vereadores. 12 - Faz menção; letra grega no plural; cereal com que se faz o pão. 13 - Humor viscoso e amarelo dos olhos; comoções.

**VERTICAIS:** 1 - Geologia sem fim; legislador de Atenas; ceder alguma coisa, transferir gratuitamente a posse dela a alguém. 2 - Dialético úmbrico; cidade espanhola. 3 - Toca; aguardente de melão; peixe dos mares açorianos. 4 - Folha de palmeira que servia para escrever; mulheres dos filhos; composição poética. 5 - Livro de poemas de António Nobre; calmas; artigo espanhol. 6 - Pertencer; título nobiliárquico que precidia o nome próprio de certas categorias sociais. 7 - Demónios; bater. 8 - Socorro; rio da Rússia; impulso. 9 - Rasgado; oceanos. 10 - Chiste (fig.); chefe etíope. 11 - Começo do abecedário; espertalhonas; Érbio (s. q.). 12 - Preceito escrito; remedeiem; período histórico. 13 - Nome colectivo dos animais que auxiliam o homem nos trabalhos do campo; estado dos U. S. A.; vereador. 14 - Drama de Shakespeare; afeioado. 15 - Tio da América; cadeia de montanhas entre a Europa e a Ásia; isolados.

**SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR**

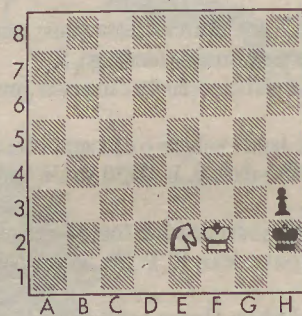
**HORIZONTAIS:** 1 - Lota; peixe; giga. 2 - Apartada; miomas. 3 - Mar; agita; alisa. 4 - Dá; Otelo; at. 5 - Cabo; oc. 6 - Cevara; pôr; ou. 7 - Aral; tripa; edis. 8 - IV; olé; zénite. 9 - Ou; mata. 10 - Sã; varão. Sá. 11 - Amago; serra; dom. 12 - Lidara; zeladora. 13 - Alar; grama; asas.

**VERTICAIS:** 1 - Lama; cai; gala. 2 - Opa; cervo; mil. 3 - Tardava; usada. 4 - Ar; abalo; Agar. 5 - Ta; or; LV; or. 6 - Pago; até; Ag. 7 - Edita; cãs. 8 - Iate; gim; reza. 9 - Ali; parem. 10 - Em; paz; orla. 11 - Ia; dó; em; aa. 12 - Gola; renas; dá. 13 - Imito; ditados. 14 - Gás; coita; ora. 15 - Asas; use; umas.

**XADREZ**

DII - 2 DE MARÇO DE 1995  
PROPOSIÇÃO Nº 1995X017  
Por: BONUS SOCIUS [MS. SÉC. XIII]  
Biblioteca Nacional de Florença n.º 108

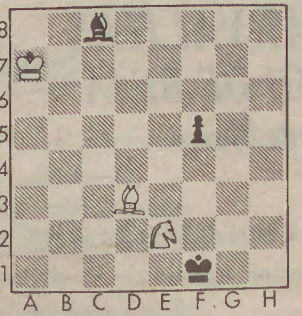
Pr: [2]: Ph3 - Rh2  
Br: [2]: Cc2 - Rf2



Mate em 5 lances

PROPOSIÇÃO Nº 1995X018  
Por: HENRI RINCK  
Las Noticias, 1926

Pr: [3] P5-Bc8 - Rf1  
Br: [3] Cc2 - Bd3 - Ra7



Branças jogam e ganham

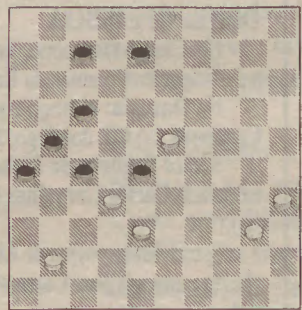
**SOLUÇÕES DO Nº DII**  
Nº 1995X017 [B. S.]: 1. Cc3, Rh1: 2. Cc4, Rh2: 3. Cd2, Rh1: 4. Cf1, Ph2! 5. Cg3 #  
Nº 1995X018 [H. R.]: 1. Rb8, Bd7: 2. Rg7, Bc8: 3. Rd8, Bf7: 4. Rf7, Bg8: 5. Rf8, Bh7: 6. Rg7 e ganha.

A. de M. M.

**DAMAS**

DII - 2 DE MARÇO DE 1995  
PROPOSIÇÃO Nº 1995D017  
Por: E. CAMOIN  
França, 1928

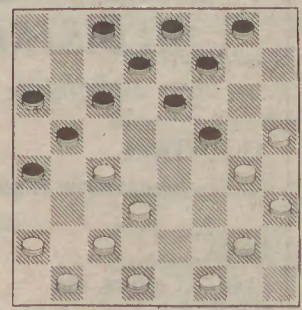
Pr: [7]: 7-8-17-21-26-27-28  
Br: [7]: 23-32-35-38-40-41



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO Nº 1995D018  
GOLPE Nº 110  
Por: GUIDO BOCCALI  
[Dama Sport n.º 7/8 18.XII.1959]

1ª versão: 1. 12-15, 23-20; 2. 10-13, 21-18; 3. 5-10, 28-23; 4. 13-17, 20-16; 5. 10-13, 23-20; 6. 6-10, 32-28; 7. 10-14, 28-23; 8. 14-21, 25-18; 9. 1-5 Diagrama.  
2ª versão: 1. 9-13, 23-20; 2. 13-17, 20-16; 3. 5-9, 28-23; 4. 1-5, 32-28; 5. 10-14; 23-20; 6. 6-10, 28-23; 7. 12-15, 21-18; 8. 14-21, 25-18; 9. 10-13 Diagrama



Pretas jogam e ganham

**SOLUÇÕES DO Nº DII**  
Nº 1995D017 [E. C.]: 1. 41-37, (28X19); 2. 37-31, (26X28); 3. 38-33, (28X39); 4. 40-34, 39X30; 5. 35X31 +  
Nº 1995D018 [G. B.]: 10. 18-14, 11-18; 11. 20-11, 7-14; 12. 16-12, 8-15; 13. 22-19, 15-22; 26.1 = D +

A. de M. M.

**FILMES**

**QUINTA, 2**

**Sinfonias Modernas**

«Alexander's Ragtime Band» (EUA/1983). Real.: Henry King. Int.: Tyrone Power, Alice Faye, Don Ameche, Ethel Merman. P/B, 101 min. *Musical*. (14.50, SIC)

**Um Certo Outono**

«Used People» (EUA/1992). Real.: Beeban Kidron. Int.: Shirley MacLaine, Bob Dishy, Jessica Tandy, Marcello Mastroianni, Emma Tammi, Asia Vieira, Lee Wallace. Cor, 111 min. *Ver Destaque*. (21.30, Quatro)

**Brincando com o Terror**

«Silent Night, Deadly Night 5: The Toy Maker» (EUA/1991). Real.: Martin Kitrosser. Int.: Jane Higginson, William Thone. Cor, 90 min. *Terror*. (01.50, Canal 1)

**SEXTA, 3**

**A Ferro e Fogo**

«The Raid» (EUA/1954). Real.: Hugo Fragonese. Int.: Van Heflin, Anne Bancroft, Richard Boone, Lee Marvin, Tommy Rettig. Cor, 80 min. *Guerra*. (14.50, SIC)

**Cactus Jack, «O Vilão»**

«The Villain» (EUA/1979). Real.: Hal Needham. Int.: Kirk Douglas, Arnold Schwarzenegger, Ann-Margret. Cor, 1979. «Western» / *Comédia*. (21.30, Quatro)

**O Nascimento de Uma Nação**

«The Birth of a Nation» (EUA/1915). Real.: David Wark Griffith. Int.: Henry B. Walthal, Mae Marsh, Lillian Gish, Miriam Cooper, Mary Alden, Ralph Lewis, George Siegmann, Walter Long, Robert Haron. P/B, 180 min. *Ver Destaque*. (23.50, TV 2)

**Kickboxer 2**

«Kickboxer II: The Art of War» (EUA/1992). Real.: Rick King. Int.: Sasha Mitchell, Dennis Chan, Richard Comar, Noah Verdusco. Cor, 88 min. *Ação*. (01.05, Canal 1)

**SÁBADO, 4**

**Objectivo Burma**

«Objective, Burma!» (EUA/1945). Real.: Raoul Walsh. Int.: Errol Flynn, William Prince, James Brown, George Tobias. P/B, 137 min. *Ver Destaque*. (19.00, TV 2)

**A Guerra dos Rosas**

«War of the Roses» (EUA/1989). Real.: Danny De Vito. Int.: Michael Douglas, Kathleen Turner, Danny De Vito, Marianne Sagebrecht. Cor, 112 min. *Comédia*. (23.30, SIC)

**Verdicto Final**

«True Believer» (EUA/1989). Real.: Joseph Ruben. Int.: James Woods, Robert Downey, Jr., Yuji Okumoto, Margaret Colin. Cor, 99 min. *Ver Destaque*. (23.50, TV 2)

**O Último Hurrah**

«The Last Hurrah» (EUA/1958). Real.: John Ford. Int.: Spencer Tracy, Jeffrey Hunter, Dianne Foster, Donald Crisp. P/B, 1958. *Ver Destaque*. (00.55, Quatro)

**O Fogo da Paixão**

«Mrs. Soffel» (EUA/1984). Real.: Gillian Armstrong. Int.: Diane Keaton, Mel Gibson, Mathew Modine, Edward Herrmann. Cor, 107 min. *Drama*. (01.00, Canal 1)

**Campeão Invencível**

«The Boy in Blue» (Can./1986). Real.: Charles Jarrott. Int.: Nicolas Cage, Cynthia Dale, Christopher Plummer. Cor, 94 min. *Desporto / Biográfico*. (02.50, Canal 1)

**DOMINGO, 5**

**A Ribeira da Saudade**

(Port./1961). Real.: João Mendes. Int.: Cecília Guimarães, Varela Silva, Leónia Mendes, Rui de Carvalho. Cor, 81 min. *Melodrama*. (16.20, SIC)

**Academia de Polícia 4: A Patrulha do Cidadão**

«Police Academy 4: Citizens on Patrol» (EUA/1987). Real.: Jim Drake. Int.: Steve Guttenberg, Bubba Smith. Cor, 84 min. *Comédia*. (17.35, Canal 1)

**O Colar da Morte**

«Wedlock» (EUA/1991). Real.: Lewis Teague. Int.: Rutger Hauer, Mimi Rogers, Joan Chen, James Remar. Cor, 97 min. «Thriller». (21.30, SIC)

**Os Silêncios do Palácio**

«Les Silences du Palais» (Fr./Tun./1994). Real.: Moufida Tlatli. Int.: Amei Medhili, Henda Sabri, Najia Ouerghi, Ghalia Lacroix. Cor, 122 min. *Ver Destaque*. (aprox. 22.30, TV 2)

**A Sexta-Feira Mais Longa**

«The Long Good Friday» (Gr.Br./1980). Real.: John Mackenzie. Int.: Bob Hoskins, Helen Mirren, Dave King, Bryan Marshall. Cor, 110 min. *Ver Destaque*. (02.20, Canal 1)

**SEGUNDA, 6**

**O Regresso de Frank James**

«The Return of Frank James» (EUA/1940). Real.: Fritz Lang. Int.: Henry Fonda, Gene Tierney, Jackie Cooper, Henry Hull. Cor, 89 min. *Ver Destaque*. (14.50, SIC)

**Amigos da Onça**

«Buddy Buddy» (EUA/1981). Real.: Billy Wilder. Int.: Walter Matthau, Jack Lemmon, Paula Prentiss, Klaus Kinski. Cor, 101 min. *Ver Destaque*. (21.30, Quatro)

**O Destruidor**

«The Hitman» (EUA/1991). Real.: Aaron Norris. Int.: Chuck Norris, Michael Parks, Al Waxman, Alberta Watson. Cor, 92 min. «Thriller». (22.20, SIC)

Sempre, «Always» (EUA/1989). Real.: Steven Spielberg. Int.: Richard Dreyfuss, Holly Hunter, John Goodman, Brad Johnson. Cor, 121 min. *Ver Destaque*; «Experiência Alucinante», «Videodrome» (Can./1983). Real.: David Cronenberg. Int.: James Woods, Sonja Smits, Debbie Harry, Peter Dvorsky. Cor, 90 min. *Terror*; «Luz Nova em Parador», «Moon Over Parador» (EUA/1988). Real.: Paul Mazursky. Int.: Richard Dreyfuss, Sônia Braga, Raul Julia, Jonathan Winters. Cor, 105 min. *Ver Destaque*; «Modesty Blaise», «Modesty Blaise» (Gr.Br./1966). Real.: Joseph Losey. Int.: Monica Vitti, Dirk Bogarde, Terence Stamp, Harry Andrews. Cor, 119 min. *Aventuras / Espionagem*; «Uma Luz na Praça» (EUA/1962). Real.: Guy Green. Int.: Olivia de Havilland, Rossano Brazzi, Yvette Mimieux, George Hamilton. Cor, 100 min. *Melodrama*. (a partir da 01.00, Canal 1)

**TERÇA, 7**

**A Rainha Virgem**

«The Virgin Queen» (EUA/1955). Real.: Henry Koster. Int.: Bette Davis, Joan Collins, Richard Todd, Herbert Marshall. Cor, 89 min. *Histórico*. (14.50, SIC)

**Eduardo Mãos-de-Tesoura**

«Edward Scissorhands» (EUA/1990). Real.: Tim Burton. Int.: Johnny Depp, Winona Ryder, Dianne Wiest. Cor, 102 min. *Ver Destaque*. (22.45, TV 2)

**Três São de Mais**

«It Takes Two» (EUA/1988). Real.: David Beaird. Int.: George Newbern, Leslie Hope, Kimberly Foster, Barry Corbin. Cor, 80 min. *Comédia Romântica*. (01.15, Canal 1)

**QUARTA, 8**

**Os Sete Desejos**

«Bedazzled» (EUA/1967). Real.: Stanley Donen. Int.: Peter Cook, Dudley Moore, Raquel Welch, Eleanor Brody. *Comédia*. (14.50, SIC)

**Esperança e Glória**

«Hope and Glory» (Gr.Br./1987). Real.: John Boorman. Int.: Sarah Miles, David Hayman, Derrick O'Connor, Susan Wollridge. Cor, 107 min. *Ver Destaque*. (21.30, Quatro)

**Instinto Fatal**

«Basic Instinct» (EUA/1992). Real.: Paul Verhoeven. Int.: Michael Douglas, Sharon Stone, George Dzundza, Jeanne Tripplehorn. Cor, 127 min. *Ver Destaque*. (22.30, Canal 1)

**História de Amor**

(Informações suplementares não fornecidas pela RTP - 01.15, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

Associação de Amizade Portugal-Cuba  
**20 Anos a Viajar para Cuba**  
Venha conhecer a Revolução Cubana  
Os melhores programas Culturais e Turísticos  
**Páscoa - 14 a 24 de Abril**  
  
Informações e marcações pelo ☎ 385 73 05  
ou na sede R. Rodrigo da Fonseca, 107 r/c Bsq.



PROGRAMAÇÃO

Quinta, 2

- CANAL 1
08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Origens
10.00 Viva a Manhã
11.50 Culinária
12.10 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Coração Selvagem
14.15 Malha de Intrigas
15.40 Série não designada
16.40 Cobra
17.30 Missão Impossível
18.20 Com a Verdade M' Enganas
19.10 Desencontros
20.00 Telejornal
20.30 74.5 Uma Onda no Ar
21.20 Isto Só Vídeo
21.50 Frou-Frou
23.55 Coisas da Vida
00.55 24 Horas
01.35 Remate
01.50 Brincando com o Terror

Sexta, 3

- CANAL 1
08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Origens
10.00 Viva a Manhã
11.50 Culinária
12.10 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Coração Selvagem
14.15 Malha de Intrigas
15.40 Série não designada
16.40 Cobra
17.30 Missão Impossível
18.20 Com a Verdade M' Enganas
19.05 Desencontros
20.00 Telejornal
20.30 Desculpem Qualquer Coisinha
21.05 74.5 Uma Onda no Ar
22.00 Concurso 1, 2, 3
23.45 24 Horas
00.25 Remate
00.40 Contos Assombrosos
01.05 Kickboxer II

Sábado, 4

- CANAL 1
08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.30 Luta Livre Americana
13.00 Notícias
13.15 Coração Selvagem
14.00 Made in Portugal
14.30 Clube Disney
16.00 As Aventuras de Brisco County
16.45 Arca de Noé
17.50 Futebol: Sporting-Salgueiros
19.45 Totoloto
20.00 Telejornal
20.40 Seleção Nacional
21.35 Noite Mágica
22.25 Parabéns
00.40 24 Horas
01.00 O Fogo da Paixão
02.45 Campeão Invencível
CANAL 2
09.00 Universidade Aberta
10.30 Comemorações do Ano do Infante
13.15 Parlamento
14.15 Universidade Aberta
15.45 TV2 Desporto
18.05 Musical: «In Concert»
19.00 Planeta Terra
19.30 Tribunal de Polícia
20.00 Forum Musical
21.00 Praia da China
22.00 TV2 Jornal
22.30 Dinheiro em Caixa
23.00 12 Minutos
23.15 TV2 Desporto
23.50 Veredicto Final
SIC
11.00 Buéréré
13.00 Portugal Radical
13.30 Mini-Chuva de Estrelas
14.20 Especial «Quatro Vezes Quatro»
15.10 Dra. Quinn
16.00 Os Imortais II
17.00 Muita Lóco
18.00 Vidas Cruzadas
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.40 Sábado Mágico
23.30 A Guerra dos Rosas
01.55 Último Jornal
02.10 Noites Hipnóticas
QUATRO
10.00 Clube da Manhã
11.30 Animação
12.00 Informação Religiosa
13.00 Jornal da Uma
13.20 Contra Ataque
15.00 Telemotor
15.30 Jogos Fantásticos
16.00 Os Caloiros
16.30 Jovens Universitários
17.00 Queridos Inimigos
18.50 Trocado em Miúdos
19.25 Telejornal
20.00 Caixa Alta
20.35 Diz-me Com Quem Andas
21.30 Trapos & Companhia
22.00 Quem Casa Quer Casa
23.30 Contra-Ataque
00.15 Últimas Notícias
00.35 Mogambo

Domingo, 5

- CANAL 1
08.00 Programa Infantil / Juvenil
12.30 Sem Limites
13.00 Jornal da tarde
13.15 Top +
14.20 86-60-86
14.50 Kung Fu - A Lenda Continua
15.40 Emoções Fortes
16.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
16.55 A Grande Pirâmide
17.35 Academia de Polícia IV
19.50 Joker
20.00 Telejornal
20.45 Futebol: Marítimo-Boavista
22.40 Eu Tenho Dois Amores
23.45 Domingo Desportivo
01.15 No Calor da Noite
02.00 24 Horas
02.20 A Sexta-Feira Mais Longa
CANAL 2
09.00 À Mão de Semear
09.30 Caminhos
10.00 Novos Horizontes
10.30 70 x 7
11.00 Missa
12.00 Regiões
13.00 Euronews
14.00 TV2 Desporto
18.00 Circo
19.30 Os Vingadores
20.20 Música ao Domingo: «Concerto Pelo Planeta Terra - II»
21.10 Gente Remota
22.00 TV2 Jornal
22.30 Sempre ao Domingo - A propósito do 8 de Março, incluindo a longa-metragem «Os Silêncios do Palácio»
SIC
11.00 Buéréré
13.00 Mini-Chuva de Estrelas
13.50 National Geographic
14.40 Um Trovão no Paraíso
15.30 Walker, o Ranger do Texas
16.20 A Ribeira da Saudade
18.00 Vidas Cruzadas
20.00 Jornal da Noite
20.40 Médicos Sem Fronteiras
21.30 O Colar da Morte
23.35 Último Jornal
23.50 No Fim do Mundo
QUATRO
10.00 Clube da Manhã
11.30 Informação Religiosa - Missa
13.30 Portugal Português
15.00 Jornal do País
15.30 Mini Gladiadores
16.00 Babylon 5
16.50 Reveses da Fortuna
17.50 Adultos à Força
18.50 Trocado em Miúdos
19.25 Telejornal
20.00 Bang Bang
20.35 O Agente Especial
21.35 Doutores e Engenheiros
23.00 O Novo Ciclo
24.00 Últimas Notícias
00.15 Jornal do Mundo

Segunda, 6

- CANAL 1
08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Origens
10.00 Viva a Manhã
11.55 Culinária
12.10 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Coração Selvagem
14.15 Malha de Intrigas
15.40 Eu Tenho Dois Amores
16.00 Cobra
17.30 Missão Impossível
18.20 Com a Verdade M' Enganas
19.05 Desencontros
20.00 Telejornal
20.30 74.5 Uma Onda no Ar
21.20 Nico d' Opra
21.50 Especial Fernando Pessoa
23.30 Nas Teias da Lei
00.10 24 Horas
00.50 Remate
Sessão Especial de Cinema, a partir das 01h00, com os filmes: Sempre Experiência Alucinante Lua Nova em Parador Modesty Blaise Uma Luz na Praça
CANAL 2
16.00 Televidas
17.05 A Casa do Caçador
17.50 O Golo da Jornada
18.10 Escola Paraíso
18.40 Rua Sésamo
19.10 Um, Dó, Li, Tá
20.15 Zero de Audiência
20.45 Magazine - «Saúde»
21.15 Música dos Outros
21.45 Ver para Ler
21.45 RTP / Financial Times
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.50 Magazine - «Cinema»
23.45 Eduardo Mãos-de-Tesoura
00.55 Arte na Época dos Descobrimientos
SIC
11.00 Praça Pública
11.30 O Juiz Decide
12.00 Quatro por Quatro
13.00 Notícias
13.25 Os Donos do Jogo
13.50 Olhos nos Olhos
14.50 O Regresso de Frank James
15.45 Buéréré
16.45 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.50 Ponto de Encontro
22.20 O Destruidor
00.25 Último Jornal
00.45 Flash Back
QUATRO
10.30 Lumen 2000
11.00 Momentos Musicais
11.30 Shopping Center
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Kassandra
14.00 Éramos Seis
14.35 Esquadrão Classe A
15.15 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.40 Caprichos
18.30 O Preço da Paixão
19.30 Novo Jornal
20.30 MacGyver
21.30 Amigos da Onça
23.30 TVI Jornal



Silvio Rodriguez, o cantor cubano que Portugal nunca viu: Terça à noite na TV2



«Departamento de Homicídios» - Quinta à noite

- CANAL 2
16.00 Televidas
17.00 Perigo nas Montanhas
18.05 Escola Paraíso
18.35 Rua Sésamo
19.00 Caderno Diário
19.10 Um, Dó, Li, Tá
19.45 Açores - O Centenário da Autonomia
20.55 Histórias de Cá e Lá
21.45 RTP/Financial Times
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.45 Departamento de Homicídios
23.35 Músicas da Terra
00.30 Arte na Época dos Descobrimientos
SIC
11.00 Praça Pública
11.30 O Juiz Decide
12.00 Tropicallente
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Os Donos do Jogo
13.50 Olhos nos Olhos
14.50 Sinfonias Modernas
16.45 Buéréré
17.45 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.40 Os Trapalhões
22.40 A Noite das Rainhas
00.10 A Noite da Má-Língua
01.15 Último Jornal
01.30 Internacional SIC
QUATRO
09.00 Momentos Musicais
09.30 Shopping Center
10.00 Clube da Manhã
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Kassandra
14.00 Éramos Seis
14.35 Esquadrão Classe A
15.15 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.35 Caprichos
18.30 O Preço da Paixão
19.25 Novo Jornal
20.20 MacGyver
21.15 Fora de Jogo
21.30 Um Certo Outono
23.30 TVI Jornal
00.15 Protagonistas

- CANAL 2
16.00 Televidas
17.00 Uma Família Feliz
18.05 Escola Paraíso
18.35 Rua Sésamo
19.00 Caderno Diário
19.10 Um, Dó, Li, Tá
19.40 A Magia do Cinema
20.45 A Roda do Mundo
21.15 Histórias Que o Tempo Apagou
21.45 Ver Para Ler
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.40 Quem Conta um Conto
23.50 O Nascimento de Uma Nação
02.50 Arte na Época dos Descobrimientos
SIC
11.00 Praça Pública
11.30 O Juiz Decide
12.00 Tropicallente
13.00 Notícias
13.30 Os Donos do Jogo
13.50 Olhos nos Olhos
14.50 A Ferro e Fogo
16.45 Buéréré
17.45 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite + Sete à Sexta
21.25 Irmãos Coragem
22.30 Chuva de Estrelas
23.30 Minas e Armadilhas
00.35 Último Jornal
00.50 Os Donos da Bola
02.00 Playboy
QUATRO
09.00 Momentos Musicais
09.30 Shopping Center
10.00 Clube da Manhã
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Kassandra
14.00 Éramos Seis
14.35 Esquadrão Classe A
15.15 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.35 Caprichos
18.30 O Preço da Paixão
19.30 Novo Jornal
20.20 MacGyver
21.15 Fora de Jogo
21.30 Cactus Jack, o Vilão
23.30 TVI Jornal
00.15 Pelo Contrário

- QUATRO
10.00 Clube da Manhã
11.30 Animação
12.00 Informação Religiosa
13.00 Jornal da Uma
13.20 Contra Ataque
15.00 Telemotor
15.30 Jogos Fantásticos
16.00 Os Caloiros
16.30 Jovens Universitários
17.00 Queridos Inimigos
18.50 Trocado em Miúdos
19.25 Telejornal
20.00 Caixa Alta
20.35 Diz-me Com Quem Andas
21.30 Trapos & Companhia
22.00 Quem Casa Quer Casa
23.30 Contra-Ataque
00.15 Últimas Notícias
00.35 Mogambo

- QUATRO
10.00 Clube da Manhã
11.30 Informação Religiosa - Missa
13.30 Portugal Português
15.00 Jornal do País
15.30 Mini Gladiadores
16.00 Babylon 5
16.50 Reveses da Fortuna
17.50 Adultos à Força
18.50 Trocado em Miúdos
19.25 Telejornal
20.00 Bang Bang
20.35 O Agente Especial
21.35 Doutores e Engenheiros
23.00 O Novo Ciclo
24.00 Últimas Notícias
00.15 Jornal do Mundo

- CANAL 2
16.00 Televidas
17.05 A Casa do Caçador
17.50 O Golo da Jornada
18.10 Escola Paraíso
18.40 Rua Sésamo
19.10 Um, Dó, Li, Tá
20.15 Zero de Audiência
20.45 Magazine - «Saúde»
21.15 Música dos Outros
21.45 Ver para Ler
21.45 RTP / Financial Times
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.50 Magazine - «Cinema»
23.45 Eduardo Mãos-de-Tesoura
00.55 Arte na Época dos Descobrimientos
SIC
11.00 Praça Pública
11.30 O Juiz Decide
12.00 Quatro por Quatro
13.00 Notícias
13.25 Os Donos do Jogo
13.50 Olhos nos Olhos
14.50 O Regresso de Frank James
15.45 Buéréré
16.45 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.50 Ponto de Encontro
22.20 O Destruidor
00.25 Último Jornal
00.45 Flash Back
QUATRO
10.30 Lumen 2000
11.00 Momentos Musicais
11.30 Shopping Center
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Kassandra
14.00 Éramos Seis
14.35 Esquadrão Classe A
15.15 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.40 Caprichos
18.30 O Preço da Paixão
19.30 Novo Jornal
20.30 MacGyver
21.30 Amigos da Onça
23.30 TVI Jornal

Terça, 7

- CANAL 1
08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Origens
10.00 Viva a Manhã Especial
11.50 Culinária
12.10 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Coração Selvagem
14.15 Malha de Intrigas
15.40 Eu Tenho Dois Amores
16.00 Cobra
17.30 Missão Impossível
18.20 Com a Verdade M' Enganas
19.05 Desencontros
20.00 Telejornal
20.30 74.5 Uma Onda no Ar
21.20 Nico d' Opra
21.50 Especial Fernando Pessoa
23.30 Nas Teias da Lei
00.10 24 Horas
00.50 Remate
Sessão Especial de Cinema, a partir das 01h00, com os filmes: Sempre Experiência Alucinante Lua Nova em Parador Modesty Blaise Uma Luz na Praça
CANAL 2
12.00 Missa de Aniversário da RTP
16.00 Televidas
17.05 A Vida Continua
18.10 Escola Paraíso
18.35 Rua Sésamo
19.15 Um, Dó, Li, Tá
19.30 Rotações
21.15 Magazine - «Cinema»
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.50 Magazine - «Cinema»
23.45 Eduardo Mãos-de-Tesoura
00.10 Alta Frequência: «Silvio Rodrigues»
SIC
11.00 Praça Pública
11.30 O Juiz Decide
12.00 Quatro por Quatro
13.00 Notícias
13.30 Os Donos do Jogo
14.00 Olhos nos Olhos
14.50 A Rainha Virgem
16.45 Buéréré
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.50 Ora Bolas, Marina
22.10 Labirinto
23.00 O Senhor Que se Segue
23.50 Freiras em Fuga
00.55 Último Jornal
01.10 O Rei da Rádio
QUATRO
10.30 Lumen 2000
11.00 Momentos Musicais
11.30 Shopping Center
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Kassandra
14.00 Éramos Seis
14.35 Esquadrão Classe A
15.15 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.40 Caprichos
18.30 O Preço da Paixão
19.30 Novo Jornal
20.00 Éramos Seis
20.20 MacGyver
21.15 Fora de Jogo
21.30 Amigos para Sempre
23.30 TVI Jornal
00.15 Jornal de Negócios
01.00 Sinais e Leis

Quarta, 8

- CANAL 1
08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Origens
10.00 Viva a Manhã
11.50 Culinária
12.10 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Coração Selvagem
14.15 Malha de Intrigas
15.40 Cabaret
16.00 Cobra
17.00 Missão Impossível
18.00 Com a Verdade M' Enganas
19.00 Desencontros
19.50 Vamos Jogar no Totobola
20.00 Telejornal
20.30 74.5 Uma Onda no Ar
21.10 Com Peso e Medida
22.10 Instinto Fatal
23.50 24 Horas
00.40 Remate
00.45 História de Amor
CANAL 2
16.00 Televidas
17.00 A Sombra da Dúvida II
18.05 Escola Paraíso
18.30 Rua Sésamo
19.00 Um, Dó, Li, Tá
19.50 O Domínio dos Mares
20.45 Universidade Aberta
21.15 Magazine - «Ver Artes»
21.40 Ver para Ler
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.45 Fogo Cruzado
23.40 Milongo
00.30 Arte na Época dos Descobrimientos
SIC
11.00 Praça Pública
11.30 O Juiz Decide
12.00 Tropicallente
13.00 Notícias
13.30 Os Donos do Jogo
13.50 Olhos nos Olhos
14.50 Os Sete Desejos
16.45 Buéréré
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.40 All You Need Is Love
22.40 Casos de Polícia
23.45 Último Jornal
24.00 Tostões e Milhões
01.00 A Bola Preta
QUATRO
10.30 Lumen 2000
11.00 Momentos Musicais
11.30 Shopping Center
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Kassandra
14.00 Éramos Seis
14.35 Esquadrão Classe A
15.15 A Escolha É Sua!
16.15 A Hora do Recreio
17.35 Caprichos
18.30 O Preço da Paixão
19.30 Novo Jornal
20.20 MacGyver
21.30 Esperança e Glória
23.30 TVI Jornal
00.15 Prós e Contras



Misa é a convidada da semana de «A Música dos Outros»: Segunda à noite

«Gente Remota» - ao Domingo





## Por isto e por aquilo...

### Um Certo Outono (Quinta, 21.30, Quatro)

Uma viúva recente (MacLaine) é cortejada por um italiano (Mastroianni) que, desde há muitos anos, se interessara por ela - e é esta história de uma renovada aproximação e paixão que constitui o pano de fundo para o realizador Beban Kidron encenar uma saga familiar em que o principal interesse é apreciar a actuação de várias e reputadas vedetas. Interessante, mas não mais do que isso.

### O Nascimento de Uma Nação

(Sexta, 23.50, TV 2)

Seguindo a par e passo a evolução de duas famílias (os Stoneman, do Norte, e os Cameron, do Sul) David W. Griffith narra neste grande clássico do mudo, debruçando-se com intenso realismo sobre os seus principais acontecimentos, um dos períodos mais conturbados da História dos EUA - a Guerra da Secessão. Repleta de cenas e sequências de antologia, esta obra é seguramente hoje tão impressionante como o fora em 1915 - uma verdadeira obra-prima que veio colocar o cinema, à época, ao mesmo nível de credibilidade das outras formas da arte de representação (a ópera, o ballet ou o teatro) e, do ponto de vista estritamente cinematográfico, foi uma peça fundamental para a formação da estética cinematográfica, influenciando inúmeros cineastas, a começar por Eisenstein. Dito isto, é impossível ignorar a parcialidade da mensagem inequivocamente reacçãoária e racista assumida por Griffith - e que ele foi beber à peça teatral *The Clansman*, de Thomas Dixon, Jr., também ela claramente racista - designadamente ao tomar partido pelos Sulistas, em geral, e pela *Ku Klux Klan*, em particular. Um acontecimento televisivo a não perder.



Os principais intérpretes de «Um Certo Outono», de Beban Kidron

com uma brilhante interpretação de Spencer Tracy, excelentemente rodeado de óptimos «secundários».

### Os Silêncios do Palácio

(Domingo, aprox. 22.30, TV 2)

Integrado no programa *Sempre aos Domingos*, este é o primeiro filme de uma realizadora tunisina - Mofida Tlatli - premiado no Festival de Cannes de 1994, cujo argumento se debruça com rara acutilância e sensibilidade sobre a condição da mulher na sociedade árabe e o despertar da consciência para a independência e igualdade de direitos. Desconhecido entre nós, um filme a descobrir.

### A Sexta-Feira Mais Longa

(Domingo, 02.20, Canal 1)

Um gangster monta, peça a peça, uma monumental operação imobiliária mas a sua estratégia é subitamente destruída por uma série de atentados desencadeada pelo IRA contra os seus interesses. Um filme

representativo do actual cinema britânico e que recolhe excelentes referências, o que não impediu que o Canal 1 tivesse escolhido uma hora de transmissão verdadeiramente absurda.

### O Regresso de Frank James

(Segunda, 14.50, SIC)

Retomando a história de Jesse James, Fritz Lang desenvolve aqui um episódio (historicamente falso, aliás) em que o seu irmão Frank se esconde até à promulgação de uma lei de amnistia para vir à luz do dia e, ajudado por um amigo e uma jornalista, tentar descobrir o assassino do irmão e vingar a sua morte. Trata-se da continuação, por Fritz Lang, do filme de Henry King realizado no ano anterior e no qual Henry Fonda já desempenhava o papel aqui representado. Gene Tierney estreava-se no cinema. Um clássico do western.

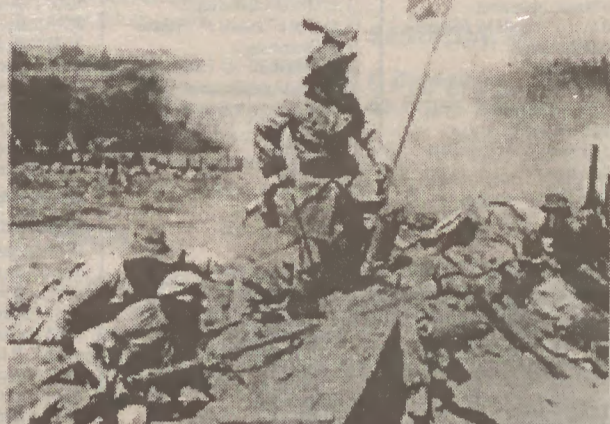
### Amigos da Onça (Segunda, 21.30, Quatro)

Comédia negra, despreziosamente realizada por Billy Wilder, sobre o caso de um assassino cuja actividade é perturbada pela chegada de um «intruso». Boas interpretações de Walter Matthau e Jack Lemmon.

### Sempre (Segunda, 01.00, Canal 1)

O toque do «maravilhoso», que é de esperar em Spielberg, está como é natural patente neste filme com o qual se inicia uma longa madrugada de cinema no Canal 1, comemorativa de mais um aniversário da estação. No entanto, independentemente de algumas brilhantes sequências, o filme raramente atinge o muito que promete, sobretudo se o compararmos com o original de que é *remake* - *A Guy Named Joe*, de Victor Fleming (1943). Um piloto especializado na extinção aérea de grandes fogos morre, em missão, mas regressa, em espírito, para ajudar um outro piloto na arte da mesma profissão e no amor por uma mesma mulher... Duas boas interpretações de Holly Hunter e Richard Dreyfuss (embora, este, sem fazer esquecer a composição original de Spencer Tracy) e a curiosidade (passe a expressão!) de as cenas de incêndio terem sido fil-

uma série de «audições» na tentativa de encontrar trabalho no teatro. E eis que, de recusa em recusa, de dificuldade em dificuldade, o vemos, em *flashback*, regressar a um passado recente (que recorda em tom nostálgico) em que, como actor de segunda categoria, roda um filme em Parador, um país imaginário da América Latina. E aqui sucede algo de surpreendente na sua vida: o ditador do país é assassinado e, em face das suas incríveis semelhanças fisionómicas, o chefe militar que na sombra domina tudo e todos (Raul Julia) contrata à força o nosso actor para substituir o déspota, não apenas na chefia do país mas também no envol-



Um fotograma de «O Nascimento de Uma Nação», a obra-prima de David W. Griffith

vimento amoroso com a sua amante (Sónia Braga). Mas aquilo que prometia ser uma sátira vigorosa aos regimes ditatoriais das chamadas «repúblicas das bananas» transforma-se, afinal, numa comédia relativamente insípida e de algum mau-gosto, repleta de lugares-comuns - um fracasso surpreendente num realizador como Paul Mazursky, com bastas provas de sensibilidade dadas na matéria.

### Eduardo Mãos de Tesoura (Terça, 22.45, TV 2)

O surgimento de Vincent Price, em fim de carreira, num curto e delicioso papel, dá o necessário tom a um filme muito badalado que revela a sobrevivência e a recriação, no imaginário cinematográfico, das histórias meio-fantásticas, meio-terrorizantes, em que seres sensíveis e incompreendidos são dramaticamente marcados pelos defeitos que os atormentam... e não menos atormentam os outros. Que dizer, então, do pequeno defeito de Eduardo, o «herói» desta fita? Que culpa tinha ele, afinal, de, em vez de dedos, ter nascido com umas afiadas lâminas de... tesoura? Uma história a matar (e de morrer de susto!) brilhantemente encenada por Tim Burton, com uma fabulosa banda sonora composta por Danny Elfman.

### Esperança e Glória

(Quarta, 21.30, Quatro)

A guerra nos céus de Londres vivida por um miúdo de sete anos que vê o pai ser mobilizado e, ao mesmo tempo que acompanha os dramas e as preocupações da mãe e dos seus amigos de todos os dias, descobre os novos «brinquedos» do tempo: soldados de chumbo e de carne e osso, estilhaços de projectéis. E se junta a um bando de miúdos que pilham o que faz falta e se regozija com o bombardeamento da escola, onde deixa de haver aulas. Até que, incendiada a sua própria casa, todos vão para casa dos avós, na província, e o pai regressa e esta é a época mais feliz da sua infância... Um filme extremamente sensível e cheio de humor em que John Boorman se diz ter inserido as suas próprias memórias de infância.

### Instinto Fatal

(Quarta, 22.30, Canal 1)

E chega, fresquinho, à televisão o filme que provocou longas e inflamadas controvérsias - e a correspondente e não inocente promoção - em artigos nas

«revistas da especialidade» (as da *propriamente dita* e as da *outra*). Sabendo-se que as cópias em distribuição», consoante os países e televisões de destino, contém ou não esta ou aquela «cena eventualmente chocante», é chegada também a altura de finalmente sabermos se estamos ou não no «pelotão da frente!» Na primeira cadeira, se possível, para confirmar em «horário nobre» se Sharon Stone cruza ou não as pernas em frente de Michael Douglas... Se, entretanto, a «vista» não entorpecer o «ouvido», o espectador poderá apreciar, já agora, uma fabulosa banda sonora de Jerry Goldsmith, que constitui uma verdadeira homenagem ao compositor favorito de Hitchcock - Bernard Herrmann.



Spencer Tracy, no centro dos intérpretes de «O Último Hurrah», de John Ford

### Objectivo Burma (Sábado, 19.00, TV 2)

Pegando em um episódio da II Guerra Mundial - o desenvolvimento da acção de um comando de pára-quedistas americanos para bombardear e destruir, na Birmânia, uma estação de radar dos japoneses, que acaba em trágico fracasso - o realizador Raoul Walsh dá passos decisivos para a criação de uma moderna linguagem narrativa e dramática, em que estão simultaneamente presentes elementos pertencentes a diversos «géneros» como o western, o filme negro, o thriller, o fantástico, a aventura, o filme de guerra. Mais uma obra-prima indispensável. Espera-se que a TV 2 não subverta esta oportunidade - o que aconteceria se projectasse a cópia colorida por computador...

### Veredicto Final (Sábado, 23.50, TV 2)

Um advogado que, em tempos, fora um admirador da «contracultura» vê-se agora confrontado com um caso em que tem de defender traficantes de droga - um caso em que se lhe depara a possibilidade de os seus clientes estarem inocentes. A intriga e mistério que envolvem este caso são, assim, os ingredientes que transmitem a este filme um particular fascínio.

### O Último Hurrah

(Sábado, 00.55, Quatro)

Abordando com convicto idealismo a baixez dos meandros da política em período eleitoral, este filme de John Ford acompanha a história de um homem que se candidata à reeleição para presidente da câmara, batendo-se pelos mais desprotegidos e contactando com as populações para escutar os seus anseios, em contraste com o seu adversário político que recorre sobretudo à televisão para manipular a opinião pública. Uma obra extremamente interessante,



David Hayman e Sarah Miles, no drama de guerra «Esperança e Glória», de John Boorman



Patti Love, Bob Hoskins e Helen Mirren, no policial de John MacKenzie «A Sexta-Feira Mais Longa»



Um fotograma de «Eduardo Mãos de Tesoura», de Tim Burton

mas durante a tragédia, real, da grande devastação do Yellowstone National Park, em 1988.

### Lua Nova em Parador (Segunda, madrugada, Canal 1)

O filme começa em Nova Iorque, onde vemos um actor (Richard Dreyfuss) percorrer



■ Correia  
da Fonseca

# Auto-estradas e outras vertigens

Quando Paulo Lavadinho, no passado sábado, introduziu o tema da emissão «Parlamento», fê-lo na base de uma afirmação curiosa: o Presidente da República «voltara a atacar». Era, no mínimo, uma confusão manifesta entre a opinião pessoal do jornalista, que é naturalmente responsável e até defensável mas não tinha ali direito a lugar marcado, e a informação objectiva que poderia constituir ponto de partida para um debate. Por singular coincidência a opinião expressa por Lavadinho é também a opinião do PSD, como se sabe. Contudo, não é preciso ser um soarista incondicional e furioso para conceder que talvez não seja um ataque admitir que as gravuras de Foz Côa devem ser preservadas e que as associações ambientalistas são capazes de ter razão no caso da ponte Montijo/Chelas. O que parece acontecer, isso sim, é que o PSD continua cheio de saudades, conscientes ou não, do almirante Thomaz ou, pelo menos, do seu estilo presidencial. E que com o PSD está Lavadinho, também neste caso.

escandalosa situação para que foram atiradas rubricas de méritos muito acima da média que, não incorrendo frontalmente no gravíssimo pecado de serem «culturais», foram apesar disso deportadas para a «2» e condenadas a morrerem no quase-deserto. É, manifestamente, o caso do documentário de Diana Andringa sobre o assassinio de Humberto Delgado, peça de Informação de indiscutível interesse nacional, não apenas desterrada para a TV 2 mas também para lá da fronteira da meia-noite: teve dez vezes menos audiência que o trambolho disforme intitulado «Isto só vídeo». É também o caso de «Gente remota», série notável de Carlos Brandão Lucas (audiência oito vezes menor que o «Desculpem Qualquer Coisinha») ou de «A Música dos Outros», de Luís Represas (audiência sete vezes menor que o tristemente emblemático «Eu tenho dois amores»). Hoje, o que me atrai para a TV 2 é uma emissão de «A Roda do Mundo», rubrica discretíssima pela qual nin-

forma mais conveniente de gerirem aquilo a que já se chama «a terceira revolução industrial». Sensacionalismo mediático à parte, o assunto era mesmo importante, de não perder, um verdadeiro «must», como gosta de dizer a grãfinagem basbaque dos anglicismos em moda. Por isso lá estive, a olhar e a ouvir. Não fiquei fascinado, mas fiquei inquieto. Pelo menos.

## Maus tratos a D. Henrique

Não fiquei fascinado porque os três participantes no programa não eram de modo nenhum fascinantes e também porque desde o já distante desembarque humano na Lua deixei de me deslumbrar com as espantosas proezas da tecnologia: de então para cá,



De qualquer modo, os pendores de Paulo Lavadinho, tal como os seus eventuais maus modos para com os deputados comunistas, a manifesta impaciência com que os ouve, são agora testemunhados por auditório significativamente menor. Consulto a última tabela de audiências publicada pelo «Diário de Notícias» e verifico que «Parlamento» está com uma audiência média de 0.8 e em 30.º lugar na escala da TV2: uma teleplateia cinco vezes menor que a rubrica classificada em último (40.º) lugar na tabela da RTP 1 e correspondente a menos de metade da que segue o inenarrável «Shopping Center» da amiga Olga, situado em 38.º lugar na TVI. Quer dizer: com a passagem compulsiva para o Segundo Canal da RTP, «Parlamento» foi praticamente subtraído ao olhar dos telespectadores. Salvo melhor opinião, os parlamentares de todos os partidos representados na Assembleia da República deviam reflectir sobre isto. E talvez mais que todos os deputados do PSD, não apenas porque o ministro Marques Mendes tem fama, e porventura proveito, de ter um interessante currículo de intervenções junto da RTP, mas também e principalmente porque Fernando Nogueira reiterou promessas de fazer alguma coisa para restaurar a boa imagem da classe política. Retirar «Parlamento» da penumbra para que foi empurrado e, consequentemente, pôr termo à humilhação pública que deste exílio decorre para os deputados e para os trabalhos parlamentares, será também um passo nesse sentido.

## De súbito, a Internet

Contudo, desta vez não é de «Parlamento» que mais quero falar hoje, nem sequer da



guém dá, transmitida enquanto as telenovelas brasileiras fixam os telespectadores para a RTP 1 e a SIC, como o velho papel mata-moscas fixava as moscas que por ele se deixassem engodar.

A questão é que «À Roda do Mundo» veio falar da Internet, das chamadas «auto-estradas da Informação», temas que de súbito deflagraram à superfície dos *media* com grande ruído e que, naturalmente, me mobilizaram a atenção. O caso não era para menos, de resto, na véspera de uma reunião internacional em que, como anunciaram as agências, empresários e ministros dos famigerados G-7 iriam combinar entre si a

passai a considerar que os mais miraculosos feitos são acontecimentos normais, previsíveis, rotineiros. Quem me pareceu fascinado, isso sim, foram os três especialistas, ou talvez não tanto, ali reunidos. Primeiro pensei que fosse por falta de hábito: ainda teriam assistido a poucas mutações profundas, a poucos avanços fulminantes, ao longo das suas ainda jovens existências. Depois, apercebi-me de que naquela manifesta rendição perante a novidade havia muito do entusiasmo do infante perante o brinquedo novo, do consumidor perante a sofisticação do produto, do orgulho do neófito em vias de ser admitido num clube vip. Em tudo isso havia alguma ingenuidade que quase me enterneceu. Mas também havia alguma leviandade que me alarmou, embora entenda que se trata do tipo de alarme a que serei provavelmente muito mais vulnerável que aqueles três eufóricos cidadãos.

A questão não está em que eu tenda a regatear a minha admiração perante os prestígios deste século, mesmo que talvez me desagrade a metáfora publicitária que invoca as auto-estradas para promover na opinião pública as novas formas de comunicação. A questão está em que me pergunto quem controla as portas e, mais ainda, que tipo de trânsito é ali admitido e qual poderá ser o excluído. O facto de em Bruxelas terem estado em conciliábulo representantes do grande patronato e do poder político que o mesmo patronato impõe não me inspira grande confiança: é extremamente raro que gente tão distinta voe milhares de quilómetros e se reúna para praticar o bem. Cumulativamente com estes indícios, perturbaram-me alguns pormenores e, desde logo, a certeza de que o acesso à Internet, que é uma espécie de cartel de redes de computadores, nunca poderá ser tão democratizável como, apesar de tudo, foi a entrada na Galáxia Gutenberg dos velhos tempos.

As minhas reservas reforçaram-se quando um dos participantes no programa contou como ficara preocupado quando, no decurso da consulta a dados de cariz enciclopédico fornecidos pelo sistema, verificara a existência de erros graves quanto à figura do Infante D. Henrique. Viu-se que ficara desapontado, a Internet não sabia acerca do Infante aquilo que entre nós qualquer miúdo do ensino básico aprende. Extrapolando a experiência e situando o caso num contexto adequado, surpreendi-me a imaginar o que, um dia, poderá a Internet ou outro sistema idêntico ensinar ao mundo (e quem não tiver acesso à Internet não tem acesso ao mundo, como já fizeram o favor de nos explicar) acerca do que é o projecto de sociedades mais justas, do que foi a experiência fabulosa embora também defeituosa do socialismo no Leste europeu entre 1917 e 1987 ou, na particular escala portuguesa, do que verdadeiramente foi o derrube do fascismo e o sonho interrompido que se lhe seguiu. Em resumo: sem prejuízo de valorizar adequadamente as portentosas auto-estradas, da Informação ou outras, muito me importa saber como vai ser o trânsito por lá. Olho o que aconteceu em matéria de viciação, de embuste, de mentira, com os meios de comunicação tradicionais, hoje olhados como em vias de se tornarem obsoletos, e não sou optimista. Talvez porque, como alguns suspeitam, sou um dinossauro. Talvez porque, como eu próprio creio, me recuso a ser camaleão.



## de FOICE Sem fronteiras

Era, obviamente, um documentário, pensei eu, na minha inocência. Qualquer cidadão comum, medianamente informado, já ouviu falar dos 'Médicos Sem Fronteiras', pelo que a presunção nem era assim tão esdrúxula, como a posteriori possa parecer. Admiti mesmo a hipótese, confesso, de que o programa fosse dedicado à Somália, agora que chegou a hora dos capacetes azuis retirarem, com armas e bagagens, pondo um ponto final na operação não sei que da esperança desencadeada há uns anos para um conhecido programa de televisão norte-americano, cujo nome lamentavelmente não consigo recordar, ainda que o tenha debaixo da língua, espécie de ensaio geral da auto-estrada da informação que já rola em alta velocidade pelos ecrãs de todo o mundo civilizado ou em vias disso.

Certamente influenciada pelas informações recentes - é bom não esquecer que ainda ninguém inventou uma vacina antimédia -, pensei que 'Médicos Sem Fronteiras' nos iria informar sobre a luta titânica dos seguidores de Hipócrates contra as novas armas antimotim ensaiadas nos somalis, designadamente aquela tipo pastilha elástica, supercola três da polícia, que deixa os amotinados potenciais e efectivos a braços com a necessidade de se desengomarem, com toda a propriedade do termo, da peganhenta pasta com que são envolvidos e neutralizados com o muito humanitário objectivo de esfriarem os contestatários ânimos.

Eu sei que a técnica vem dos desenhos animados e dos filmes de ficção, mas que ela já entrou na vida real, isso entrou, como pude constatar com estes que a terra não há-de comer se alguém me fizer o favor de cremar após o último suspiro - pffffff... -, através dos nossos prestimosos serviços de informação televisivos. Por isso, esperava eu que 'Médicos Sem Fronteiras' me fossem esclarecer sobre as consequências da nova arma, se era inócuá ou provocava urticária, se além de tolher movimentos tinha efeitos secundários, se dava cabo da roupa ou só exigia uma boa dose de paciência e um bom banho, enfim, que raio de coisa era aquela, vislumbrada por segundos, que remetia para a pré-história os carros da água e os carros da tinta dos meus tempos juvenis de protesta e foge nos tempos da outra senhora.

Estava eu neste estado de espírito quando descobri, estupefacta, que 'Médicos Sem Fronteiras' era uma adaptação livre, que digo eu?, libérrima, de 'Chicago Hope' - o que até o meu miserável inglês dá para traduzir como 'Esperança de Chicago' -, série de entretenimento, quiçá de qualidade, sei lá!, sucedâneo do 'Doutor Kildare' da minha infância provavelmente, com a particularidade peculiar - imagine-se! - de ser dobrada em português.

O tecto só não me caiu em cima porque as casas, nos tempos que correm, andam pela hora da morte, e essa história do amor e uma cabana já foi chão que deu uvas. Mas lá que sofri um abalo, isso sofri. De repente, sem perceber bem como, o dr. Gomes, a enfermeira Emília, o senhor Simões e não sei quantos mais lusos patronímios entraram-me pela sala adentro, dando voz - que não corpo, nem espírito - a estranhas personagens humanas. Minha alma ficou parva. Quando as crianças saltaram da cama acorrendo à voz dos ursos, dos pedros e das heidis dos desenhos animados, foi o descalabro total. Se a cena se repetir no próximo domingo, processo a televisão. É que segunda-feira é dia de trabalho e pesadelos aos domingos, lá em casa, não, obrigado. Para hipócritas, perdão, Hipócrates, basta-me Paulo Mendo.

■ AF

## Futuro pode ser decidido hoje Trabalhadores da Torralta frente ao Tribunal de Grândola

Os Trabalhadores da Torralta cortaram na manhã de segunda-feira a estrada de acesso aos cais de embarque dos "ferry-boats" em Tróia e manifestaram-se ontem no Governo Civil de Setúbal. Hoje vão estar em peso frente ao Tribunal de Grândola, tal como decidiram nos plenários realizados segunda e terça, quando o seu futuro e o futuro da empresa está em jogo.

Agitando bandeiras vermelhas e protestando contra o encerramento da empresa, ameaçada de declaração de falência, os trabalhadores colocaram na segunda-feira contentores do lixo a impedir a saída dos veículos que, cerca das 10 e 30 da manhã, chegaram a Tróia vindos de Setúbal, no navio "Mira Tróia".

O corte da estrada que liga Tróia ao sul do país verificou-se após um plenário realizado ao princípio da manhã nas instalações da Torralta. A falência da Torralta poderá ser declarada já hoje pelo Tribunal de Grândola se não

surgir qualquer outra hipótese de viabilização da empresa, através da sua compra por um grupo económico. O principal credor, directa ou indirectamente, é o Estado, mas o Governo até agora não deu ideia efectiva de querer utilizar esse facto para viabilizar a empresa.

Ontem os trabalhadores foram a Setúbal exigir ser recebidos pelo Governador Civil, acabando por se registar alguns incidentes com a polícia. Até à hora de fecho desta edição do «Avante!», uma delegação de trabalhadores tinha sido recebida apenas por um

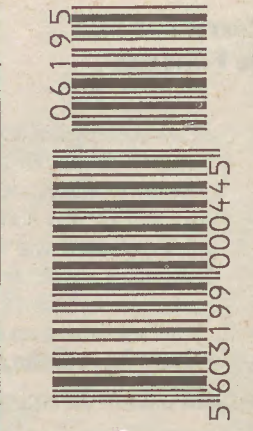
adjunto do representante do Governo no distrito.

Segundo o dirigente sindical Joaquim Pires, hoje os trabalhadores "vão em peso" ao Tribunal de Grândola para assistir à assembleia de credores e tencionam "lutar até ao fim para defender os seus postos de trabalho". "O Governo, ao apontar para a falência - disse Joaquim Pires à LUSA - está a pôr em causa centenas de famílias bem como os interesses de milhares de accionistas".

"Parece com isso estar a fazer o jogo daqueles que só querem comprar a Torralta depois de ir à falência para assim adquirirem por três ou quatro milhões de contos num património que vale 40 milhões".

### Solidariedade

Elementos da GNR compareceram no local do corte de estrada



de segunda-feira mas não intervieram imediatamente. O bloqueio, realizado entre as dez horas e as 15 e 30, levou ao cancelamento de cerca de 20 carreiras.

Durante a semana que passou a Câmara Municipal de Grândola tomou a iniciativa de apoiar os trabalhadores em luta e deslocou representantes seus à Assembleia da República para audiências com os vários grupos parlamentares, a quem manifestou o interesse para a região da viabilização da Torralta e dos postos de trabalho na empresa.

Também a Organização Regional de Setúbal do PCP emitiu várias notas de solidariedade com os trabalhadores em luta (ver noticiário na página 7).

## PCP apresenta na Alta Autoridade queixa contra critérios da RTP

O PCP enviou uma carta ao presidente da Alta Autoridade para a Comunicação Social para, nos termos da lei, apresentar queixa formal contra a RTP «pela violação do dever legal de respeito pelo pluralismo traduzida designadamente na ausência de critérios pluralistas nos convites para comentários políticos nos Telejornais daquela estação de televisão».

Na missiva, lê-se que como principal fundamento para esta queixa, o PCP invoca «o facto de a RTP ter investido, quinzenalmente, aos domingos, dois

conhecidos dirigentes do PSD e do PS (Silva Marques e António Vitorino) da função de comentar a actualidade política no Telejornal, através da sua presença em estúdio».

Na opinião do PCP, tal situação revela «um critério ostensivamente lesivo dos princípios do pluralismo e do confronto democrático de ideias que induz uma imagem deformada do quadro político e partidário nacional, impõe ilegítimamente aos telespectadores uma falsa ideia de "bipolarização" PSD-PS e, nesse sentido, constitui uma ina-

ceitável interferência da RTP no processo de formação de opinião dos cidadãos em ano de importantes eleições legislativas».

Por fim, a carta nota ainda que «como tem acontecido, a presença em estúdio daqueles dirigentes partidários lhes permite criticar ou desvalorizar impunemente actividades, iniciativas, propostas ou declarações de outros partidos insertas nos telejornais de domingo».

Na nota enviada à Alta Autoridade para a Comunicação Social, assinada em nome do PCP

pelo membro da Comissão Política, Vítor Dias, informa-se ainda aquele órgão que no passado dia 13 de Fevereiro o PCP havia protestado junto do Director de Informação da RTP contra os referidos procedimentos, «reclamado a adopção de critérios efectivamente pluralistas nos convites para comentários políticos nos programas da RTP e solicitado uma qualquer informação sobre a posição da RTP». No entanto, até hoje, «o Director de Informação da RTP não se dignou responder à carta do PCP», lê-se.

## Estão a tentar mais despedimentos na Rodoviária do Sul do Tejo

O Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários do Sul (STTRS) denunciou em comunicado novos despedimentos na Rodoviária do Sul do Tejo, ao contrário do que a administração da empresa tem afirmado. «A verdade é que todos os dias continuam a ser chamados trabalhadores para rescindirem os respectivos contratos de trabalho com a empresa», diz a nota sindical que acrescenta que as rescisões (que o sindicato interpreta como "despedimentos pessimamente pagos") estão a ser efectuadas «sem que haja qualquer plano de reestruturação» da empresa, contrariando mais uma vez anteriores afirmações da administração e do próprio Governo.

«Paradoxalmente, tudo isto se passa numa empresa altamente lucrativa e que é, só, a empresa que apresenta índices de produtividade mais elevados no sector dos transportes», refere o STTRS.

Os sindicalistas dizem que o único objectivo destas rescisões «parece ser o de reduzir encargos» e dizem que «com a privatização,

a febre e a cobiça pelo aumento dos lucros já se instalaram na empresa», suplantando todos os outros interesses sociais e económicos para a região abrangida.

Esta situação já abrangeu mais de 100 trabalhadores, e os sindicalistas fazem um paralelo entre o que está a acontecer na Rodoviária do Sul do Tejo, embora ainda em menor escala, e o que se desenrolou e foi vivido pelos trabalhadores da ex-Rodoviária do Alentejo, agora Belos Transportes S.A.

«Os métodos de pressão são os mesmos. Os trabalhadores são chamados várias vezes e, numa sala, são pressionados e massacrados psicologicamente para que aceitem a venda do seu posto de trabalho por um prato de lentilhas», lê-se numa nota distribuída sobre o mesmo assunto há duas semanas atrás.

O STTRS anunciou entretanto que vai utilizar todos os meios legais ao seu dispor «para tentar impedir que a sangria de despedimentos» prossiga.



«Os trabalhadores são chamados várias vezes e, numa sala, são pressionados e massacrados psicologicamente para que aceitem a venda do seu posto de trabalho por um prato de lentilhas»



# 8 DE MARÇO

## DIA INTERNACIONAL DA MULHER

### Lutar com confiança

Ao longo do ano, o PCP denuncia discriminações, valoriza lutas, enforma a sua opinião e a sua acção em torno da problemática feminina. Isto integra-se num trabalho profundamente ligado à vida e à luta dos homens e das mulheres por melhores condições de vida no trabalho, na família, na sociedade.

Não tendo o PCP data marcada para valorizar, incentivar e saudar a luta das mulheres, não pode deixar de o fazer de uma forma especial no Dia Internacional da Mulher.

Este Suplemento pretende ser uma forma mais dirigida e sensibilizadora da luta emancipadora da mulher, da sua necessidade e da sua actualidade. Uma forma de intervenção junto do Partido, junto de muitos milhares de mulheres e homens, incentivando-os para esta luta, contribuindo assim para o reforço da consciência individual e colectiva dos direitos da igualdade e da necessidade do reforço da intervenção contra a discriminação e a desigualdade de oportunidades. Pretende ser, também, um incentivo ao reforço da participação de muitas mais mulheres na luta em geral contra a política antidemocrática e conservadora do Governo PSD. Uma participação confiante de que o seu envolvimento é necessário e só com ele é possível pôr termo a esta política e encontrar uma alternativa democrática que corresponda aos anseios das mulheres.

As mulheres têm estado activas na luta em defesa dos interesses dos trabalhadores, das populações e do país, pelo emprego, contra o encerramento de empresas, pelo pagamento de salários em atraso, pela actualização da contratação colectiva, pela redução do horário de trabalho. Têm lutado contra a privatização de importantes sectores da economia nacional e a reconstituição de grupos económicos e pelo aproveitamento e desenvolvimento da agricultura.

Ao longo do ano, o "Avante!" sublinhou importantes lutas de sectores profissionais e empresas de predominância do trabalho feminino e onde se viu a consciência e combatividade das mulheres.

Destacamos a participação das mulheres nas lutas dos sectores têxtil, confecções, calçado e vidreiro, nas indústrias eléctricas, química e farmacêutica, na hotelaria, na Função Pública, nas lutas dos trabalhadores das autarquias, dos professores, médicos, enfermeiros, bancários e educadores de infância. Destacamos também a participação das mulheres nas lutas do sector metalúrgico que, sendo um sector predominantemente de homens, a adesão das mulheres à luta merece ser realçada.

Muitas desta lutas comprovaram que vale a pena lutar com confiança e determinação. Não podemos deixar de sublinhar em particular a luta do sector vidreiro, cuja vitória também se deve à determinação e combatividade das mulheres.

Em torno de problemas específicos das mulheres desenvolveu-se o debate e a acção particularmente na defesa da informação dos direitos da igualdade, na denúncia das discriminações, na reivindicação do alargamento do ensino pré-escolar gratuito, na revisão do Código Penal adaptada à realidade e problemas das mulheres e, no quadro do Ano Internacional da Família, denunciou-se os verdadeiros e concretos problemas e apresentou-se propostas que tomariam bem diferente a vida das famílias portuguesas. É necessário denunciar mais os efeitos concretos na situação das mulheres em resultado das políticas levadas a cabo pela direita. É necessário interromper esta política. As mulheres portuguesas têm um contributo a dar, intensificando a expressão do seu descontentamento e transformando-o em mudança política. O conhecimento mais amplo das propostas e da acção do PCP levará com certeza a uma maior confiança das mulheres neste Partido.

O PCP é a esquerda necessária para uma nova política. Com a confiança das mulheres no PCP, a alternativa será mais forte.





# E nós, como é?

Naturalmente que interessa uma maior e efectiva participação das mulheres nos centros de decisão. É, aliás, um tema hoje muito em moda: o da democracia paritária.

De facto, quando se trata de definir as grandes linhas de orientação para as mais diversas áreas e sectores da vida nacional, a perspectiva que as mulheres possam ter sobre essas áreas e sectores é completamente ignorada. Isto, muito simplesmente, porque elas não participam na definição dessas orientações.

Mais mulheres nos centros de decisão, dar-nos-ia a garantia (pelo menos relativa) de que a sua voz (que corresponde a de mais de metade da população) far-se-ia ouvir quando estão em jogo medidas e políticas que a elas dizem igualmente respeito.

Bem. Isto é uma questão. Outra questão é: mulheres sim, mas que mulheres? É que as mulheres não são uma classe. Antes integram as várias classes existentes na sociedade, de uma forma geral agindo de acordo com os seus interesses de classe. De classe, repito, e não de sexo.

Se uma mulher de direita vai para o poder para exercê-lo tal como fazem os seus pares (homens) de partido, ela não vai defender minimamente qualquer direito das mulheres que colida com os interesses da classe que representa. E não vai porque não pode, porque não é para isso que lá é posta. Quero eu dizer que, no poder, os interesses de classe sobrepõem-se a quaisquer outros interesses, sejam eles quais forem.

Assim sendo, as mulheres podem interrogar-se: que interesse tem para elas, como mulheres, que seja uma outra representante do seu sexo a estar no poder, se ela vai levar a cabo uma política que em vez de eliminar injustiças e discriminações

antes as agrava? Nesse caso, à falta de uma "alternativa feminina" progressista, talvez seja preferível um homem que o seja. Ele vai (ou deve) certamente defendê-las melhor, porque, mesmo subestimando os interesses das mulheres e desvalorizando a sua participação, para ser coerente

com o carácter humanista das suas propostas, terá necessariamente de solidarizar-se mais com a situação de desigualdade e de discriminação a que as mulheres estão sujeitas na sociedade, combatendo-a com mais firmeza.

*Interessa, sim, mais mulheres nos centros de decisão. Desde que lá estejam para intervir no sentido de alterar políticas que discriminam a mulher e subalternizam o seu papel na sociedade!*

Há todo um conjunto de aspirações e reivindicações que podem juntar mulheres de vários quadrantes políticos e ideológicos. A verdade é que todas elas, pertencem a que classe pertencerem, são discriminadas. Quando toca, porém, a questões que possam "bulir" com o poder económico das classes dominantes, aí as águas separam-se. E, então, muitas mulheres há que, em vez de agir contra um poder que as discrimina, acabam por se colocar ao lado desse poder, aceitando o papel de menoridade que ele lhe confere.

A democracia paritária é, afinal, uma aspiração de quantos lutam pela igualdade e contra as injustiças sociais e as discriminações. Mas defender essa paridade só nos centros de decisão é o mesmo que defender "nada". É que a participação das mulheres nos centros de decisão é o reflexo da participação das mulheres a todos os níveis e em todos os domínios da vida nacional, sendo tanto maior uma quanto maior for a outra.

Afinal, quem tem medo das mulheres? Ou antes, da sua participação na sociedade? Naturalmente, os mesmos que têm medo de tudo o que cheire a igualdade. Igualdade no sentido amplo da palavra, independentemente de ser-se mulher ou homem.

Portanto, medo das mulheres têm as forças de direita, as forças mais retrógradas da sociedade, quer o assumam ou não.

Vejam, por exemplo, o partido do dr. Manuel Monteiro, o recém-PP. Quem teve ocasião de acompanhar pelos meios de comunicação social o Congresso que ainda não há um mês realizou, ouviu a toda a hora martelar na tecla da renovação. Ora bem, que renovação? A verdade é que assim que a direcção "copo de leite" assumiu o controlo do então-CDS, uma das primeiras medidas que tomou foi acabar com o departamento de mulheres desse partido. Em minha opinião, foi, aliás,

uma das poucas medidas coerentes que tomou: interessa alguma vez aos "copo de leite" a participação das mulheres? O que eles realmente pensam é que elas só os iriam empatar com as suas eternas "conversas fiadas".

Bem, como reagiram as mulheres do CDS-agora-PP a esta renovação? Muito bem. Aceitaram. E a esta hora devem sentir-se compensadas, pois a nova direcção do recém-PP, ainda fresquinha do banho de renovação que foi o seu último congresso, acabou por integrar, lá para os confins da lista para os seus órgãos dirigentes, duas mulheres.

No PSD, a situação é ligeiramente diferente: são mais "vivos". O seu discurso tem já em conta as mulheres (que de parvos eles não têm nada!), e as suas listas e os seus governos são já "enfeitados" com algumas delas. Mulheres que, afinal, nos respectivos cargos desempenham o mesmíssimo papel que os homens. Senão, vejamos: sentiram as mulheres portuguesas algum benefício dessa participação? Não, não porque o rasto que essas mulheres vão deixando é um rasto... não direi masculino, mas de classe (social).

Mas mesmo assim, se atentarmos nos órgãos dirigentes do PSD, saídos daquele famigerado congresso a que todos os portugueses foram obrigados a assistir, podemos verificar que dos seus 87 membros, apenas 5 são mulheres, ou seja 5,7%. Assim vai também a renovação no PSD!



Ah! Mas no PS a situação é bem outra: até estabeleceu quotas de participação das mulheres nas suas listas quer para os órgãos do partido quer para as várias eleições a que o seu partido concorre. Cumpre? Não interessa! Nem isso esteve alguma vez em causa. O que interessava era a medida que, ao que parece, teve os efeitos desejados e deixou as mulheres socialistas muito contentes. Elas são hoje as "campeãs" da democracia paritária... em milhentos colóquios, debates, sessões que demonstram a inutilidade de tal medida.

*E nós, comunistas? Como é que é? Não nos enquadrámos em nenhum dos retratos aqui reproduzidos mas o que fazemos não chega. De que forma estamos nós a fazer jus ao enorme património de luta do nosso Partido em defesa dos direitos das mulheres? Como promovemos a participação das mulheres na actividade geral do Partido?*

As mulheres comunistas (pelo menos aquelas que, como eu, pensam que as mulheres são ainda sujeitas nesta sociedade a enormes discriminações) não aceitam um estatuto de menoridade, não querem estar em listas, ou participar em "mesas" como ornamento das mesmas, não desejam ser meros suportes estatísticos para cumprimento de metas ou percentagens. Mas não querem também que lhes seja exigido valerem dez vezes mais que

um homem, quando se trata de integrar listas eleitorais ou organismos dirigentes do Partido.

Aproximam-se eleições e... mais não digo. Que a bom entender...

■ **Margarida Folque**  
Membro da Comissão  
Junta do CC para  
os Problemas e Lutas  
das Mulheres

# O PCP e os direitos das mulheres

O PCP é o Partido que, pelo seu Programa e pela sua prática, é um estímulo e um desafio para as mulheres lutarem decidida e firmemente pelos seus direitos

Hoje, tal como desde a sua fundação em 1921, o Partido, pelos seus objectivos, pelo seu programa, pela sua acção concreta no dia-a-dia, está sem dúvida na vanguarda das forças políticas na luta pela emancipação da mulher.

Em toda a história do PCP, a luta pelos direitos das mulheres foi uma componente inseparável da luta pela liberdade e pela democracia.

A acção do Partido na luta pela emancipação da mulher tem-se desenvolvido a vários níveis:

— quando luta por transformações sociais que são a base fundamental do avanço do processo de emancipação da mulher;

— quando luta contra todas as formas de exploração, discriminação e opressão das mulheres;

— quando mobiliza as mulheres para lutarem em defesa dos seus interesses e direitos.

Se analisarmos a actividade dos vários partidos na Assembleia da República ao longo dos anos, chegaremos facilmente à conclusão de que o PCP foi o Partido que mais iniciativas apresentou em defesa dos direitos das mulheres, sendo um facto que muitas das nossas propostas fundamentais são hoje Leis da República. Que não são cumpridas, é certo. Mas isso por responsabilidade da maioria PSD no Governo.

Foram assim da iniciativa do PCP (e não doutro partido) as leis que garantem:

— à criança hospitalizada o direito a ser acompanhada pelos pais;

— à mulher grávida o direito ao acompanhamento, pelo futuro pai, durante o trabalho de parto;

— protecção e defesa da maternidade;

— o direito ao planeamento familiar;

— a exclusão de ilicitude à interrupção voluntária da gravidez;

— protecção às mulheres vítimas de violência;

— o direito à igualdade de tra-

tamento no trabalho e no emprego.

Mas também foi o Partido Comunista Português que apresentou vários outros projectos que a maioria rejeitou, tais como:

— a atribuição de um subsídio

mensal especial aos filhos a cargo de mães ou pais só;

— garantia aos cidadãos de menores recursos o acesso gratuito a medicamentos para doenças crónicas;

— atribuição de um rendimento mínimo de subsistência.

É preciso que as mulheres saibam disto. É preciso que saibam que é por responsabilidade do PSD que estão na Assembleia da República, penderes para apreciação e votação na especialidade, alguns Projectos de Lei que visam melhorar a legislação, nomeadamente no que toca à igualdade de oportunidades, à protecção da maternidade e paternidade, ao reforço dos direitos das associações de mulheres (através da consagração do estatuto de parceiro social), assim como ainda está por regulamentar desde 1991, a lei que garante protecção às mulheres vítimas de violência.

Mas também no Parlamento Europeu a acção dos Deputados do PCP foi visível em todos os grandes debates e iniciativas sobre a mulher:

— na protecção da dignidade da mulher e do homem no trabalho;

— na análise do mercado interno e suas consequências para as mulheres;

— na protecção da mulher grávida e em período pós-parto;

— na denúncia do trabalho



nocturno e da violação do art.º 89.º da Convenção da OIT;

— na situação de discriminação das mulheres no acesso ao emprego no Banco Comercial Português;

— na elaboração de um relatório sobre a criação de empregos a favor de mulheres;

— na presença activa e interveniente no debate sobre a presença das mulheres nos órgãos de tomada de decisão.

Para o PCP, é condição fundamental, para a concretização plena da democracia, a participação das mulheres em igualdade na vida social, económica e política. Isto exige, naturalmente, o efectivo cumprimento das leis que consagram a igualdade, e a instituição de mecanismos para a sua fiscalização, mas também a adopção de estratégias políticas em que a pedagogia para a igualdade assuma um papel destacado na alteração de mentalidades.

Para o PCP, todos os domínios da vida interessam e dizem respeito às mulheres, o que justifica a necessidade da sua participação na definição e execução de todas as políticas.

Para o Partido, a intervenção das mulheres na vida social e política é factor de desenvolvimento e de aprofundamento da democracia o que torna necessária estimular uma mais equitativa representação e responsabilização das mulheres em lugares de decisão em todas as instâncias e a todos os níveis.

É pois um desafio, no quadro de uma alternativa democrática, que um novo Governo de esquerda assegure a participação em igualdade e o respeito pelos direitos das mulheres.

O PCP, como grande Partido de Esquerda, é indispensável nesse Governo.

As mulheres podem estar certas de que, com o PCP no Governo, o direito das mulheres à igualdade será assegurado:

— por legislação que garanta a efectivação dos direitos das mulheres em todas as esferas da sociedade, proibindo e penalizando todas as discriminações;

— pelo direito ao trabalho e igualdade de oportunidades no acesso, formação e promoção profissionais;

— pela efectivação do princípio de «a trabalho igual salário igual»;

— pelo reconhecimento efectivo da maternidade e paternidade como função eminentemente social;

— pelo reconhecimento da igualdade dos direitos e deveres das mães e dos pais na manutenção e educação dos filhos;

— pelo desenvolvimento de uma política educativa e cultural, visando a alteração das mentalidades e a criação de relações familiares baseadas na decisão livre, no amor e solidariedade recíprocos;

— pela criação de condições objectivas e subjectivas para a formação de uma adequada consciência social que encare o homem e a mulher como seres humanos na plenitude dos seus direitos e deveres, como o seu Programa aponta.

O PCP é a esquerda necessária para uma nova política e um novo governo.

■ **Adelaide Pereira**  
Membro da Direcção  
da Organização  
Regional de Lisboa

# A Escola e a Igualdade

Não muito longe vai o tempo em que a discriminação era a característica dominante do sistema de ensino, concretizando-se na separação entre os sexos, os programas de ensino e os profissionais da educação. Então, os currículos formal e oculto quase se identificavam, pela ideologia expressa nos diplomas básicos do Sistema Educativo e pela sua operacionalização na escola e na sociedade.

Nun país atrasado económica, social e culturalmente, a tradição popular transmitia a opinião dominante sobre o acesso da mulher ao ensino:

— «mulher sabida é mulher perdida»;

— «não provam bem as senhoras que se metem a doutoras».

Ainda durante os últimos anos do regime fascista, algumas alterações se verificaram, com a introdução de práticas de co-educação, a nível do Ensino Básico. Mas só após o 25 de Abril foi possível legislar por forma a que a igualdade de oportunidades fosse incluída em toda a legislação deste então produzida.

## A igualdade na lei

Desde 1976 que a Constituição da República Portuguesa preconiza um conjunto de princípios, direitos e deveres fundamentais que apontam para a igualdade de oportunidades nas várias esferas da sociedade, incluindo a educação e ensino, como é expresso nos seguintes artigos daquele diploma:

• «Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, privado de qualquer direito, ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo (...)» — art.º 13.º;

• «Todos têm direito à educação e à cultura» — art.º 73.º;

• «Todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar» — art.º 74.º, n.º 1;

• «O ensino deve contribuir para a superação de desigualdades económicas, sociais, culturais (...)» — art.º 74.º, n.º 2.

Se é verdade que as raparigas passaram já a barreira do acesso e sucesso escolar, por vezes com grande êxito, a verdade é que persistem discriminações que se repercutem no mundo do trabalho e nas relações familiares.

De facto, a forma positiva ou negativa como os adultos se relacionam com os jovens, em situações formais ou informais de aprendizagem, marca-os de forma significativa.

Por isso, a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei 46/86, de 14 de Outubro) reconhece que a questão da igualdade de oportunidades em educação constitui ainda uma área-problema da nossa sociedade, à qual a escola terá de dar resposta através de três linhas fundamentais, tais como:

— Prosseguimento das práticas de co-educação;

— Promoção da orientação escolar e profissional, que possibilite uma diversificação vocacional;

— Actuação junto daqueles que participam directa ou indirectamente no processo educativo (docentes e não docentes, famílias e outros agentes educativos com responsabilidades a nível local, regional ou nacional).

A Lei de Bases do Sistema Educativo, no seu artigo 47.º, aponta, pois, caminhos para a Escola intervir no domínio da igualdade de oportunidades em educação, objectivo da Área de Formação Pessoal e Social, que o Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto, vem regulamentar.

Legalmente, a Escola tem também autonomia para elaborar e realizar um projecto educativo, na base da superação de problemas ou anomalias detectadas, que envolva toda a Comunidade Educativa, nomeadamente a nível de orientação e acompanhamento dos alunos, da formação e gestão de pessoal docente e não docente.

O despacho 142/NME/90, de 1 de Setembro, sobre o modo organizativo da Área Escola, o o des-

pacho 141/ME/90, de 1 de Setembro, sobre o modelo de apoio à organização das actividades de complemento curricular, dão também base legal ao desenvolvimento de atitudes que combatam o sexismo, ou qualquer outra forma de diferenciação ou exclusão, dado que o principal objectivo destes dois modelos é a formação integral e a realização pessoal dos educandos.

## A igualdade na vida

As desigualdades, em função do género, mais verificadas na Escola de hoje situam-se a nível do currículo oculto, através das interações na escola, no tipo de linguagem que se utiliza, como, por exemplo, o uso de formas masculinas para designar universos sexualmente diversificados, ou predominantemente femininos, nos estereótipos sexuais veiculados ainda por alguns manuais escolares,



pela própria orientação vocacional de rapazes e raparigas para profissões ditas masculinas e profissões ditas femininas.

A forma como se processa a organização escolar, o tipo de interacção de professores, alunos e comunidade, a extensão dos programas, as condições reais das escolas, a falta de formação e o próprio currículo oculto que lhes está subjacente, apresentam ainda enormes barreiras à igualdade, que não são identificáveis e muito menos ultrapassáveis por meras alterações legislativas.

As questões da igualdade em educação não podem separar-se da problemática mais geral da Educação, marcada pelas contradições entre a retórica progressista dos preâmbulos da legislação da chamada «Reforma Educativa» e a ambiguidade do seu articulado, que assim distorce princípios consignados na Lei de Bases do Sistema Educativo e na própria Constituição da República Portuguesa.

Só uma educação de novo tipo que possa contar com profissionais reflexivos e com escolas com condições espaço-temporais facilitadoras da elaboração e execução de autênticos Projectos Educativos pode formar seres humanos globalmente desenvolvidos, onde a igualdade de oportunidades, em todos os aspectos da vida, seja de facto uma realidade.

É óbvio que esta nova Escola só poderá concretizar-se com um novo governo, que defina e aplique uma nova política para a educação.

■ **Maria Manuela Antunes Silva**  
Membro do Comité Central  
do PCP





# O Partido e o 8 de Março

## Iniciativas

### Distrito de Setúbal

**Dia 6** — Às 15.30 horas, no Centro de Trabalho da DORS; encontro com a comunicação social, para divulgação do lançamento da campanha de recrutamento de mulheres no distrito.

**Dia 8** — Às 20.30 horas: debate sobre os problemas e a luta das Mulheres, em Alvalade do Sado.

— Às 20.30 horas: no Centro de Trabalho de Setúbal, debate/convívio sobre «O papel do PCP na luta das mulheres para a alternativa democrática».

**Dia 12** — Às 16.00 horas, no Grupo Desportivo e Cultural de Almada (GCCA): debate sobre «A situação das mulheres e a importância da alternativa democrática», com a camarada Odete Filipe.

### Distrito de Lisboa

**Dia 8** — das 11 às 13.00 horas: na Rua Augusta — distribuição do suplemento do «Avante!» e do documento da DORL às mulheres trabalhadoras.

— das 12.30 às 14.00 horas: visita do deputado Alexandrino Saldanha ao Jumbo de Alfragide (Refeitório) para contactar trabalhadoras e distribuir o suplemento do «Avante!»

— Distribuição do documento da DORL às mulheres trabalhadoras em vários locais do distrito.

— **Iniciativa unitária em Lisboa**, das 14 às 18.00 horas, na Rua Augusta.

Trata-se de uma iniciativa conjunta do MDM, USL/CGTP e CIL, de julgamento público da política do Governo em relação às mulheres:

— Estúdio móvel com depoimentos

— Distribuição de documentos

— Exposição

— Elaboração de um dossier para entregar ao Presidente da República.

### Distrito de Beja

**Dia 8** — Com a participação da camarada Maria da Piedade Morgadinho

— Entrevista na Rádio Voz da Planície (espaço feminino) das 13.00 às 14.00 horas e convívio em Beja, no Centro de Trabalho, pelas 20.30 horas.

**Dia 9** — Entrevista ao Diário do Alentejo e sessão em Alvito pelas 20.30 horas.

**Dia 10** — Sessão e convívio, às 16.00 horas, em PIAS, às 20.30 horas, sessão com filme em FICALHO.

**DIA 11** — Almoço-Convívio, às 13.00 horas, em GARVÃO, sessão no Centro de Trabalho, às 17.00 horas, em PANOIAS e sessão às 20.30 horas em ENTRADAS.

**DIA 12** — Almoço em Canhestros, às 13.00 horas. Convívio em Ferreira do Alentejo, às 16.00 horas e sessão em Aljustrel às 20.30.

## Encontro sobre O PCP e as mulheres trabalhadoras

Considera o PCP que a participação da mulher em igualdade com o homem na vida social, económica e política é uma condição de progresso da sociedade e parte integrante da democracia participada que defendemos. Assim, na continuidade da Conferência Nacional do PCP, realizada em Novembro passado, sob o lema "Renovar e reforçar a organização e a intervenção do Partido no seio dos trabalhadores", vai-se realizar no dia 1 de Abril, no Centro de Trabalho Vitória, um Encontro sobre "O PCP e as mulheres trabalhadoras".

Destinado a quadros do Partido, homens e mulheres, os trabalhos deste Encontro irão incidir sobre alguns temas que importa aprofundar com vista ao reforço do Partido e da sua ligação às mulheres trabalhadoras. Assim, em discussão estarão temas como o mercado de trabalho feminino hoje; ligação do Partido às mulheres trabalhadoras; a mulher trabalhadora comunista na empresa; a organização e promoção das trabalhadoras comunistas no Partido.

De grande importância é o aprofundamento que se possa fazer destes temas durante a fase preparatória do encontro e o contributo que as várias organizações nela possam dar. Desse

contributo depende, em larga medida, o debate, o aprofundamento e as conclusões que saírem do Encontro.

Que mutações se têm verificado no mercado de trabalho? Quais os avanços e recuos sofridos pelas mulheres na consagração de direitos a nível de contratação colectiva? Que reflexos têm na situação económica e social das trabalhadoras o aumento do trabalho precário, do trabalho sem direitos e do trabalho parcial? Qual a participação das mulheres a nível das estruturas unitárias dos trabalhadores? O que mobiliza hoje as mulheres? Como se adequa o funcionamento dos organismos do Partido aos horários e ao quotidiano da mulher? Que trabalho deve o Partido desenvolver para transformar a consciência social das mulheres em consciência política? Que papel poderá ter a Imprensa do Partido nessa tomada de consciência? Que participação têm as mulheres trabalhadoras na actividade geral do Partido?

Tantas e tantas questões a analisar e a discutir! E como é grande a necessidade de o fazer! Como seria importante contar com a participação de todos nesta discussão!

### Debate com o País

para  
uma nova  
política **PCP**

### Évora

Debate promovido pela DOREV  
do PCP

«A Família hoje e a necessidade  
de uma nova política»

Dia 6 de Março, às 21 horas, no  
Salão Nobre do Teatro Garcia de Resende

Neste Debate e reflexão participam:

- *Lino de Carvalho*, Deputado à Assembleia da República
- *Alexandre Rodrigues*, membro da DOREV do PCP
- *Jorge Rebeca*, Vereador da Câmara Municipal de Évora
- *Rosa Xisto*, Dirigente Sindical

Com *Subsídios para a História das Lutas e Movimentos de Mulheres em Portugal sob o Regime Fascista*, a Organização das Mulheres Comunistas pretendeu não só fazer um trabalho sério que servisse de base a uma investigação também séria e rigorosa sobre a intervenção das mulheres portuguesas, durante esse período, na vida política, económica, social e cultural do País, como dar «rostro» a centenas de mulheres que se destacaram na luta contra o regime fascista e fazer justiça a milhares de outras que, anónima e heroicamente, se sacrificaram e lutaram pela instauração da democracia em Portugal.

O trabalho que agora se apresenta, não sendo um trabalho acabado, é uma longa enumeração de factos que falam por si. Factos que registam e autenticam a presença das mulheres em todas as grandes causas e em todas as grandes lutas do povo português no período a que se referem. A concretização deste trabalho e a sua posterior publicação contou com o apoio financeiro da Secção das Organizações Não Governamentais do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

